PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Maria Fernanda Massimo

GÊNERO E SOCIABILIDADE NO CIBERESPAÇO:
O transfeminismo nas páginas *online*

BELO HORIZONTE

2019

MARIA FERNANDA MASSIMO

GÊNERO E SOCIABILIDADE NO CIBERESPAÇO:
O transfeminismo nas páginas *online*

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como requisito parcial, para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Drª Juliana Gonzaga Jayme

Belo Horizonte
Fevereiro de 2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Massimo, Maria Fernanda
M417g Gênero e sociabilidade no ciberespaço: o transfeminismo nas páginas *online* / Maria Fernanda Massimo. Belo Horizonte, 2019.
141 f. : il.

Orientador: Juliana Gonzaga Jayme
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Redes sociais. 2. Facebook (Rede social on-line). 3. Feminismo. 4. Mulheres transgênero – Redes sociais on-line . 5. Desiderabilidade social. I. Jayme, Juliana Gonzaga. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 396

Ficha catalográfica elaborada por Renata Diniz Guimarães de Oliveira - CRB 6/2646

Maria Fernanda Massimo

GÊNERO E SOCIABILIDADE NO CIBERESPAÇO:
O transfeminismo nas páginas *online*

Dissertação apresentada ao programa de pós- graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

_____

Profa. Dra. Juliana Gozaga Jayme – PUC Minas (Orientador)

_____

Profa. Dra. Maria Ignez Costa Moreira – PUC Minas (Banca Examinadora)

_____

Profa. Dra. Alessandra Sampaio Chacham – PUC Minas (Banca Examinadora)

_____

Prof. Dr. Jean Segata (Banca Examinadora) – UFRGS (Banca examinadora)

Belo Horizonte, 26 de Fevereiro de 2019

Ela tem cara de mulher
Ela tem corpo de mulher
Ela tem jeito
Tem bunda
Tem peito
E o pau de mulher!
(...)
Então eu, eu
Bato palmas para as travestis que lutam para existir
E a cada dia conquistar o seu direito de viver e brilhar
Bato palmas para as travestis que lutam para existir
E a cada dia batalhando conquistar o seu direito de
Viver brilhar e arrasar

(Linn da Quebrada)

AGRADECIMENTOS

Agradeço neste trabalho a todas as mulheres trans que cruzaram meu caminho (e meu *feed* de notícias) e me mostraram a importância da luta diária pelo direito de existir. Especialmente a Harley e a Bia que foram fundamentais para esta pesquisa e que em meio as batalhas diárias ainda encontram forças para ajudar e inspirar outras meninas. Vocês são lindas!

Agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), sem o qual não seria possível a realização desta pesquisa.

A todos os professores que passaram pela minha formação. Ao Alexandre por me iniciar nas pesquisas e principalmente à Juliana, minha querida orientadora, que ao longo desses dois anos me ensinou muito mais do que esperava aprender, me ouviu e se tornou uma grande amiga.

Aos colegas de curso por todas as trocas em sala de aula e fora delas. A Tininha, a Mari e a Cris, minhas companheiras de ANPOCS.

Agradeço às minhas amigas Kel e Iza pelas longas conversas prazerosas, à Dri e à minha irmã, Paty, por todo aconchego proporcionado nos momentos difíceis e à Alice que me ensinou de forma tão simples sobre aceitação.

À minha mãe por tudo, mas especialmente pelo suporte diário, pois sem ele não conseguiria voltar às salas de aulas.

E, principalmente, agradeço ao Bruno, meu grande companheiro de vida, que sonhou junto comigo, me apoiou e me guiou pelos caminhos desconhecidos. Agradeço ainda pela dedicação ao nosso relacionamento, ao que construímos juntos e por me deixar fazer parte de toda sua vida. E por fim, ao pequeno Antônio por me apresentar o mais puro e singelo amor.

RESUMO

Esta dissertação busca compreender como são criadas as relações de sociabilidade no *Facebook*, detidamente e sempre a partir da lógica interna da plataforma, e como essas operam no funcionamento da página *Transfeminismo,* um local de ação sociopolítica que mistura ativismo e espaço de diálogo, observando as repercussões geradas no ambiente digital e para além dele. Para isso, primeiramente, foi feita uma revisão crítica do movimento feminista e suas ondas até os dias atuais. Ao se pensar nos desdobramentos contemporâneos, deu-se um destaque especial para as transfeministas e o feminismo radical. Na segunda parte desta pesquisa, debateu-se sobre o conceito de sociabilidade nas chamadas "redes sociais" e descreveu-se o *Facebook* e suas principais funcionalidades, para tornar possível a construção do capítulo seguinte. Este analisou os *posts* com maior visibilidade na página *Transfeminismo*, além de postagens no perfil pessoal das duas administradoras da comunidade em questão, Hailey Kass e Beatriz Bagagli, buscando compreender os principais temas debatidos, as interações feitas pelos seguidores da página e como se deu a construção desse movimento fora da página do *Facebook.*

Palavras chaves: Transfeminismo, *Facebook*, gênero, ambiente digital, sociabilidade

ABSTRACT

This dissertation seeks to understand how the relationships of sociability on *Facebook* are created, always from the internal logic of the platform, and how they operate in the functioning of the page. For this, first, a critical revision of the feminist movement and its waves was made. When thinking about feminism's contemporary developments, special emphasis was placed on transfeminists and radical feminism. In the second part of this research, we discussed the concept of sociability in the so-called "social networks" and described Facebook and its main features to make possible the construction of the next chapter. In following part, *Transfeminismo* page's most important posts are analysed, a place of socio-political action that mixes activism and space for dialogue, as well as posts in the personal profile of the two administrators of the community in question, Hailey Kass and Beatriz Bagagli, to understand the main subjects debated, the interactions made by the followers of the page and how the transfeminist movement was built off the Facebook page.
Key-words: Transfeminism, Facebook, gender, digital environment, sociability

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Facemash 56
Figura 2: Thefacebook 59
Figura 3: Página de entrada 62
Figura 4: Timeline 63
Figura 5: Ferramentas de interações 65
Figura 6: Páginas 68
Figura 7: Feed de notícias 71
Figura 8: Pichações no banheiro 77
Figura 9: Respostas 78
Figura 10: Post Hailey Kass 79
Figura 11: Página TransAdvocate 80
Figura 12: Botões Grrr e Triste 82
Figura 13: As reações 116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Números da página *Transfeminismo* 81

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
1.1 Caminhos trilhados 14
2 FEMINISMO E GÊNERO 18
2.1 História dos movimentos feministas: As ondas e suas repercussões teóricas 18
2.1.1 A busca por direitos 22
2.1.2 A onda libertária 25
2.1.3 Sobre as mulheres 29
2.2 Trajetórias do gênero e suas interpretações 33
2.2.1 Gênero, sexo e teoria *queer* 36
2.3 Desdobramentos contemporâneos dos feminismos 40
2.3.1 Feminismo radical hoje 43
2.3.2 Transfeminismo 47
3. SOCIABILIDADE NO FACEBOOK 50
3.1 Sociabilidade em rede e a descrição 50
3.2 Descrevendo o *Facebook* 55
3.2.1 *Facebook* e suas origens 56
2.2.2 Funcionalidades do *Facebook* 62
4. TRANSFEMISMO E O AMBIENTE DIGITAL 74
4.1 A página *Transfeminismo*: origens e perfis das administradoras 74
4.1.1 Perfis das administradoras 78
4.2 A sociabilidade na página *Transfemininismo* 81
4.2.1 Violências 83
4.2.2 Reconhecimento legal 95
4.2.3 Transfeminismo x Feminismo Radical 104
3.2.4 O anúncio da candidatura da Hailey Kass e a invasão de sua página 112
4.2.5 Eventos e o curso transfeminista 120
CONSIDERAÇÕES FINAIS 130
REFERÊNCIAS 134

1 INTRODUÇÃO

A partir das comunidades do *Facebook*[1] que possuem características fundamentais da socialização em rede é possível refletir sobre as relações entre as novas formas de exercício político e as tradicionais manifestações no espaço público compartilhado. Estas novas formas de ação comunitária parecem habilitar uma reavaliação entre movimentos sociais e a ocupação do tecido urbano, pois as comunidades *online* podem se organizar politicamente sem ocupar efetivamente a cidade.

Esta pesquisa analisou a página[2] *Transfeminismo* no *Facebook*, para compreender como estas novas formas de ação política que se desenvolvem a partir do suporte do ambiente digital operam efetivamente no seu dia-a-dia. Os *posts*, curtidas e comentários[3] indicaram, portanto, como se estabelece a interação dos membros e quais temas recebem destaque e geram repercussão no próprio *Facebook* ou para além dele. A análise deste material acrescida do perfil de alguns membros destacados, traçado com informações disponíveis na plataforma e a partir de conversas, visou compor um quadro da ação sócio-política que tem como centro nevrálgico as comunidades.

Os variados discursos, compostos com um misto de conteúdo captado em outros *sites*, misturado com *memes*[4], chamadas para eventos e relatos de história de vida formam este mosaico peculiar e rico em capacidade de iluminar relações de sociabilidade que demandam um estudo etnográfico específico.

Há de se considerar, também, como essas manifestações hodiernas dialogam com a constituição histórica do movimento transfeminista e, também, com a história das variadas vertentes e ondas do feminismo. Esta aproximação é baseada na própria história do transfeminismo, intimamente ligado a um braço relativamente recente do feminismo, a teoria *queer,* mas também na observação preliminar de que as mulheres cis[5] e as mulheres trans[6] foram objetos de semelhantes

---

[1] O *Facebook* é uma rede social, em que seus usuários criam perfis e através deles se conectam com amigos ou grupos, através do feed de notícias ou mensagem privada. Esses usuários podem criar páginas, chamadas de comunidades, para conectar-se às pessoas que possuem interesses semelhantes sem a necessidade de serem amigos. (Facebook, 2018).
[2] A página também foi chamada de comunidade nesta dissertação, pois é assim que ela é denominada pelo *Facebook*.
[3] Essas são algumas formas de interações entre os usuários do *Facebook*.
[4] Uma molécula de transferência cultural de ideias, símbolos ou práticas de escritas ou outros fenômenos imitáveis.
[5] Refere-se às pessoas cuja identidade de gênero coincide com o sexo designado no nascimento.
[6] Refere-se às pessoas cuja identidade de gênero, não coincide com o sexo designado no nascimento, podendo ter feito a cirurgia de redesignação sexual ou não.

ações de exclusão pública e política. Muitas das dificuldades pelas quais passam os membros da comunidade transfeminista, a saber, a invisibilidade, o preconceito e a exclusão dos negócios públicos, corresponderam, em outro momento histórico, às dificuldades experimentadas pelas mulheres cis, com o agravante que as trans ainda desafiam a consagrada divisão binária de gêneros. Esta contestação, embora involuntária, provoca choque no cenário público, agravando ainda mais a condição marginal das mulheres trans e as deixando mais suscetíveis ao isolamento e invisibilidade. Nesse contexto, parece natural a opção prioritária por formas de encontro que favoreçam a proteção e estabeleçam pontos seguros, tais quais as comunidades do *Facebook*.

As observações preliminares do funcionamento das comunidades transfeministas *online* apontavam uma grande relevância para essa forma de congraçamento social que parecia, ao menos em um primeiro momento, mais do que mero espaço de encontro ou visitação, mas um modo próprio de ação política em consonância com a reorganização da esfera pública na contemporaneidade, e adequada a um grupo minoritário, com pouca visibilidade e muitas vezes sujeito a preconceito. As razões para o sucesso de tais iniciativas podem ser explicitadas ao longo da pesquisa, especialmente com o estudo aprofundado e histórico do movimento transfeminista e constituíram importante acréscimo na reflexão, mas não constituem em si, o problema de pesquisa, uma vez que elas podem e tendem a ser difusas.

A questão que se levanta aqui, portanto, deve encontrar possibilidade de resposta dentro do escopo de uma pesquisa, considerando o objeto proposto e suas peculiaridades. Nesse sentido, o problema investigado passa pela lógica de funcionamento das próprias comunidades, seu conteúdo e a participação dos usuários, isso tudo ligado às ideias de reorganização do espaço público e das novas formas de ação política.

Dentro desse contexto, aparece como questão central da investigação revelar como, a partir de uma série de ações diversas e próprias da sociabilidade em rede e, especificamente, do *Facebook,* se colocam e se debatem questões prementes à comunidade transfeminista e quais são as suas repercussões no ambiente digital e para além dele?

A hipótese central que animou essa instigação foi que o movimento transfeminista concentra-se, primordialmente, em torno do ambiente digital. Em análises preliminares, foi possível perceber que a manifestação no espaço público tradicional da cidade e das ruas ainda é pontual e com pouca adesão dos participantes das comunidades que estão no ciberespaço. As razões para a escolha da internet como forma de encontro e expressão da sociabilidade num grupo como

as transfeministas parecem claras. Para um grupo marginalizado, abertamente discriminado e vítima de violência constante, o espaço virtual da internet com toda sua proteção parece especialmente propício para suas manifestações pessoais ou políticas.

Outra importante hipótese da pesquisa se relacionou à identidade de gênero; pressupõe-se, a partir de análises preliminares, que os participantes do movimento transfeminista *online* parecem ter mais segurança em relação à sua própria identidade de gênero. O ativismo, por si só indica certa segurança, pois para defender uma causa, é primeiro necessário identificar-se com ela. No caso específico, para se afirmar como *transfeminista* acredita-se que a pessoa já tenha se aceitado como *transexual*. Nas comunidades transexuais, de modo geral, (graças também a observações sobre o seu funcionamento) as pessoas ainda estão em um processo de afirmação do seu gênero, sendo as postagens – em muitos casos fotos e relatos pessoais – reflexo dessa tentativa de reconhecimento de existência.

As transfeministas, por sua vez, parecem estar mais seguras de sua transição e são mais reconhecidas no gênero diferente daquele que foram designadas ao nascer. Por essa razão, suas pautas estão mais relacionadas à busca por direitos civis e sociais das mulheres trans ou cis; à inclusão no discurso do feminismo de um sujeito mulher mais amplo e heterogêneo; à desconstrução do gênero na sua relação obrigatória com o sexo biológico; e, por fim, às narrativas de superação dessas mulheres em uma sociedade hostil e conservadora. Por isso, as comunidades transfeministas possuem um tipo específico de participantes, o que parece sugerir certa correlação entre questões identitárias e acolhimento social recebido por essas pessoas, seja no ambiente familiar, no trabalho ou no círculo de amigos. Acredita-se que essas questões de identidade em relação ao gênero tendem a ser mais bem recebidas em um ambiente social mais sensível à diferença e menos agressivo, como as comunidades fechadas do *Facebook*.

Esta dissertação objetiva, então, analisar, detidamente e sempre a partir da lógica interna da plataforma, como relações de sociabilidade típicas operam para criar a comunidade transfeminista no *Facebook, Transfeminismo,* um local de ação sociopolítica que mistura ativismo e espaço de diálogo, observando as repercussões geradas no ambiente digital e para além dele. Inicialmente, também seria analisada a comunidade *Feminismo Transincludente*, porém no primeiro contato com a administradora pelo *Facebook*, ela relatou que a página foi criada para um trabalho acadêmico e ela não era uma mulher trans, tampouco militante do movimento.

Neste trabalho esteve em foco parte da comunidade transfeminista, um grupo claramente minoritário; minoritários, de fato, já são os membros da comunidade trans, alijados que são do padrão heteronormativo que tende a reger a sociedade. As pessoas trans ainda desafiam a binaridade de gêneros, sendo colocados por isso ainda mais à margem da sociedade. Especificamente para as mulheres trans existe mais uma barreira, uma causa mais ampla que poderia abrigá-las, como o feminismo, tem relações ambivalentes com a comunidade e alguns ramos mais radicais do movimento chegam mesmo a excluí-las do seu escopo. Simplesmente por ocupar esse lugar desconfortável e em consonância com a defesa de uma política de minorias, este trabalho já se justifica, já se faz premente. Este local fora da luz do teatro público não se configura somente como um lugar esquecido no qual se vê pouco interesse público e cuidado, mas de um lugar também de violência e abuso. No Brasil, a violência contra as pessoas trans é intensa e deixa muitos corpos para trás, mais uma razão para se jogar luz sobre a vida dessas pessoas.

A comunidade transfeminista reunida no *Facebook* pode gerar um ponto de reflexão na análise dos desdobramentos dos feminismos contemporâneos. Nesta pesquisa viu-se um potencial importante da análise proposta para balancear as contribuições da teoria *queer* nos novos rumos do pensamento feminista. De fato, as demandas específicas das pessoas trans ajudaram a redesenhar o escopo da política feminista contemporânea e, muitas vezes, a refinar e repensar suas demandas sócio-políticas. O conjunto de reflexões que podem ser agregados a estes dois pilares: a política das minorias e o pensamento feminista constituem grande parte da justificativa desta dissertação, graças também à convicção do potencial do objeto de pesquisa escolhido para enriquecer esses debates.

Anteriormente, tocou-se na questão da precariedade social dessa comunidade e dos seus membros, precariedade que se reflete no pouco abrigo que as pessoas trans recebem das políticas públicas e que muitas vezes ensejam atos de violência e perseguição. Tomou-se como hipótese de trabalho na pesquisa que este sentimento de desproteção tende a levar a comunidade transfeminista a se congregar em ambientes virtuais, usando as comunidades do *Facebook* como lugar seguro de encontro e troca de ideias e experiências de vida. Especialmente para grupos com pouca visibilidade e/ou sujeitos à marginalização o ambiente digital e suas medidas protetivas oferecem uma chance de encontro e organização sem precedentes. Para algumas comunidades que tradicionalmente eram confinadas aos guetos e padeciam de uma quase total invisibilidade, as novas maneiras de socialização e encontro no ciberespaço cumprem uma importante função de

organização. Através do compartilhamento de histórias de vidas ou na forma de relatos, chamando atenção para crimes ou perseguição, o ambiente digital tem se mostrado vital para o recrudescimento da política de minorias. A opção metodológica por concentrar o aspecto empírico da pesquisa nessa comunidade vinculou-se a esta hipótese.

Por estas razões, o estudo de comunidades transfeministas no *Facebook*, buscou analisar um novo modelo de organização política e luta por reconhecimento numa era em que as fronteiras entre espaço público e privado se tornam cada vez mais difusas e difíceis de demarcar.

1.1 Caminhos trilhados

A pesquisa iniciou-se, naturalmente, com a fase de seleção da bibliografia que abarca alguns eixos temáticos centrais do trabalho, a saber, o nascimento do movimento transfeminista, a história do feminismo, as novas relações sociopolíticas promovidas nos ambientes digitais e a interlocução entre a ação política nestes ambientes e espaço público. Neste primeiro momento o objetivo foi buscar fortalecer os laços entre os eixos temáticos supracitados para melhor definição do objeto teórico. Esta fase ocupou alguns meses de trabalho, visando tanto uma melhor definição dos rumos da pesquisa quanto uma capacitação para as fases seguintes que contarão com a coleta de dados e análise de material. Com o escopo da pesquisa bem estabelecido, suas principais questões e hipóteses iniciou-se o trabalho de campo propriamente dito.

O método escolhido para a pesquisa de campo foi a etnografia e aqui devem ser feitas algumas observações sobre a especificidade desse método na análise das comunidades *online* de maneira geral e as comunidades do *Facebook* especificamente. A etnografia aplicada à análise de práticas sociais em ambientes digitais ainda é, de alguma maneira, uma atividade recente. Não há, portanto, nenhuma metodologia consagrada por décadas de observação, críticas constantes e validação pelos pares. Existem, pelo contrário, várias práticas pontuais que gradualmente começam a ser postas a prova e testadas por uma série de pesquisadores.

Na pesquisa em questão, a escolha da metodologia foi precedida pela análise de outros trabalhos de etnografia realizados em comunidades *online*, o que parece orientar a pesquisa na direção de tentar maior fidelidade ao método etnográfico clássico, ou seja, mesmo não dispondo de todas as condições garantidas pela observação presencial, parece mais acertado manter algumas diretrizes básicas.

Em todo trabalho etnográfico a observação cuidadosa e estruturada compõe um passo decisivo. Do mesmo modo, a constante vigilância sobre o papel do pesquisador no seio da comunidade se revela outro pilar fundamental (VELHO, 1981). Finalmente, a pesquisa continuada sobre seu objeto, a tentativa de captar seu caráter multifacetado, o trabalho para entender suas ramificações continuam sendo importantes aliados da pesquisadora. Acredita-se aqui que essas posturas podem e devem ser mantidas na pesquisa de comunidades *online* e que a partir daí possa nascer um método próprio em consonância com as demandas singulares de um trabalho voltado para a análise das comunidades do *Facebook*.

O *Facebook* conforma e expõe novas relações de sociabilidade, pois consegue traduzir o excesso de dados que caracterizam as redes sociotécnicas em uma experiência relativamente individual, provendo um fluxo quase pessoal (quase pessoal, pois esse fluxo é determinado pela própria plataforma, e não pelo usuário) de informações, notícias e outros para seus participantes, como bem descrito no trabalho de Laysmara Carneiro Edoardo (2017). Esse fluxo se coaduna com as necessidades sociais criadas por uma sociedade de extremo consumo, marcada pelo excesso de oferta de mercadorias, em que até mesmo as pessoas, neste ambiente, se comportam, se vendem e se trocam como tais (essa, por exemplo é a posição de Bauman, 2007). De acordo com Edoardo (2017), a chamada fórmula de impacto do *Facebook* composta por imagem e texto curto "passa a ser tomada como expressão de verdade e também como fonte confiável, em detrimento das demais ferramentas (textos longos ou links para sites prospectivos) que não têm o mesmo alcance entre os utilizadores da rede, justamente pelo fato da aceleração na difusão dos acontecimentos." (EDOARDO, 2017, p. 5)

Apesar de tal rede de sociabilidade exprimir novos modos de interação entre seus membros, concorda-se aqui com Skågeby (2013) que concebe a etnografia das comunidades *online* calcada fortemente nas mesmas bases da etnografia tradicional. As questões que ele propõe ao pesquisador do ambiente digital coadunam com a postura de toda etnógrafa: a procura pela delimitação e os contornos do fenômeno a ser observado, a procura pela melhor maneira de coletar e categorizar os dados adquiridos e a relação do pesquisador com o objeto de estudo.

Especialmente em relação ao *Facebook* e suas comunidades ele sugere três caminhos para a observação: a aberta, a parcialmente aberta e a oculta. Nesta pesquisa, opta-se pelo segundo caminho, a observação parcialmente aberta na qual o observador participa da comunidade ou página, mas só se comunica formalmente com os membros sempre em relação à pesquisa, sem

abandonar o papel de pesquisadora. Acredita-se aqui que dentre as três posturas sugeridas, essa se assemelha mais ao trabalho tradicional da etnógrafa na medida em que se professa aqui que a pesquisadora, mesmo imerso na comunidade, em qualquer comunidade, nunca deve perder de vista o fato de ser um/a integrante *sui generis* que está ali para realizar um trabalho antropológico. Essa distância parece fundamental para a pesquisa etnográfica, pois assegura a possibilidade de um olhar mais crítico e de uma relação mais transparente com os outros membros que sabem ser objetos de uma pesquisa.

Explicitada a postura escolhida para a observação, cumpre agora delimitar o processo de coleta de dados. Inicialmente, a ideia era coletar apenas o conteúdo das postagens dos/as participantes e sua repercussão nos comentários, mas nas observações preliminares que se deram previamente à redação deste trabalho, percebeu-se que os dados seriam insuficientes para compor o contorno da comunidade escolhida, a saber, *o Transfeminismo*. Nessas observações primeiras, sem caráter sistematizado, percebeu-se que os conteúdos por si só não dariam conta de mostrar muitas das características da comunidade. Registrar apenas as ações sem o devido conhecimento das pessoas que as postam sugeriu uma insuficiência na coleta que se pretende remediar com mais ações. Encontrou-se, neste ponto uma barreira descrita por Ferraz e Alves (2017), em seu trabalho sobre etnografia *online*, o perigo da observação superficial. No texto, apresentado no 41º da Anpocs (2017), eles apresentaram como estratégia para reforçar essas novas vertentes da etnografia no ambiente digital variadas reflexões dos fundadores da antropologia, inclusive Mauss, de quem eles retiram o aviso sobre a superficialidade.

Para evitar a superficialidade da observação decidiu-se por uma ação complementar. Em primeiro lugar, analisou-se os perfis pessoais e outras páginas das administradoras, responsáveis pelas postagens, Beatriz Bagagli e Hailey Kass, além do estreitamento dos laços com ambas para entender mais sobre seus pensamentos e experiência vividas. Com a posse dos dados coletados em todos os procedimentos: análise das postagens e dos perfis das administradoras traçou-se um contorno da comunidade, seus modos de interação e sua repercussão fora do *Facebook,* como manifestações e encontros.

A dissertação está dividida em três capítulos, além das considerações finais. No primeiro capítulo foi feita uma análise crítica do movimento feminista desde suas origens até a conformação contemporânea do transfeminismo, com destaque para os eventos marcantes, para as contribuições teóricas mais significativas, para as tensões entre as diferentes vertentes do feminismo ao longo de

sua história e, também, para as questões dessas três naturezas que afetam a comunidade trans e o transfeminismo.

Este olhar histórico e analítico visou habilitar uma reflexão mais nuançada sobre as relações sociopolíticas que preferem os ambientes digitais e, em específico, o *Facebook* No segundo capítulo, procurou-se precisar os contornos da sociabilidade em ambientes digitais a partir das considerações de Simmel. Subsidiariamente, recorreu-se a Bruno Latour e sua teoria do ator-rede para tentar mapear como tal sociabilidade se processa num ambiente parcialmente orientado por uma programação prévia como o *Facebook*. Neste processo, tentou-se apontar algumas das mais importantes funcionalidades da plataforma, sempre com um olhar crítico para a ação dos algoritmos, pois estes dirigem fortemente a ação dos usuários no *Facebook*. Estas ações não pretendiam iluminar totalmente a complexa programação envolvida na plataforma, mas meramente expandir a compreensão sobre as interações dos usuários para, no capítulo seguinte, analisar com mais profundidade, o funcionamento da página em questão

No terceiro capitulo foi feita uma análise da página *Transfeminismo* e das interações existentes. Entender o nascimento da comunidade criada por Hailey Kass junto com outras mulheres trans, pareceu um primeiro passo fundamental para posteriormente adentrar nos *posts* realizados por ela e a Beatriz Bagagli. Foi feito um recorte temático para facilitar as análises propostas, na tentativa de compreender sobre o funcionamento da página e utilizados o arcabouço teórico apresentado no primeiro capitulo e novos autores para uma melhor elucidação dos assuntos debatidos.

2 FEMINISMO E GÊNERO

2.1 História dos movimentos feministas: As ondas e suas repercussões teóricas

O transfeminismo pode ser considerado tanto como um desdobramento do movimento feminista quanto como uma de suas manifestações mais recentes. Portanto, para compreender amplamente sua conformação e suas peculiaridades, a história do feminismo deve ser percorrida; em especial quando ela tangencia questões fundamentais para essa vertente especifica do movimento.

Uma das questões centrais envolvendo o feminismo se refere à efetiva participação das mulheres na política. Historicamente, mesmo em sua forma clássica, na Grécia, a democracia sempre foi restrita a um grupo específico de participantes; a participação nas reuniões na ágora ateniense, por exemplo, era vedada aos estrangeiros, aos escravos e às mulheres. De fato, por muito tempo as mulheres foram alijadas dos negócios públicos e consequentemente, suas demandas permaneceram ocultas ou pouco visíveis. Aqui, adere-se à concepção de política de Hannah Arendt expressa em *A condição humana* (2001) na qual a vida política é o complemento essencial à vida privada. Nesta concepção, o ser humano só se realiza plenamente a partir do momento em que suas ações rompem com o círculo interno de suas relações privadas e passam a ser encenadas no palco mais amplo da vida pública.

Alinhada a esse pensamento, Mary Beard (2018) afirma que já nas primeiras manifestações da cultura ocidental as vozes feministas não eram ouvidas em âmbito público. Ao relatar a relação entre mãe e filho no clássico *Odisseia*, a autora demonstra esse silenciamento das mulheres. Em um certo momento, quando Penélope, a mulher do herói e protagonista Ulisses, tenta opinar sobre a música escolhida, Telêmaco, seu jovem filho, a manda retornar imediatamente aos seus aposentos, argumentando que "discursos são coisas de homens, de todos os homens, e meu, mais que qualquer outro, pois meu é o poder nessa casa." (HOMERO, 2001 *apud* BEARDS, 2018, p.16). Ser plenamente homem, na cultura grega, é ser um cidadão, alguém cuja fala é digna de ser ouvida, e para superar o reino do privado é necessário aprender a assumir o controle do pronunciamento público e isso, parece, inclui constranger toda tentativa de fala feminina.

Penélope não é a única silenciada, pois também Eurídice, amante de Orfeu, não tem palavra sobre seu destino. Na reinterpretação feminista do mito iniciada no poema de Rilke (Orfeu,

Eurídice, Hermes) e continuada pela poeta Hilde Doolittle em *Eurídice*, a amante reclama do resgate não requisitado e ela

> que foi arrastada para cima e para baixo sem ser capaz de intervir, descobre a extraordinária possibilidade de comentar sobre sua própria história a partir do seu ponto de vista. A história se revela como sendo de crueldade e arrogância, sempre decidida por ele que agiu e errou para possui-la de novo, sem se perguntar, ou perguntar a ela, qual era o desejo do outro. (CAVARERO, 2001, p. 106, tradução livre)[7].

Beard (2018) cita também o exemplo de duas mulheres da antiguidade cuja natureza rebelde não era capaz de mantê-las em silêncio em espaços públicos. A primeira, conhecida como Mercia, é retratada por possuir características consideradas masculinas por trás de sua aparência feminina. Chamada de "andrógina"[8], ela conseguiu defender-se com sucesso nos tribunais romanos. A segunda, Afrania, instaurava processos legais e advogava por si mesmo. Por diversas vezes, os homens reclamavam que estavam cansados de ouvir seus latidos e grunhidos, referência clara ao fato de considerá-la como um ser falante, mas sem acesso à fala propriamente humana. A informação de sua morte em 48 a.c. foi amplamente divulgada, pois "com aberrações antinaturais como essa, é mais importante registrar quando morreram que quando nasceram." (BEARD, 2018, p. 23). Aqui, percebe-se uma relação entre as discussões de gênero contemporâneas e as mazelas sofridas por aqueles que desestabilizam de alguma forma as divisões binárias de gênero. Por muitas vezes pessoas trans têm sua existência deslegitimada e são alvos de violência e uma das razões para isso é seu caráter intersticial. Tomadas como seres anômalos, talvez por isso sejam tão matáveis, uma espécie de *homo sacer* contemporâneo (argumento que vai ser desenvolvido mais adiante).

Embora, historicamente, a exclusão da vida pública não seja restrita somente às mulheres, para elas o peso do cerceamento é muito mais significativo. Em sua reflexão sobre a ausência das mulheres na vida pública, Adriana Cavarero (2001) pondera que *impolitizar* é um ato de consequências diversas para homens e mulheres, pois

---

[7] Who is dragged up and down without being able to intervene, discovers the extraordinary possibility of commenting upon this story from her point of view. The story reveals itself to be one of cruelty and arrogance, always decided by he who has acted and erred in order to possess her again, without asking himself, or asking her, what the other´s desire is.

[8] Andrógino, do grego ανδρος, homem e γενος, mulher, de aparência ou modos indefinidos entre homem e mulher, ou que tem traços marcantes do outro sexo. (Dicionário Aurélio, 2010).

> os códigos sociais dominantes, que prescrevem diferentes papéis para homem e mulher, tornam esta falta de política [*impolicititá*] diferente para cada um. Para as mulheres, a ausência da cena interativa, na qual a unicidade pode ser exibida, é historicamente acompanhada pelo estranhamento constitutivo das representações do sujeito, que regem a ordem simbólica patriarcal. (CAVARERO, 2001, p. 57, tradução livre)[9].

Cavarero (2001) destaca esta diferença para pontuar como as mulheres, por muito tempo excluídas das políticas públicas e das próprias definições universais sobre a natureza humana, encontram no espaço da narração uma importante forma de reconhecimento identitário. O reconhecimento pelos pares através do compartilhamento de histórias de vida, deste modo, é uma primeira forma de afirmar-se como sujeito e, assim, pavimentar a entrada numa vida política. Para as mulheres, a experiência de cada uma, a vida de cada uma contada para os outros é mais que mero ato de exibição de identidade, mas um importante avanço para o reconhecimento social.

Paralelamente a essa forma de reconhecimento, é preciso refletir sobre a possibilidade de conformação de um autorrespeito a partir do reconhecimento formal de direitos. Segundo Honneth (2015), com a possibilidade de reclamar e defender seus direitos é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica. A efetividade social desse poder é demonstrada ao portador reiteradamente no momento que ele encontra reconhecimento universal como pessoa moralmente imputável. Pode-se assim

> tirar a conclusão que o eu sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros da sua coletividade as propriedades que capacitam para participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si desse modo é o que podemos chamar de autorrespeito. (HONNETH, 2015, p. 197).

Esse entendimento sobre direito legal, reconhecimento e autorrespeito é de grande valia para compreender as reivindicações das mulheres na primeira onda feminista – que, até então, viviam em condições legais limitadas – por direitos formais. Ser um indivíduo dotado de plenos direitos é de suma importância para que a mulher possa ser reconhecida como cidadã, uma vez que aqueles não contemplados pela lei vivem em uma espécie de existência obscura, justamente por estarem longe da luz do público.

---

[9] The dominant social codes, which ascribe different roles to men and women, make this lack-of-politics (impoliticitá) different for each. For women, the absence of an interactive scene, where uniqueness can be exhibited, is historically accompanied by their constitutive estrangement from representations of the subject, which rule in the patriarchal symbolic order.

> Em comparação com a realidade que decorre do fato que algo é visto e escutado, até mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos – vivem em uma espécie de existência incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a se tornarem adequadas à aparição pública. (ARENDT, 2001, p. 60-61)

Do mesmo modo advoga-se aqui a importância de um palco público para que as trans adquiram aquilo que Honneth chama de autorrespeito, daí a pertinência do objeto de pesquisa, as comunidades transfeministas. Uma esfera comum, como as comunidades no *Facebook*, é o primeiro passo para que as reivindicações saiam do confinamento de sua existência privada e venham ao público. Essa passagem ao público é, de fato, o que permite caracterizar o movimento feminista moderno. Apesar de a história ocidental ter marcas de mulheres que se rebelaram e lutaram por sua liberdade, por exemplo, durante a Inquisição da Igreja Católica, foi somente no século XIX que as mulheres se organizaram na luta por direitos formais, dando origem ao movimento feminista.

Feminismo, entretanto, não é um termo unívoco, tampouco feminista. Ao tentar definir o movimento feminista, muitos cometem o erro de acreditar que o movimento se constitui como um agrupamento de mulheres com pensamentos e ideias coesas sobre a realidade e relações de gêneros vividas por elas. (PINTO, 2010; HITA, 2002). Essa posição, no entanto, está bem distante da complexidade do fenômeno. Para Gamba, "o feminismo não é homogêneo, nem constitui um corpo fechado de ideias, já que as mesmas posturas políticas e ideológicas que abarcam toda a sociedade, se intercruzam nas suas distintas correntes internas" (GAMBA, 2010, p.1).

De fato, como pode ser observado ao longo de sua trajetória, não existiu um único projeto feminista, pelo contrário, existiram no passado e há ainda hoje, projetos diversos e até mesmo antagônicos em relação às suas premissas. Atualmente, por exemplo, há uma tensão dentro do movimento em relação à definição de mulheres cis como o sujeito único com lugar de fala na ação feminista. Portanto, entender a criação e a história do movimento é fundamental para compreender os arranjos e rearranjos frente às reivindicações de cada época e entender a diversidade desse movimento.

Há um certo consenso entre os/as estudiosos/as do tema em dividir os movimentos feministas nas chamadas "ondas" e, segundo Santos (2017), esse termo é usado como forma explicativa de um projeto que ainda não se completou em dois sentidos: nem em seu parâmetro

cronológico e nem em suas sucessivas construções teórico-temáticas. A ideia de ondas, com marés altas e baixas, revela uma continuidade de um processo não evolucionista, sendo meio facilitador para a análise dos cenários e das suas diversidades. Neste trabalho optou-se pela divisão em quatro ondas (alguns autores/as trabalham apenas com três ondas), por acreditar que nos últimos anos eventos como a *Marcha da Vadia* e a campanha *#metoo,* novos contextos, principalmente relacionados ao uso da internet e das redes sociais, e novos autores/as, com destaque para Preciado e Butler, conduziram algumas modificações substanciais no projeto crítico do feminismo em relação à onda anterior.

2.1.1 A busca por direitos

A igualdade, apesar de ser um dos princípios basilares do iluminismo, nunca se realizou completamente, em especial para as mulheres. Pode-se afirmar ainda, com alguma dose de certeza, que a Revolução Francesa também não acolheu as demandas femininas. Essa situação de negação política e degradação da mulher criou um terreno fértil para o nascimento e a consolidação da percepção de que era necessário lutar de maneira mais autônoma para conquistar as reivindicações específicas das mulheres.

A primeira onda do movimento feminista aconteceu em meados do século XIX e foi marcada pela luta por direitos civis e, principalmente, pelo direito voto, através das sufragistas. As demandas do feminismo, nesse momento, foram pela igualdade legal e social, para afirmar o caráter de humanidade das mulheres e o consequente acesso aos direitos humanos universais conquistados pelos homens, mas não usufruídos, de fato, pelas mulheres. (GAMBA, 2008; PERUCCI, 1990).

Essa fase é marcada pela ascensão das mulheres letradas e de classe média que se encontravam indignadas por serem privadas de uma vida pública, marginalizadas na educação e nas profissões liberais, além de serem consideradas legalmente propriedade de seus maridos (GARCIA, 2011). Embora a maioria das líderes feministas fossem mulheres da burguesia, a classe trabalhadora também participou do movimento lutando por melhores condições de trabalho, atrelando assim o feminismo à luta de classe. (PERUCCI, 1990). Embora se perceba que há diferenças entre as feministas burguesas e as proletárias, entre aquelas envolvidas em correntes liberais ou socialistas, Garcia (2011) afirma que os dois movimentos construíram uma estratégica política em conjunto: colocar em ênfase histórica a questão da mulher**.**

Dois países tiveram papel de destaque durante a primeira onda, os Estados Unidos e a Inglaterra. No primeiro, as sufragistas participaram das sociedades antiescravistas dos estados do norte. As mulheres brancas, tanto as donas de casa quanto as trabalhadoras, foram ativamente atraídas por movimentos abolicionistas, uma vez que frequentemente evocavam a metáfora da escravidão para expressar suas respectivas opressões. Aquelas de classe média começaram denunciar o caráter insatisfatório de sua vida doméstica, definindo o casamento como uma forma de escravidão. Já para as trabalhadoras toda opressão sofrida nas indústrias possui grande semelhança com a escravidão (DAVIS, 2016). Em 1848, Elizabeth Cady Stanton, uma mulher branca que participou ativamente do movimento abolicionista e aprendeu que era possível organizar uma resistência política à opressão, planejou e convocou o primeiro congresso para reivindicar os direitos civis das mulheres, realizado em uma igreja em Seneca Falls, no estado de Nova York. Segundo Davis, "a importância inestimável da Declaração de Seneca Falls residia em seu papel como expressão da consciência sobre os direitos das mulheres em meados no século XIX." (DAVIS, 2016, p. 64).

Depois da Guerra Civil Americana (1861-65), a votação foi concedida aos negros, mas não às mulheres. É interessante observar que, após esse acontecimento, há uma desassociação das mulheres brancas do movimento abolicionista, pois elas acreditavam que nenhum negro deveria ter o direito ao voto se a mulher também não o tivesse. Nesse momento a luta das sufragistas ganha contornos violentos, inúmeras mulheres foram presas. Apenas em 1920 a Emenda 19 da Constituição reconheceu o direito de votar sem discriminação de sexo. (GAMBA, 2008; ALVES e PITANGUY, 2003).

Na Inglaterra, as exigências das mulheres pelo direito ao voto provocaram alguns debates no parlamento a partir de 1865. O problema da exploração de mulheres e crianças nas fábricas ligava parte movimento ao socialismo, aumentando a demanda por melhorias nas condições de trabalho. Assim como nos Estados Unidos, existia outra corrente que estava diretamente ligada às ideias liberais e de emancipação das mulheres. Criada em 1903, a União Social e Política da Mulher, sob liderança de Emmeline Pankhurst e que defendia a união das mulheres independentemente das diferenças de classe, organizou atos de sabotagem e manifestações violentas. Essa associação foi declarada ilegal em 1913 e seus membros foram perseguidos e presos. Com a Primeira Guerra Mundial e a necessidade de substituição do trabalho masculino durante o conflito, o governo britânico declarou anistia às sufragistas e elas foram responsáveis

pela organização das mulheres em seus novos trabalhos. Apesar disso, a votação só foi concedida às mulheres em 1928. (GAMBA, 2008; ALVES e PITANGUY, 2003).

A primeira onda no Brasil também se manifestou publicamente através do movimento sufragista pelo direito das mulheres ao voto. Essa luta esteve definitivamente associada ao nome de Bertha Lutz,

> bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2010, p. 16).

Segundo Pinto (2003), no entanto, não se pode reduzir as manifestações feministas da época à Bertha Lutz e suas lutas, sendo possível identificar pelo menos três vertentes claras. A primeira, a mais forte e organizada, é a liderada por ela e tem como objetivo central a conquista de direitos políticos pelas mulheres. Apesar dessa vertente possuir um alcance nacional, chegando a certa institucionalização, ela tem, conforme a autora, limites muito precisos, pois não relaciona a posição de exclusão da mulher com o poder do homem. Assim, a inclusão da mulher na sociedade aconteceria sem a necessidade de alterar as relações de gêneros pré-existentes, sendo considerado o viés mais comportado do feminismo brasileiro. É interessante observar que no livro *Homens em tempos sombrios*, Hannah Arendt descreve a mãe de Karen Blixen[10], como "defensora do voto feminino, ativa na luta por direitos políticos da mulher na Dinamarca, e provavelmente uma daquelas excelentes mulheres que nunca levarão um homem à tentação de seduzi-las" (ARENDT, 2008, p.105), demonstrando que essa face do movimento que não contesta a posição do homem e a opressão sofrida pela mulher também existiu em outros países, como na Dinamarca.

A segunda vertente, chamada de feminismo difuso, manifesta-se em inúmeras expressões da imprensa feminista alternativa. Constituído de jornalistas, escritoras e professoras, essas mulheres possuíam um campo mais denso de questões, defendiam a educação das mulheres e

[10] Karen Christentze Dinesen (1885-1963), baronesa de Blixen, foi uma escritora dinamarquesa. Autora de romances e contos como *Fazenda Africana* e Banquete de *Babete*, usava como pseudônimo seu nome de solteiro, Dinesen, prefixado do nome masculino Isak.

relatavam a opressão dos homens e a tentativa de mantê-las fora do espaço público, além de tocarem em temas como sexualidade e divórcio (PINTO, 2003).

A terceira vertente possui um relacionamento direto com o movimento anarquista e, posteriormente, com o partido comunista. Trata-se de mulheres trabalhadoras, intelectuais, militantes de esquerda, com interesse voltado para as questões de exploração do trabalho, articulando seus ideários anarquistas e comunistas às teses feministas. Em 1917, essas se reúnem na União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas para tratar das condições precárias das mulheres nas fábricas.

Pode-se concluir, portanto, que a movimentação feminista se expressou de diversas formas e com graus de radicalidades diferentes, porém o centro da questão era a luta por direitos políticos, a conquista da cidadania[11] em seu nível mais básico. Essa foi a porta de entrada das mulheres para o espaço público não só no Brasil, mas em todo mundo (PINTO, 2003).

2.1.2 A onda libertária

A partir de 1930 o feminismo perdeu o fôlego, retomando sua centralidade e destaque conjuntamente com distintos movimentos sociais como os hippies, as revoltas estudantis, os negros e homossexuais na década de 1960. (PINTO, 2010). Nessa nova etapa do feminismo, a segunda onda, destacam-se as contribuições de Simone de Beauvoir com o livro *Segundo Sexo* (1949) e de Betty Friedman com a obra *Mística Feminina* (1963). A primeira tenta desvendar em seus escritos o que representa ser mulher através de mitos, literatura, história, psicologia e até da biologia. Segundo Beauvoir, nenhuma dessas vertentes é capaz de definir o conceito de mulher, porém essas múltiplas correntes foram fundamentais para que o homem tenha-se tornado a norma positiva e a mulher, por sua vez, o negativo. “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1970, p.10). Essa posição indica uma perda feminina de identidade social e pessoal. No segundo volume, Beauvoir afirma “Ninguém nasce mulher, torna-

[11] Defende-se aqui, conforme pensamento de TH Marshall (1967), que o conceito de cidadania está atrelado à inclusão social, assim ele advoga uma noção de cidadania que incorpore não apenas os elementos dos direitos civil e político, mas, fundamentalmente, o social, enquanto o direito do indivíduo de participar do mínimo da herança social de sua nação.

se mulher" (1967, p. 9), frase apropriada atualmente por diversos movimentos feministas e lapidar para entender as relações de gênero. Trazendo esta questão para o movimento transfeminista, pode-se compreender que apesar de célebre, a máxima de Beauvoir ainda está longe de ser amplamente aceita e compreendida, afinal parte do preconceito que as mulheres trans sofrem está ligado ao fato de elas não terem, efetivamente, nascido mulheres, mas sim tornarem-se. De fato, esse desafio lançado pela condição transgênera vai ajudar a colocar em xeque, em formulações conceituais posteriores, a naturalização da relação entre sexo e gênero e, na obra de Butler em especial, até mesmo a naturalização do sexo.

No documentário *She's Beautiful When She's Angry*, Betty Friedman (2014), em consonância com Beauvoir, defende a ideia que a "mística feminina só define a mulher em termos de sua relação sexual com homem, como seu objeto sexual, mãe, esposa, dona de casa e nunca como um ser humano" (FRIEDMAN, 2014), mostrando que até então, essa análise relacional com o homem era o que permitia sua existência. Foram essas ideias que deram início a um processo de conscientização das mulheres, que passava necessariamente por sua independência em relação ao homem, criando uma identidade coletiva responsável por um movimento libertador.

Os movimentos feministas, influenciados por essas duas obras, articularam assim uma crítica ao poder masculino sobre as mulheres e crítica ao saber dominante. Nesse momento, o saber teórico era uma espécie de crítica sobre as experiências vividas, quer aquelas realizadas nos múltiplos grupos de reflexão, quer aquelas presentes no interior de grupos políticos. Este "saber crítico" foi sendo elaborado até a reivindicações de espaços próprios, como grupos de pesquisas e estudos, no fim da segunda onda (MACHADO,1994)

O movimento na sua forma política existiu em numerosos grupos com variadas tendências e orientações. As feministas liberais definiam as situações das mulheres como desiguais, mas não sendo necessariamente baseadas em relações de exploração e opressão, e lutavam por um sistema no qual houvesse igualdade entre os sexos. Segundo elas, a exclusão das mulheres na esfera pública era o principal problema e deveria ser combatido com inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Em pouco tempo, no entanto, as mais jovens foram influenciadas por um feminismo mais radical e juntaram-se a ele. (GARCIA, 1998).

A ala mais radical defendia a necessidade de afirmação das diferenças das mulheres em relação aos homens, e de reivindicar não apenas os direitos universais, mas também os específicos das mulheres. Esse "novo feminismo" é marcado por discussões de temas como o patriarcado, as

análises sobre as origens da opressão da mulher, e a reformulação da separação de espaços públicos e privado – uma vez que elas conseguiram identificar que as esferas da vida consideradas privadas também eram centros de dominação patriarcal. (HITA, 2002; GAMBA, 2010). A elas "correspondem o mérito de terem revolucionado à teoria política ao analisar as relações de poder que estruturam a família e a sexualidade e sintetizada na ideia no slogan 'o pessoal é político'." (GARCIA, 1998, p. 91).

Ações como grandes protestos públicos e criações de grupos e centros de autoajuda também marcaram essa época. Apesar de ter nascido nos Estados Unidos, o feminismo radical se espalhou por outros países, especialmente na luta pelos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres (GARCIA, 1998). Esse período ainda foi marcado por intensos debates sobre a inclusão de identidades lésbicas no movimento. Oliveira et. al (2009) pontuam que o lesbianismo em certo momento tornou-se uma categoria de identificação política, como forma de transgredir a heteronormatividade compulsória presente no movimento. O feminismo passou a ser encarado como teoria e o lesbianismo como prática.

O feminismo brasileiro conviveu na segunda onda com a repressão do governo aos movimentos políticos e identitários e por essa razão possui características atípicas em relação aos Estados Unidos e à Europa Ocidental. Foi nesse ambiente militar totalmente limitado que ocorreram as primeiras manifestações feministas na década de 1970. Segundo Pinto (2010), às organizações de bairros com participação das mulheres foram fundamentais para o movimento feminista brasileiro, uma vez que elas se retiravam do ambiente doméstico e se tornavam sujeitos políticos ao questionarem a condição da mulher.

> A ampla bibliografia sobre o assunto já apontou as especificidades do feminismo brasileiro, nascido nesse contexto. Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro que se chamava movimento de mulheres, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento interclasses. (Sarti, 2004, p. 34).

Essa face mais discreta do feminismo, malgrado sua aparente limitação de raio de ação, pôde se tornar, ao menos na Itália, um importante veículo para as mulheres. Cavarero (2001) relata a experiência das "escolas de 150 horas", cursos profissionalizantes fundados pela esquerda italiana nos anos 1970 cujo propósito era prover educação suplementar em artes e ciências para trabalhadoras e donas de casa que tiveram pouca instrução formal. Estas trabalhadoras poderiam

dedicar 150 horas, pagas, de seu trabalho no ano para frequentar essas escolas. No livro que narra esta experiência *Non credere di avere diretti,* Cavarero percebe que um dos objetivos das mulheres era consolidar um sentido de "eu". Uma das participantes, Emilia, apesar da pouca instrução, não tem, nas palavras da autora, nenhuma dúvida sobre a importância dessa afirmação ontológica. No caso específico dela, a maneira de se reconhecer como alguém é contar a sua história, é o desejo de narratabilidade que precisa se fazer materializar no reconto de sua vida.

> Emilia sabe que uma vida sem uma história que possa ser contada arrisca a permanecer uma mera existência empírica, ou uma algo intolerável sequência de eventos. O que é intolerável, então, não é tanto uma vida que 'sempre foi um não' e que parece pobre aos cinquenta e três anos de idade, casada e sem filhos; mas o fato que a história de vida que resulta desta vida permaneça sem narração. (CAVARERO, 2001, p. 56, tradução livre)[12].

A narração, embora não de maneira tão evidente, é uma primeira forma se inserir, de se entender como sujeito, não por acaso, nas comunidades transfeministas do Facebook, contar as histórias de vida, narrar acontecimentos é uma forma comum de inserção e, por que não, de ação política. O ato de congregar, objetivo dessas comunidades, liga as práticas contemporâneas às reuniões de mulheres que estiverem presentes na gênese do feminismo moderno e durante a segunda onda em locais como a Itália, como visto acima, e no Brasil.

No Brasil as ativistas da segunda onda mantiveram ainda uma relação delicada com a Igreja Católica em prol de uma aliança contra o autoritarismo do regime militar. Para manter o tom de harmonia alguns desacordos como questões relativas ao aborto, sexualidade e planejamento familiar não eram discutidos na esfera pública. (SARTI, 2004).

Pinto (2010) pontua que enquanto as mulheres brasileiras se organizaram através dessas relações, as exiladas estavam em contato com o feminismo mais radical e passaram a se reunir, mesmo com alguma oposição dos homens exilados, seus companheiros na maioria, que acreditavam que esse tipo de manifestação desviava o foco da luta contra a ditadura e pelo socialismo. A mais importante organização de mulheres brasileiras no exterior foi o *Círculo da mulher brasileiras* em Paris. Em 1975, essas mulheres reuniram-se com outras exiladas de vários matizes. Nessa ocasião, aconteceu uma discordância sobre a autonomia da luta das mulheres,

---

[12] Emilia knows that a life about which a story cannot be told risks remaining a mere empirical existence, or rather an intolerable sequence of events. What is intolerable, therefore, is not so much a life that has always been a no and which seems poor at fifty-three years of age, married and without children; but rather the fact that the life-story that results from it remains without narration.

surgindo assim, o documento *Por uma tendência feminina revolucionária* que descreve bem a situação vivida na época:

> Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista. (PINTO, 2003, p. 54).

Durante esse período, destaca-se ainda a acadêmica Heleieth Saffioti nos estudos sobre a mulher no Brasil, com sua obra *A mulher na sociedade de classe: mito ou realidade* (1976), considerada uma das pioneiras do feminismo acadêmico no Brasil. Nesse texto a autora coloca em questão as teorias socialistas e como estas não levaram em consideração o lugar da mulher no sistema de opressão do capitalismo, sendo necessário entender as relações de classe, mas também aquelas ligadas ao sexo. Ela desenvolveu assim um ponto de entrave entre essas duas categorias (classe e sexo) como sendo interdependentes na condição da mulher num sistema capitalista.

Esse período foi marcado pela inserção de questões relativas às mulheres no âmbito público de países ocidentais, e apesar de todos os empecilhos vividos no Brasil, uma vez que a ditadura não via com bons olhos qualquer tipo de organização social e, além disso, os grupos que lutavam contra a ditadura e se diziam libertários não queriam abrigar essas mulheres. O movimento feminista, frágil, fragmentado e perseguido, tornou-se muito presente, o suficiente para incomodar os poderes militares e os homens de esquerda. Na década seguinte, o governo brasileiro passará por um período de redemocratização que afetará as novas trajetórias do feminismo no Brasil (PINTO, 2003).

2.1.3 Sobre as mulheres

Nos anos 1980 o conservadorismo ganha força pelo mundo e o feminismo passa novamente por profundas modificações. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos, o movimento ganha um "ar mais acadêmico", no Brasil com a redemocratização e a volta das mulheres do exílio, a luta ganha novos contornos com o surgimento de diversos grupos com atuação política (PINTO, 2010; GARCIA, 1998). Machado (1994) afirma que

> os movimentos dos setenta ao final dos anos oitenta perderam em parte a sua dinamicidade enquanto movimento social, mas se constituíram no grande elemento forjador do campo intelectual de estudos de gênero, de sexo social ou de estudos das mulheres com graus diferente de legitimação e institucionalização disciplinar e interdisciplinar. (MACHADO, 1990, p.3).

A partir desse momento, o feminismo sustenta-se na ideia de diversidade das mulheres. A terceira onda é influenciada por ideias pós-estruturalistas e passa a enfatizar questões relativas às diferenças, à alteridade e à subjetividade, existindo uma crítica ao uso monolítico da categoria mulher; o essencialismo proposto no período anterior, que enxergava a mulher como um sujeito coletivo unificado que partilha as mesmas opressões, os mesmos problemas e a mesma história é deixado para trás. Percebeu-se a necessidade de reivindicar as diferenças específicas entre as variadas situações que as diversas mulheres viviam dentro da diferença estrutural entre homens e mulheres. Há, nesse sentido, uma incorporação de uma variedade de discursos no campo teórico feminista, já não sendo possível pensar numa única condição feminina. (MARIANO, 2005; MACHADO, 1990).

A sensação é que, nessa etapa, foi preciso repensar os feminismos da primeira e segunda onda, corrigindo as exclusões que haviam sido feitas. Apesar de em alguns momentos anteriores as negras e as classes operárias terem participado de reivindicações, a classe média e branca havia monopolizado as demandas feministas. As questões levantadas por essas outras mulheres não foram levadas em consideração, pois apesar delas também serem sujeitas da categoria mulher, suas demandas não era ouvidas e acolhidas na mesma proporção. Segundo Ribeiro (2014), essa posição adotada por feministas da terceira onda

> vem no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente; excludente porque as opressões atingem as mulheres de modos diferentes, seria necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levar em conta as especificidades das mulheres. Por exemplo, trabalhar fora sem a autorização do marido, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras/pobres, assim como a universalização da categoria mulheres tendo em vista a representação política, foi feita tendo como base a mulher branca, de classe média. (RIBEIRO, 2014).

Surge assim o conceito de interseccionalidade, fundamental para o feminismo pautado na diferença. O termo foi cunhado por Kimberlé Chenshaw como categoria provisória a fim de entrelaçar as diversas formas de opressão: por sexo, raça, classe, sexualidade, como também pela necessidade de desenvolvimento de uma análise e prática baseadas no fato de que as formas de

opressão estão interligadas. (HENNING, 2015). O objetivo, segundo Chenshaw (2002), é estabelecer uma forma, através da linguagem, capaz de expressar as experiências das pessoas, além de demonstrar a necessidade de atualizar os parâmetros conceituais nos tratados internacionais. Essa situação ocorre porque uma gama de direitos humanos não é levada em consideração quando não são encaradas as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas. Demonstrando ainda a relevância dessa conceituação, a autora argumenta que

> Os exemplos mais conhecidos de opressão interseccional são geralmente os mais trágicos: a violência contra as mulheres baseada na raça ou na etnia. Essa violência pode ser concebida como uma subordinação interseccional intencional, já que o racismo e o sexismo manifestados em tais violações refletem um enquadramento racial ou étnico das mulheres, a fim de concretizar uma violação explícita de gênero. Tragédias recentes na Bósnia, em Ruanda, no Burundi e em Kosovo ilustram tristemente o fato de que a longa história de violência étnica contra as mulheres não está relegada a um passado distante. Enquanto esses são os exemplos mais recentes e conhecidos de violência interseccional, essa vulnerabilidade específica não assumiu papel importante apenas no conflito armado, mas em outros contextos também (CHENSHAW, 2002, p. 178)

Intimamente relacionado com o conceito de interseccionalidade, o feminismo pós colonial surge como crítica ao feminismo ocidental predominante que reproduz o imperialismo e o sistema de opressão do terceiro mundo e fecha os olhos a assuntos relativos ao colonialismo e à divisão internacional. Além de disso, o feminismo pós colonial aponta o fracasso das "mulheres brancas" de incorporar questões raciais e sua tendência a estereotipar ou generalizar às questões relativas "à mulher do terceiro mundo". Percebe-se assim a existência de uma tensão entre o feminismo ocidental e pós-colonial, principalmente em relação às perspectivas de raça e etnia. (BAHRI, 2013).

Pinto (2010) ressalta que, além de um campo acadêmico mais consolidado com um maior espaço para os estudos feministas nas universidades, o movimento também é institucionalizado pela criação de ONGs, pela participação das mulheres em governos e organismos internacionais e pela criação de políticas públicas e propagandas. É necessário advertir, no entanto, que apesar das mulheres começarem a ocupar lugares no poder, como citado pela autora acima, o modelo mental e cultural de uma pessoa poderosa continuava a ser masculino, isso é, para uma mulher ser considerada apta a ter poder, ela deveria ser algo masculinizada. Beards (2017) cita o exemplo da primeira ministra inglesa, Margareth Thatcher, que na década de 80 passou por aulas para falar com um tom mais grave e sisudo, para que sua oratória tivesse um timbre mais masculino.

No Brasil, a última década do século XX seguiu um processo mundial de maior institucionalização e profissionalização do movimento. A criação de ONGs para intervir junto ao Estado por medidas protetoras às mulheres constituiu uma das principais ações da época, sendo a violência contra a mulher, principalmente no âmbito doméstico uma questão muito debatida nesses locais. A primeira organização criada, o *SOS Mulher*, tinha por objetivo ser um espaço de atendimento de mulheres vítimas de violência e também um espaço de reflexão e de mudança das condições de vida dessas mulheres. No entanto, as feministas entraram em crise, pois seus esforços não resultaram em mudanças de atitude das mulheres atendidas, uma vez que estas voltavam a viver com seus maridos e abandonavam os grupos de reflexões (PINTO, 2010).

Nesse sentido, Sarti (2004) afirma que:

> O feminismo teve que se enfrentar, ainda, com o fato de ser uma ideologia que tem marcas sociais precisas, sensibilizando mulheres profissionais, com educação universitária, pertencendo a camadas sociais com alguma experiência de vida cosmopolita, associadas ao exílio político ou à formação educacional e profissional. Pressupõe, assim, recursos de ordem material e simbólica não acessíveis a todas as mulheres, sobretudo na sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais (SARTI, 2003, p. 40).

No escopo desta pesquisa, resta descobrir se também o transfeminismo, especialmente quando se manifesta nas comunidades do *Facebook* detém, do mesmo modo, tais "marcas sociais precisas" ou se ele é mais plural. Independentemente da resposta, fica claro que tal como a terceira onda feminista, o transfeminismo surge mais fortemente no contexto de uma cultura globalizada.

A terceira onda brasileira também foi marcada pela produção acadêmica sobre as mulheres. Uma das mais importantes delas foi o conjunto de concurso promovido pela *Fundação Carlos Chagas* e financiado pela *Fundação Ford*. Durante 20 anos (1978-1998) foram financiados mais de 170 projetos em todo Brasil. Foi organizado um banco de dados com esses trabalhos que virou referência nacional e internacional e criado o jornal *Mulherio*. Segundo Pinto (2003), "o jornal foi a mais importante publicação feminista da década, sendo leitura obrigatória para todas as feministas." (2003, p.86).

Um outro local importante de produção e troca sobre as mulheres são as associações nacionais das diversas áreas de conhecimentos. Esses espaços promovem reuniões anuais de discussão de estudos acadêmicos, sendo organizados grupos de trabalhos anuais para esses debates.

A Anpocs[13] (Associação Nacional de Pesquisa de Pós graduação em Ciências Sociais) que contava com grupos de trabalhos relativos ao feminismo e estudos de gênero desde da década de 1980, teve a proposta do grupo negada em 1998, só retomando com um GT (Gênero na Contemporaneidade) sobre o assunto em 2005, quando já há um aumento significativo de interesse sobre o assunto em outros campos de pesquisas (PINTO, 2003; SCAVONE, 2011).

Ressalta-se aqui que a presença de grupos sobre a questão da mulher ou relações de gênero[14] nunca foi completamente aceita no campo de Ciências Sociais por diversas razões, desde as relacionadas com posturas teóricas de não reconhecerem o objeto, passando pelo temor de que o grupo fosse apenas uma militância disfarçada, e até mesmo pelo próprio sexismo. (PINTO, 2003). Apesar do *boom* atual sobre essa temática, alguns acadêmicos ainda encontram dificuldade e falta de apoio institucional para criar grupos de estudos e convivem com preconceitos de colegas que colocam esse debate como segundo "escalão". Para eles, no momento atual brasileiro, é preciso discutir temas, considerados mais urgentes, como por exemplo a luta de classes e a própria democracia.

2.2 Trajetórias do gênero e suas interpretações

Os Estudos de Gêneros surgem como tal nos anos 1970, muito associados aos movimentos feministas, com o intuito de distinguir e separar o sexo (categoria marcada por uma abordagem que teria por objetivo essencializar a natureza com base na biologia) do gênero (conceito relacional que enfatizaria o caráter da construção social, política e histórica na análise). (Matos, 2003). As relações teóricas que conceituam o gênero vêm se multiplicando, extrapolando esse binarismo sexo e gênero, dificultando, assim, sua análise. Propõe-se aqui, a construção de um arranjo que busca refletir sobre o conceito de gênero e seu diálogo com os atuais movimentos feministas. Devido a seu caráter relacional, ao se trabalhar no campo de gênero outras problemáticas emergem, assim como entram em cena outros sujeitos como homens, gays e temas distintos como a homossexualidade e a transexualidade.

[13] A Anpocs criada em 1977, teve seu primeiro grupo de trabalho dedicado as mulheres já em 1979, logo surgiu um outro grupo que analisava a relação das mulheres com a política, em 1981. Esses dois grupos foram unificados e surgiu o Grupo de Trabalho Relações Sociais de Gênero que durou quase vinte anos (Pinto, 2003).
[14] A diferença entre esses dois conceitos será debatida na próxima seção (2.2)

A antropóloga Margareth Mead em seu livro *Sexo e temperamento* (publicado em 1934), mesmo sem utilizar o termo gênero, já descreve as relações sociais criadas *a priori* com base no sexo. O objetivo na etnografia proposta era comparar três tribos de sociedades simples, pois nelas seriam encontrados os "dramas da civilização redigidos de forma sucinta" (MEAD, 1999, p. 22). A proposta era compreender como cada uma dessas sociedades dramatizou a diferença de sexo; através dessa comparação seria possível entender quais elementos seriam construções sociais, desvinculando o fator biológico do sexo. A autora afirma que as sociedades ditas complexas também utilizam dessas tramas para atribuir papéis diferentes aos dois sexos desde o nascimento. É interessante observar como Judith Butler (2005) retoma e refina essa discussão na atualidade quando afirma que sexo é tão culturalmente construído quanto o gênero.

Mead conseguiu destacar o caráter social dos temperamentos atribuídos a homens e mulheres, contrapondo-se assim as teorias biologizantes que defendem a relação intrínseca entre sexo e comportamento. Em duas das três tribos estudadas, homens e mulheres apresentavam temperamentos semelhantes (na sociedade Mundugumor[15] tanto os homens quanto as mulheres eram violentos e agressivos; já entre os Arapesh[16], mulheres e homens eram ambos dóceis e cooperativos) e não tinham a menor ideia que traços como agressividade, coragem, dominação, maleabilidade e objetividade estariam associados indissociavelmente a um sexo único. O temperamento, dessa forma, estaria muito mais ligado à educação dada na sociedade, sem qualquer relação ao sexo.

> Nem de leve eu suspeitava que os temperamentos que reputamos como naturais a um sexo pudessem, ao invés, ser meras variações do temperamento humano a que membros de um ou ambos os sexos pudessem, com maior ou menor no caso de indivíduos diferentes, ser aproximados através de da educação. (MEAD, 1999, p. 275).

Essa obra é considerada relevante para os estudos de gênero, pois, ao realizar essa análise comparativa, Mead inicia as discussões sobre os padrões impostos na sociedade ocidental aos comportamentos masculinos e femininos, mostrando que estes estão longe de serem naturais

---

[15] A escolha por essa tribo se deu pela proximidade e por ser acessível pela água dos Arapesh, por não ser missionada e não sofrer influência de culturas e línguas de sociedade vizinhas (Mead, 1999).

[16] Os povo de língua Arapesh ocupam um território em forma de cunha, que se estende desde a costa através de uma tripla fileira de íngremes montanhas até as verdes planícies da bacia do Sepik em direção ao oeste (Mead, 1999, p.31). Bacia de Sepik está localizada Papua-Nova Guiné, Indonésia.

(biológicos). Construindo um pensamento semelhante, Gayle Rubin, precursora nos estudos de gênero, tentou em seu texto *Tráfico de mulheres* (1975) desenvolver uma teoria da opressão e subordinação social das mulheres recorrendo aos conceitos da antropologia de Lévi-Strauss, com auxílio da psicanálise freudiana e do marxismo. A autora afirma a existência de um sistema de sexo-gênero, associado à passagem da natureza para a cultura. Para ela, o gênero seria uma divisão de sexo imposta socialmente, produto das relações de sexualidade. Assim, as diferenças de gênero existentes no comportamento de cada sexo eram entendidas como construções sociais e culturais, não relativas a um determinismo biológico, sendo possível sua transformação.

É interessante observar que em seus diálogos com Levi-Strauss, a autora cita o travestismo como algo institucionalizado em uma tribo. Em uma cerimônia especial, uma pessoa considerada homem, do ponto de vista biológico, poderia se tornar mulher e, por sua vez, uma mulher também poderia se tornar homem. Após esse processo, a pessoa poderia casar com uma pessoa do mesmo sexo biológico, mas do sexo oposto, no que diz respeito às relações sociais. Em comparação com as sociedades ocidentais da época, esse sistema concedia bastante liberdade. Tome-se, como exemplo, o Brasil que só muito recentemente autorizou a troca de nome e gênero no registro civil sem a necessidade de um processo judicial.

As ideias de Rubin são um passo importante para a desnaturalização das desigualdades de gênero nas décadas seguintes, e outras autoras adotam o mesmo ponto de vista desse sistema, como é o caso de Joan Scott (1989). Para ela, o termo "gênero" foi utilizado como sinônimo de mulheres por muito tempo, inclusive por livros e artigos que tinham como temática a mulher. A autora acredita que essa substituição da palavra "mulheres" por "gênero" era uma forma de indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque "gênero" tem uma conotação mais objetiva e neutra do que "mulheres".

Era preciso, ainda, entender o termo "gênero" como categoria útil de análise histórica. História das mulheres, mas também dos homens ou história da relação dos homens e das mulheres, sendo que, para ela, o gênero seria a primeira forma de significar as relações de poder. Nesse sentido, a relação assimétrica de poder entre o gênero não é secundária ou originária de outra categoria, como por exemplo, classe social. Assim, para Scott (1989), a definição de gênero baseia-se na conexão integral entre duas proposições: é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e uma forma primeira de significar as relações de poder. Segundo Louro (2002)

> ao utilizar gênero deixava-se de fazer uma história, uma psicologia e uma literatura das mulheres sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção social do feminino e do masculino, atentando para as formas que os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio às relações de poder. O impacto dessa nova categoria foi tão intenso que mais uma vez, motivou veementes discussões e mesmo algumas fraturas internas. (LOURO, 2002, p. 15).

As teorias e explanações sobre o gênero se tornaram cada vez mais complexas, levantando questões sobre a lógica binária, excludente e heteronormativa que isola os polos masculino e feminino. Esta lógica se mostrou falaciosa não só porque falha em compreender a pluralidade dos homens e das mulheres – ou seja, pressupõe que só existem dois gêneros estanques, feminino/masculino – mas também porque exclui as homossexualidades, bissexualidades e transgeneriedades e, finalmente, porque consagra como padrão normal e desejável a relação heterossexual (daí a expressão "heteronormativo").

2.2.1 Gênero, sexo e teoria *queer*

Diversos/as autores/as, considerados *queer*[17], desconstroem e desestabilizam os antigos conceitos de sexualidade e gênero. Embora entre eles/as também não exista um consenso sobre o que são essas categorias e nem uma forma única *queer*, os teóricos estão interessados no que foge da normalidade, o estranho, o transviado. É possível perceber, ainda, um caráter crítico em relação à normatização do gênero e do sexo e a tentativa analítica de se pensar a hegemonia da heronormatividade como fator da criação de desigualdades e de injustiças.

Judith Butler, conhecida como uma das precursoras da teoria *queer,* afirma que embora o gênero possa parecer uma escolha, esta não seria livre ou sem constrangimentos, uma vez que qualquer "gênero" é limitado e delimitado por normas que o configuram. Assim, "escolher um gênero é interpretar normas de gênero recebidas de um modo que as reproduzem e organizem de novo" (BUTLER, 1987, p.143). Sara Salih (2012) afirma que o gênero, para Butler, é uma sequência de atos que está sempre ocorrendo, já que é impossível alguém existir socialmente sem

[17] A palavra *queer* em inglês significa estranho, esquisito e foi utilizada por muito tempo para designar depreciativamente os homossexuais. Posteriormente esta foi incorporada por essas minorias para descrever algo exótico, diferente com a conotação positiva.

o reconhecimento de seu gênero. Além disso, é retirado do conceito sexo o determinismo biológico, sexo e gênero são situados no campo do discurso pelos quais são enquadrados e formados, sendo evidente o carácter construído. Miskolci e Pelúcio (2007) defendem a ideia que

> A performatividade se baseia na reiteração de normas que são anteriores ao agente e que, sendo permanentemente reiteradas, materializam aquilo que nomeiam. Assim, as normas reguladoras do sexo são performativas no sentido de reiterarem práticas já reguladas, materializando-se nos corpos, marcando o sexo, exigindo práticas mediante as quais se produz uma "generificação". Não se trata, portanto, de uma escolha, mas de uma coibição, ainda que esta não se faça sentir como tal. Daí seu efeito a-histórico, que faz desse conjunto de imposições algo aparentemente 'natural'." (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 258).

Seguindo a lógica que o sexo é tão construído quanto o gênero, Butler (2005) afirma que sexo talvez tenha sido sempre gênero, não havendo assim esse binômio "sexo-gênero", descartando, nesse processo, também a substância permanente dessas categorias. Para a autora, essa permanência foi criada apenas para o fim de manter a heteronormatividade compulsória na sociedade.

Butler (2002) aprofunda essa discussão. Ao utilizar a palavra "sexo", a autora não se refere ao que ela chama de "relação sexual", mas à identidade sexuada. Utilizando como exemplo o nascimento de um bebê, ela demonstra que a identidade de sexo é, de fato, atribuída, e falar em termos de "atribuição de sexo já significa supor que ele não é natural." (SALIH, 2012, p.109). A interpelação[18] feita pelo médico no nascimento ao atribuir um sexo ao bebê transforma o ser, até então neutro, em ele ou ela, e, nessa nomeação, a menina torna-se menina ou o menino torna-se menino, sendo trazidos assim para o domínio da linguagem e, consequentemente, do parentesco. Essa interpelação, no entanto, não se restringe ao momento do nascimento, pelo contrário, é feita diversas vezes por autoridades ao longo da vida, seja no cartório, na igreja ou em questionários, constituindo, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e uma reiteração de normas da matriz heterossexual, normas estas que a pessoa deverá seguir para se qualificar como sujeito, pois todo sujeito deve ser masculino ou feminino. (BUTLER, 2002).

Teorizar o sexo em termos de interpelação implica que o corpo aparentemente natural (e, particularmente, os órgãos sexuais) é, de fato, naturalizado por um discurso que em sua

[18] Interpelar significa convocar, intimar ou citar alguém, porém Butler utiliza a palavra para descrever como as posições de sujeito são conferidas e assumidas pelo ato de como a pessoa é chamada (SALIH, 2012).

construção[19] tende a afirmar as diferenças percebidas e impostas entre homens e mulheres. Assim como o gênero, o sexo se estabiliza sob a aparência de um fato natural, e aceitar esse fato é permitir que a hegemonia heterossexual continue indisputável. Por isso, é necessária a desconstrução de tal hegemonia, pois assumi-la é admitir a violenta exclusão de todos que tentam de alguma forma subverter essas normas de gênero-sexo, aqueles que possuem, segundo Butler (2002), "corpos ininteligíveis". Esses sujeitos são, de fato, "corpos que importam", apesar de serem considerados, muito comumente, como seres aberrantes, ou seja, como corpos descartáveis. (BUTLER, 2002).

Preciado (2014), por sua vez, afirma que o gênero não é simplesmente performativo, ele é, antes de tudo, prostético, isso é, só acontece e se realiza na materialidade dos corpos. Na visão do autor, o gênero possui uma elasticidade ímpar e, por isso, consegue escapar das antigas dicotomias metafísicas como alma e mente, forma e matéria. Esse lugar intersticial leva Preciado a comparar o gênero com o dildo, pois ambos, segundo o autor, estão a meio caminho entre o natural e o orgânico, são tanto expressão como artifício. A plasticidade carnal de ambos desafia e desestabiliza aquilo que está sendo imitado (um padrão masculino ou feminino, no caso do gênero e o pênis, no caso do dildo) e o imitador (seja aquele que "performa" o gênero, seja aquele que se passa por possuidor do pênis). Essa desestabilização provoca, na visão do autor, um curto-circuito entre a verdade e a representação desta, entre órgãos e práticas sexuais. Nesse contexto, o gênero seria uma tecnologia utilizada para criar corpos sexuais, tecnologia entendida aqui em consonância com a origem grega do termo, ou seja, como algo que age produzindo práticas e discursos. Portanto, ser "homem" ou "mulher" seria pouco mais que incorporar determinadas tecnologias que, no momento de sua incorporação, criam categorias fictícias ou, nos termos de Preciado, uma bioficção somatopolítica.

> A certeza de ser homem ou mulher é uma bioficção somatopolítica produzido por um conjunto de tecnologias do corpo, técnicas farmacológicas e audiovisuais que determinam e definem o alcance das nossas potencialidades somáticas e funcionam como próteses de subjetivação. O gênero é um programa operacional capaz de desencadear uma proliferação de percepções sensoriais sob formas de afetos, desejos, ações, crenças e identidades. Um dos resultados característicos desta tecnologia de gênero é a produção de um saber interior

[19] A construção não é um processo unilateral iniciado por um sujeito pré-existente, os discursos tampouco são atos singulares que podem ser personificados ou atribuídos a um agente singular. "Tampouco seria correto afirmar que o termo construção diz respeito ao lugar gramatical de um sujeito, pois a construção não é nem um sujeito nem a sua ação, mas um processo de reiteração em virtude do qual tanto os sujeitos quanto às ações acabam por se mostrar. Não existe nenhum poder que age, apenas um agir reiterado, que é o poder em sua persistência e instabilidade." (BUTLER, 2002, p.9)

> sobre si mesma, de um sentido do eu sexual que aparece como realidade emocional para a consciência. "Sou homem", "sou mulher", "sou heterossexual" "sou homossexual", "sou transexual": estas são algumas das formulações que condensam saberes específicos sobre si mesmo, agindo como núcleos biopolíticos e simbólicos rígidos em torno dos quais é possível aglutinar todo um conjunto de discursos e práticas performativas (PRECIADO, 2018, p. 127)

Para Preciado (2018), a programação de gênero é uma espécie de modelo em consonância com as vontades do mercado (neoliberal) e opera tanto a nível individual quanto coletivo (psicopolítico). Nesta programação, ele vê emergir simultaneamente uma individuação e uma transformação do corpo em propriedade privada. Sua estratégia de combate (inclusive aplicada a si mesmo) é complicar esta equação não só combatendo-a a nível discursivo, como também através de ações práticas através do ele que ele denomina de dispositivo *drag king* e da auto-experimentação hormonal. Para o autor, pensar o gênero é sempre não perder de vista uma biopolítica a serviço de uma regulamentação compulsória e de um mercado. "A programação predominante de gênero opera com a seguinte premissa: um indivíduo = um corpo saudável = um sexo = um gênero = uma propriedade privada[20]". (PRECIADO, 2018, p. 127)

A construção de gêneros e corpos consumíveis e vendáveis caminha, portanto, lado-a-lado com a ideia que o corpo é uma *commodity* que deve ser cultivada e comercializada nas redes. Por trás desse comércio floresce toda uma indústria pornográfica que grafa de maneira violenta e indecorosa determinados padrões de gênero através de uma biopolítica supostamente científica, ou seja, neutra. Os gêneros produzidos em consonância com essas diretrizes seriam, portanto, na acepção do autor "farmacopornográficos", produtos de uma tecnoecologia política. Entretanto, o gênero, como tecnologia, produz sexualidade enquanto se afirma e daí sua potência, quando atravessado por práticas heterodoxas, para desestabilizar a falha constitutiva da "máquina heterossexual", a sua tendência a solidificar tudo aquilo que é múltiplo.

Por reconfigurar e ressignificar o conceito de gênero e sexualidade, poder-se-ia entender que a teoria *queer* coloca em xeque o feminismo, uma vez que abala seu sujeito político com desestabilização da categoria mulher. É interessante observar, no entanto, que a ideia universal de mulher pautada em um sujeito branco, de classe média e heterossexual é questionada por outros movimentos feministas, como os das negras e interseccionais, que acreditam que esse modelo

[20] Preciado destaca, no entanto, que essa lógica não se aplica às cirurgias de mudança de sexo, pois aí o Estado intervém, pois "os genitais continuam encerrados em um regime pré-moderno, soberano e quase teocrático de poder que os considera propriedades do Estado e dependentes de uma lei transcendental e imutável". (PRECIADO, 2018, p.126).

universal é excludente e é necessário compreender as diversas opressões que atingem as mulheres de forma diferentes, como por exemplo, raça, sexualidade e classe social.

Assim como esses movimentos, a teoria *queer* não tem o interesse em atuar sem o feminismo ou mesmo em se considerar pós-feminista. Segundo Coelho (2009), o *queer* é resultado de uma confrontação reflexiva com o próprio feminismo, e as vozes silenciadas por um padrão de mulher hegemônico e heterocentrado. A proposta *queer* é que o feminismo abandone o binarismo (homem-mulher) ou definições baseadas na heterossexualidade ou homossexualidade para atuar sobre corpos que transgridam os regimes e normas considerados normais.

O termo *queer* descreve uma população aberta que não partilha uma identidade, mas possui um mesmo posicionamento antinormativo em relação à sexualidade (OLIVEIRA et al. 2009) Coelho (2009) cita Preciado (2007) ao afirmar que um projeto feminista *queer* não estaria relacionado tanto com a libertação da mulher e sua igualdade de direitos, como queria o feminismo clássico, uma vez que a política *queer* não se apoia na diferença sexual, sinônimo de opressão, mas sim no desmantelamento dos dispositivos políticos que produzem as diferenças de classes, de raças, de gênero e de sexualidade.

Assim, essas revisões pós-modernas possuem a tendência de diluir e apagar demarcações nítidas não só entre os gêneros, mas ainda outras como entre "eu" e "outro", "branco" e "preto", "homem" e "mulher", "corpo" e "mente". No lugar aparecem limites mais fluídos e imprecisos que começam a demarcar questões importantes ligadas ao gênero, à sexualidade e à orientação sexual, um trinômio que passa por processos de dissolução. Para a política *queer* quanto mais plurais e diversos forem os gêneros, as sexualidades e as orientações sexuais, mais rica e menos "programada" será uma sociedade.

2.3 Desdobramentos contemporâneos dos feminismos

O feminismo atualmente pode ser visto como um movimento múltiplo, híbrido e globalizado. Se de fato nunca houve um só feminismo, na contemporaneidade esta multiplicidade se escancarou. Depois das narrativas revisionistas das ondas prévias ficou cada vez mais difícil encontrar uma agenda comum a todas as mulheres, pois a disparidade das condições nos vários países e mesmo dentro dos países criou diferentes demandas. Apesar disso, pode-se considerar que, especialmente em relação às políticas públicas, os feminismos avançaram em suas conquistas por igualdade formal.

No alvorecer do século XXI, impulsionado pelo avanço das redes sociotécnicas e sua capacidade de difusão, houve um recrudescimento do movimento a partir de manifestações públicas. A *Marcha das Vadias*, por exemplo, é um símbolo dessa nova onda feminista. Ela começou com um protesto das alunas da universidade de Toronto em janeiro de 2011 em resposta à declaração de um policial que, diante de várias denúncias de estupro, recomendou que as estudantes evitassem se vestir como vadias. Com a bandeira de liberdade do corpo, o movimento e se espalhou para variadas partes do mundo naquele mesmo ano, inclusive para o Brasil, devido principalmente à dinâmica de funcionamento das redes sociais (BOSCO, 2017).

Com a mesma pauta em relação ao corpo, outras campanhas ganharam destaque nas redes sociais, como *#meuprimeiroassédio* em que as usuárias relatavam as primeiras violências sexuais sofridas, muitos casos, ainda na infância. Para ONG criadora dessa *hashtag*, as narrativas compartilhadas foram importantes pois

> (...) descobrimos que anos de silêncio têm a capacidade de tornar as vozes ensurdecedoras quando redescobertas. Nunca duvide do poder das redes sociais para provocar reflexão e empoderamento. A Internet é feita de pessoas e é a partir delas que as mudanças acontecem. Nesse caso, para o bem e para mostrar um problema que está longe de acabar, mas que felizmente a hashtag ajudou a mostrar que existe, sim, e muito, e que é preciso não ignorar as vítimas, mas responsabilizar quem colabora com a manutenção de sua existência - nem que seja com uma "brincadeira" no Twitter. (THING OLGA, 2015).

Mais uma vez, observa-se como a narração de histórias de vida torna-se um ato político; nas redes sociais e, especialmente nesta campanha, contar equivale a uma ação política de denúncia que utiliza a capacidade de conexão da rede para disseminar e dar visibilidade a atos machistas de caráter abusivo que foram naturalizados no Brasil. Vale ressaltar que a onda do movimento reverbera também no outro espectro do campo político. O crescimento de iniciativas feministas na rede encontra, portanto, o aumento de manifestações conservadoras que se aglutinam a partir de um discurso de contrapelo, reunida sob esse discurso está uma brigada que acusa esse e outros movimentos de levarem ao extremo a noção do politicamente correto.

Recentemente, outro movimento ganhou destaque no cenário mundial. O *#metoo*, como ficou conhecido, começou a partir de uma denúncia da atriz Alissa Mylano que, num *tweet*, pediu as suas seguidoras que tivessem sido abusadas usassem a *hashtag #metoo* como forma de viralizar as denúncias. A partir daí o movimento ganhou grande repercussão na indústria audiovisual norte-americana, muitas delas mencionando o nome do produtor, Harvey Weinstein, acusado de ter

assediado, abusado e estuprado dezenas de atrizes. Em pouco tempo, a *hashtag* já ocupava com destaque as redes sociais e o movimento saiu da rede para se mostrar em eventos hollywoodianos como a cerimônia do Globo de Ouro de 2018. Muitas outras denúncias foram feitas e dezenas de atores, produtores e diretores estão respondendo processos judiciais e/ou foram demitidos de produções que estavam em andamento. Segundo a BBC (2017), essa campanha, para além dos limites hollywoodianos, ajudou as vítimas de abusos a denunciarem seus agressores, algumas vítimas citaram a campanha *#metoo* como responsável pelo encorajamento, enquanto outras disseram que não se sentiam mais sozinhas.

Essa repercussão parece sustentar uma das hipóteses que orienta esta pesquisa, a saber, que as redes sociais são eleitas como veículo de expressão seguro para pessoas que estão em situação social sensível, como as trans, ou que precisam tocar questões delicadas, como no caso da campanha *#meuprimeiroassédio* e do *#metoo*. No novo regime de participação política em curso, parece existir também quase uma ligação direta dos mundos *on* e *off-line*, vide a repercussão rápida dessas iniciativas que começaram na rede e repercutiram bem além dela.

A nova onda feminista, para além da internet, fortaleceu ainda mais entidades civis como ONGs em defesa dos direitos das mulheres. Em 2010, para atender a demanda dos feminismos contemporâneos a ONU criou a *ONU Mulheres* especificamente para combater as desigualdades de gênero, a violência contra as mulheres e outras pautas relativas. No Brasil, uma ação pública de destaque foi a criação da *Secretaria Especial das Mulheres* no governo Dilma Roussef (2010-2016), uma das ações mais relevantes em âmbito federal. Dilma ainda se tornou a presidenta que mais indicou mulheres para ministérios, além de ter se consolidado como uma referência ao se tornar a primeira mulher a ocupar o mais alto cargo executivo num país que ocupa a modesta 121ª posição no ranking de igualdade das mulheres na política (BBC, 2016).

Para além das iniciativas públicas houve um espraiamento de algumas vertentes da agenda feminista, como a difusão do termo empoderamento (*empowerment*, no original) que se tornou uma espécie de mote de luta internacional. Entretanto, como dito anteriormente, os feminismos contemporâneos têm de enfrentar suas próprias divisões internas e certa falta de coesão. De algum modo, eles também sofrem os efeitos colaterais da política de minorias que se consolidou contemporaneamente como modo de resistência política. As demandas por reconhecimento dos grupos minoritários são louváveis em si, mas quando contrapostas com movimentos que contemplam muitas demandas diversas, elas podem criar certa dissensão.

Esse parece ser o caso nos feminismos contemporâneos em que a luta identitária de vários grupos minoritários muitas vezes se sobrepõe e dificulta a causa comum. Nesse cenário há uma formação de várias correntes do feminismo. O feminismo negro, por exemplo, surge a partir das denúncias das opressões vividas por mulheres negras não vivenciadas por mulheres brancas. Segundo elas, a solidariedade das mulheres no movimento feminista não se desdobra na luta por igualdade racial. Assim, as mulheres negras enfrentam no interior do próprio movimento feminista as contradições e as desigualdades vividas numa sociedade racista, reproduzidos entre as mulheres brancas em relação às negras (RIBEIRO, 2014; CARNEIRO, 2003). Por essas razões, as mulheres negras criaram uma versão do feminismo em que se sentem representadas não apenas na luta contra uma sociedade machista, mas também pela busca por igualdade racial.

2.3.1 Feminismo radical hoje

Uma vertente que cresce dentro do renovado no movimento feminista é o novo feminismo radical. Recuperando ideias dos anos 1970, esse movimento acredita que toda forma de dominação e desigualdade está relacionada ao patriarcado, sendo preciso destruir esse regime. Segundo Bosco (2017), as feministas radicais defendem a ideia que vive-se em regimes patriarcais que configuram relações tão intensas de dominação da mulher pelo homem que toda experiência da heterossexualidade é abusiva, violenta, ilegítima, imoral. Em concordância com essa afirmação, o *Leeds Revolutionary Feminist Group* argumenta que no sistema de opressão da supremacia masculina, o opressor invade e coloniza o interior do corpo do oprimido, sendo assim, é através das relações sexuais que a opressão dos homens sobre as mulheres é mantida.

Ainda de acordo com esse grupo, no casal heterossexual amor e sexo são ferramentas usadas para encobrir as realidades da opressão. Amor e sexo seriam, portanto, uma forma perversa de evitar que as mulheres se identifiquem umas com as outras e que, consequentemente, entendam que o homem é o inimigo e se revoltem contra ele. Apesar de não considerarem as mulheres heterossexuais o inimigo em si, elas são, de alguma forma, colaboradoras, mesmo que involuntárias, do inimigo. Assim, para essa corrente, todo o trabalho que as feministas heterossexuais fazem para o feminismo seria desperdiçado, pela atividade contrarrevolucionária de se relacionar com os homens.

Tal qual a teoria *queer*, as feministas radicais também pretendem desestabilizar a ordem heteronormativa ou, pelo menos, a heterossexualidade. No entanto, elas acreditam que as políticas *queer* estão prejudicando os interesses de lésbicas, de mulheres em geral e de círculos marginalizados e vulneráveis de homens gays. Segundo Jeffreys (2003), no final dos anos de 1990, o fenômeno *packing* (uso de dildo entre as pernas), que se desenvolveu no seio das comunidades lésbicas como forma de sugerir um pênis, aconteceu, principalmente, graças ao culto à transexualidade imposto por essa política. Da mesma forma, lésbicas determinadas a parecer com um homem moveram-se em direção às cirurgias mutiladoras e ao consumo de hormônios como forma de se masculinizarem de maneira quase completa.

De acordo com a autora, essa nova política era baseada em um repúdio às ideias lésbicas feministas e a consagração da masculinidade. Além disso, segundo estes preceitos, a teoria *queer* emerge de uma ideia, considerada errônea, de que gays e lésbicas podem formar um círculo unificado de interesses comuns. Porém, o feminismo lésbico teria sido criado na compreensão que as lésbicas são mulheres, e que os interesses das mulheres em organizações mistas são, comumente, excluídos e não levados em consideração. "Lésbicas são mulheres e teorias lésbicas devem continuar a examinar as contradições entre os interesses de homens e de mulheres, particularmente com relação às contradições entre os interesses de homens gays e toda comunidade de mulheres." (JEFFREYS, 2003, p.5).

Scalon (2010) pontua outras questões que distanciam o feminismo radical da teoria *queer*. Para ela, o *queer* abrange uma matriz de identidade e práticas sexuais não normativas, incluindo aquelas que são heterossexuais. Assim, sadismo e masoquismo, prostituição, inversão sexual, transgeneridade, bissexualidade e assexualidade são vistos por esses teóricos como a possibilidade de reconfigurar compreensões do prazer e desejo. Já o feminismo radical argumenta que todas as diferenças de poder são, de certa forma, sexualizadas, e a pornografia e a indústria de sexo são algumas das manifestações mais claras disso, pois a pornografia é feita em corpos reais e não na imaginação do consumidor, sendo a mulher, nessa relação, explorada e abusada. Para ela, as feministas radicais buscam desmantelar as estruturas do patriarcado, enquanto o *queer* é apenas uma provocação e, além disso, sem nenhum objetivo político, pois sua existência depende, *a priori*, de uma oposição oposta.

Em relação às pessoas trans, Silva (2017) transcreveu uma roda de conversa que aconteceu durante o movimento *Occupy Wal Street*, em Nova Yorque, em 2011, entre feministas radicais

sobre essa assunto. Segundo umas das participantes (os nomes foram mantidos em sigilo), a transfobia é misoginia, assim como a homofobia. O ódio é perpetuado rotineiramente contra as mulheres e contra a feminilidade em geral, sofrem esse ódio as mulheres que estão alinhadas ao padrão consagrado de feminilidade, aquelas que, de algum modo, o desafiam e também os homens que são percebidos como sendo femininos. Porém, não é só porque os homens sofrem com a misoginia que eles estão na mesma posição das mulheres, uma vez que eles são criados e internalizados com o privilégio de classe masculina, tal qual as transmulheres.

Uma outra participante pontuou que se sente incomodada com os escritores-ativistas que querem impor uma inclusão das mulheres trans em grupos para mulheres nascidas mulheres. Ela argumenta que vários grupos já são trans includentes, mas as mulheres querem ter um espaço reservado somente para elas. Ela ainda pontua que essa exclusão não é baseada no desprezo, nem por um ódio enrustido e nem por pensarem que as trans são inferiores. A restrição visa criar um círculo de disseminação e compartilhamento de histórias de vida de "mulheres nascidas mulheres", ou seja, compartilhar a experiência vivida num corpo feminino desde a infância, uma história específica dessas mulheres que cobre a sexualização desses corpos, os abusos, as violações e as repressões sofridas.

Uma terceira mulher que se apresenta como feminista trans includente complementa que mulheres trans têm o privilégio de terem sido criadas como homens. E pontua que, independentemente de alguém não gostar do privilégio recebido ou não se identificar com ele, ele continua a ser privilegiado, fazendo uma analogia com a situação de uma pessoa branca. Por fim, ela argumenta que as mulheres trans possuem outras demandas que muitas vezes não dialogam com as questões mais urgentes dos movimentos feministas. A experiência trans seria algo único, sendo suas demandas e lutas também diferenciadas e não teriam nenhuma interseção com os movimentos feministas.

A posição das feministas radicais parece percorrer uma noção de ética e comunidade fortemente baseada na distinção. Para Cavarero (2001), tal ética ignora o estatuto ontológico da aparência recíproca, ou seja, deixa de reconhecer que, desde o início, já vivemos uma situação de interpelação e interação. Estas, mais que meras ferramentas de socialização, são situações que formam nosso próprio sentido de *eu*. Curiosamente, mesmo os movimentos que se opõem ao individualismo, tal qual o feminismo radical, ainda parecem presos, de alguma maneira, à primeira pessoa (só que do plural),

> pois essas escolas acabam por se revelar, na maior parte das vezes, afetadas por um vício moralista que, para evitar incorrer na decadência do *eu*, evita a contiguidade do *tu* e privilegia pronomes coletivos, plurais. De fato, muitos movimentos 'revolucionários' (que abrangem desde o comunismo tradicional ao feminismo de irmandade [feminismo radical]) parecem compartilhar um código linguístico baseado na moralidade dos pronomes. O *nós* é sempre positivo, o *vós* é um possível aliado, o *eles* tem a face de um antagonista, o *eu* é impróprio, e o *tu* é, claro, supérfluo. (CAVARERO, 2001, p. 90-91, tradução livre[21])

A ética relacional altruísta proposta pela filósofa italiana visa, entre outras coisas, revelar nossa incontornável dependência do outro. Movimentos que pretendem satanizar ou isolar este outro no pronome *eles*, portanto, esqueceriam da condição primeira da existência relacional. Afinal, qualquer um pode ser o *ele* indesejável de outrem, de fato, a polarização radical, ao fortalecer o sentido de *nós*, fortalece também, inadvertidamente, o senso de *eles,* ou seja, é uma união que cresce criando oposição. Na mesma linha, Butler, em *Relatar a si mesmo* (2015) mostra como o juízo que cria o *ele* é danoso e até mesmo autodepreciativo, pois

> a condenação, a acusação e a escoriação são formas rápidas de postular uma diferença ontológica entre juiz [eu] e julgado [o outro, ele], e ainda de se expurgar do outro. A condenação torna-se o modo pelo qual estabelecemos o outro como irreconhecível ou rejeitamos algum aspecto de nós mesmos que depositamos no outro, que depois condenamos. Nesse sentido, a condenação pode contrariar o conhecimento de si, uma vez que moraliza o si-mesmo, negando qualquer coisa em comum com o julgado. (BUTLER, 2015, p. 65)

A partir desses pontos de vista se avista o paradoxo irremediável do feminismo radical e também de outros movimentos essencialistas que excluem de suas fileiras sujeitos outros que não eles mesmos (o *nós*). A força desses movimentos deriva, de fato, de sua fraqueza, pois quanto mais se cristaliza o *nós* (ou seja, quem pode, de fato, participar), mais forte fica a oposição (os *eles*). Tanto para Cavarero quanto para Butler a eficácia de tal estratégia é reduzida e até potencialmente danosa, pois se para aqueles em situação social frágil o outro parece sempre o inimigo, ele de fato não pode ser, sempre, inimigo, "pois se conseguíssemos nos isolar da injúria atrás de um muro, nos tornaríamos inumanos. (...) Um dos problemas em afirmar a autopreservação como base da ética é

[21] These schools reveal themselves for the most to be affected by a moralistic vice, which, in order to avoid falling into the decadence of the I, avoids the contiguity of the you, and privileges collective, plural pronouns. Indeed, many revolutionary movements (which range from traditional communism to the feminism sisterhood) seem to share a curious linguistic code based on the intrinsic morality pronouns. The we is always positive, the plural you (voi) is a possible ally, the they has the face of an antagonist, the I is unseemly, and the you (tu) is, of course, superfluous.

que esta se torna a pura ética do si-mesmo, talvez até uma forma de narcisismo moral." (BUTLER, 2015, p. 135). O muro que as feministas radicais pretendem erigir para barrar a entrada das trans no movimento é esse muro de si-mesmo que vê o outro, o diferente, sempre como ameaça em potencial (ou, no caso do homem, como ameaça estrutural).

2.3.2 Transfeminismo

O feminismo transgênero ou transfeminismo surge como um movimento criado, primordialmente, por mulheres trans que entendem que sua liberdade está relacionada com a liberação de todas as mulheres, sendo parte integrante e fundamental na revolução feminista (KOYAMA, 2001). Para Jesus e Alves (2012) pode-se dizer que o movimento surge como uma crítica ao feminismo de base biológica, pois este falha em não reconhecer o gênero como uma categoria diferente do sexo. Por outro lado, o transfeminismo se alinha a algumas correntes contemporâneas do feminismo que destacam o caráter afirmativo e mesmo performativo do gênero, linha esta encabeçada por Judith Butler.

Segundo Koyama (2001), é necessário lutar tantos pelas mulheres trans quanto pelas não trans. Dessa forma, o transfeminismo deveria contemplar a junção das políticas feministas em um cenário onde existem mulheres de diferentes perfis que lutam por um objetivo comum. A autora define os princípios do transfeminismo como simples, porém de difícil alcance em uma sociedade binária e patriarcal. O princípio básico é que cada indivíduo tem o direito de definir suas próprias identidades e esperar que a sociedade as respeite, ninguém deve ser coagido nessas decisões pessoais para ser qualificada como uma "mulher de verdade".

O movimento defende as inúmeras formas de expressões femininas, acreditando na liberdade de escolha da mulher, não sendo necessário nenhum tipo de abandono para que a mesma seja considerada feminista. Não há rigidez ou caminho pré-definido, todas as escolhas são consideradas válidas, desafiando as instituições patriarcais que limitam o leque de opções disponíveis para elas (KOYAMA, 2001).

Nogueira e Carneiro (2014) apresentam algumas reivindicações e lutas variadas que estão presentes na agenda transfeminista. Em primeiro lugar, embora o transfeminismo reconheça que algumas trans vivem de acordo com o sistema binário de gênero, o movimento contesta esse sistema, numa recusa direta das ideias essencialistas do que é ser homem e ser mulher. Em segundo

lugar, conforme as autoras, estaria a despatologização das identidades trans. Essa medida seria fundamental, pois o rótulo de doença mental tem limitado a autonomia de pessoas trans, uma vez que elas têm suas identidades deslegitimadas pelo poder médico e sobre a gestão do próprio corpo. No Brasil, essa conquista está próxima, em março de 2018 o STF autorizou a mudança do registro civil (nome e sexo), para pessoas trans que não fizeram a cirurgia de redesignação, sem a necessidade de laudo psíquico ou decisão judicial. A ministra Carmen Lúcia declarou em seu voto que todas as mulheres sofrem discriminação, mas só compreendeu as diferenças escalas de preconceito ao conversar com uma pessoa trans. Nessa conversa ela percebeu a necessidade dessa autorização como forma de retirar essas pessoas da inviabilidade. (O Globo, 2018).

Outra proposta do transfeminismo é o combate a transfobia. Segundo as transfeministas, o cissexismo[22] é um sistema opressor que viola e deslegitima a identidade trans. Além disso, a agenda feminista trans inclui a necessidade de dar visibilidade às pessoas trans não heterossexuais, reforçando a ideia que gênero e orientação sexual são conceitos diferentes e dissociados, mostrando assim seu combate à heterossexualidade e sua estreita relação com a teoria *queer*.

Entre as reivindicações do transfeminismo estão os direitos sexuais e reprodutivos para todos e todas, o que seria uma proposta de inclusão mais ampla, uma vez que, no escopo dessa proposta, seria também debatido o direito ao aborto para homens trans. Alves (2012) argumenta que os direitos sexuais e reprodutivos devem ser estendidos aos homens trans, pois sua exclusão reforçaria o que ela chama de "biologização" dos corpos feminino e masculino. Esta biologização seria um retrocesso, pois ligaria a identidade de gênero ao órgão sexual reprodutor, retirando, por exemplo, o direito dos homens trans de engravidar. Por fim, a última proposta da agenda transfeminista está intimamente relacionada com a teoria da interseccionalidade, pois, tal como essa teoria, o transfeminismo propõe a inclusão de mulheres pertencentes a categorias que, historicamente, foram alijadas ou sub-representadas no feminismo, como negras, idosas, lésbicas e transexuais.

Como já explorado no item anterior, o transfeminismo é questionado por feministas radicais que consideram que as mulheres trans são beneficiadas pelo denominado privilégio masculino. Esses ramos mais radicais argumentam que as transexuais "homem-para-mulher" se socializaram como meninos usufruindo assim de todos os benefícios de uma sociedade patriarcal (KOYAMA,

[22] Segundo Nogueira (2014), o sistema cissexismo seria um sistema no qual pessoas cis que possuem o poder oprimem as pessoas trans.

2001). Um exemplo claro desse embate aconteceu no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em 2005, em São Paulo, no qual foi discutido a participação de mulheres trans no próximo evento. A decisão favorável do plenário gerou grande crítica por parte das participantes e manifestações contrárias surgiram no encontro que aconteceu em Bogotá, em 2010. (ADRIÃO, TONELLI, MALUF, 2011).

No Brasil, o transfeminismo é um movimento relativamente novo. Jesus e Alves (2012) pontuam que o pensamento transfeminista brasileiro está em construção, tentando se adaptar às nuances e particularidades das mulheres trans, travestis e outros protagonistas brasileiros. Embora o pensamento ainda não esteja solidificado, o movimento social composto pela população transgênero está cada vez mais visível, especialmente na internet que se configura como o principal espaço de atuação e debates transfeministas. Essa manifestação, entretanto, não ocorre apenas em espaços virtuais habitados exclusivamente por pessoas transgêneras, ele busca diálogo também em outras esferas do ciberespaço, como, por exemplo, as comunidades feministas. (JESUS & ALVES, 2012).

3. SOCIABILIDADE NO FACEBOOK

3.1 Sociabilidade em rede e a descrição

A expressão *redes sociais* se consagrou de tal maneira que seu significado parece evidente. Entretanto, quando alguém se posta efetivamente diante delas não é possível fugir da pergunta, afinal o que são, de fato, as redes sociais? No caso desta pesquisa, a pergunta se relaciona com outra mais específica, o que é o *Facebook?* Ele é comumente descrito como uma "rede social", porém essa descrição não ajude muito, pois embora o significado de tal expressão pareça evidente ela não fornece muita explicação para quem efetivamente quer descrever uma "rede social".

De modo geral, pode-se afirmar que há algum grau de sociabilidade envolvido nas redes sociais, mas para além disso *Facebook, Twitter, Instagram* e outros comportam muitas diferenças marcantes no que tange ao modo como as interações sociais se processam. Entretanto, antes de marcar essas diferenças, talvez seja necessário esclarecer o que aqui se denomina sociabilidade.

Segundo Simmel (2006), a sociabilidade se encontra ligada diretamente ao simples prazer de estar associado, um prazer que está além das funções específicas e formais de qualquer associação. Para ele existe algo como um "impulso de sociabilidade" que, para além de algum objetivo específico "se desvencilha das realidades da vida social e do mero processo de sociação como valor e como felicidade, e constitui assim o que chamamos de 'sociabilidade' em sentido rigoroso." (SIMMEL, 2006, p. 64)

Nessa acepção, a expressão máxima de sociabilidade se manifesta, por exemplo, numa conversa sem qualquer fim específico, quando o assunto "é somente o suporte indispensável do estímulo desenvolvido pelo intercâmbio vivo do discurso enquanto tal." (SIMMEL, 2006, p.75). É como se a vida em sociedade pusesse a flor da pele um prazer de estar simplesmente ligado um ao outro. Enverando por essa tese, pode-se achar um ponto comum entre *Facebook, Twitter, Instagram* e outros congêneres para além de suas funções específicas, pois parece ser comum a todos eles a facilidade de se associar (ou de se conectar, para usar o termo mais em voga) com outras pessoas. Esta facilidade está intimamente ligada ao desenvolvimento de técnicas geralmente ligadas à internet. De fato, parece haver uma relação histórica entre o avanço de certas tecnologias que permitiram um acesso mais amplo, mais rápido e mais eficaz à rede mundial dos computadores e o desenvolvimento das chamadas "redes sociais", por exemplo, o *Facebook.*

Esta relação permite ao menos lançar a hipótese que as possibilidades técnicas de manter uma grande quantidade de pessoas conectadas por meio da internet permitiram que o chamado "impulso de sociabilidade" de Simmel pudesse ser percebido numa escala sem precedentes. Assim, o falar que tem um fim em si mesmo, a falta de um fim específico para as associações, característica marcante da sociabilidade, parece, curiosamente, uma boa maneira para descrever tais plataformas tão comumente atacadas de causar problemas de socialização. As redes sociais parecem levar ao extremo um tipo de "relação que nada quer ser além de uma relação, na qual também aquilo que de resto é apenas forma de interação torna-se seu conteúdo mais significativo." (SIMMEL, 2006, p.76). É como se ali a sociabilidade fosse levada ao limite e fosse quase separada de uma forma específica que, na concepção de Simmel, seria o pano de fundo para que ela se manifestasse primeiramente.

Esta hipótese, no entanto, continua apenas uma perspectiva sociológica geral se não houver propriamente uma descrição dessas ferramentas. Aqui, esta descrição vai se concentrar especificamente no *Facebook*. Mas como se postar diante dele? Qual a atitude correta para captar o funcionamento dos autorestores envolvidos nas interações? Geertz (1978) propõe que os textos antropológicos sejam autoconscientes do seu caráter ficcional, ou seja, que se saibam uma interpretação de uma realidade vivenciada em segunda mão. Ele os denomina *ficções* não porque sejam falsos ou não factuais, mas porque são algo artificialmente construídos, modelados, criados para re-apresentar por meio de uma forma – o texto – determinadas realidades.

Toma-se como caminho ainda outra indicação dele para o trabalho de descrição densa antropológica, o balanço entre a microscopia e a grande escala ou, para por em outros termos, a relação entre a descrição e a interpretação. Procurar-se-á, neste trabalho tanto fornecer detalhes como se dão as relações sociais no *Facebook* em seus aspectos mais específicos (e muitas vezes técnicos) quanto tentar interpretar, para tomar emprestado um termo do autor, o que é genérico nessa estrutura. O *Facebook* abriga, como se verá adiante, tipos de interação específicos determinados muitas vezes pelas peculiaridades técnicas da plataforma, mas não se restringe a isso, ele não é somente uma ferramenta, um meio "objetivo" pelo qual se processam relações.

Recorre-se também a Bruno Latour (2012) e a abordagem criativa que ele propõe entre "sujeitos" e "objetos" ou, nos seus termos, entre elementos "humanos" e "não-humanos". Seguindo essa orientação, no *Facebook* o mais decisivo seria observar quais objetos fazem diferença no curso de ação dos atores envolvidos nas redes de relação para além das meras relações de causalidade,

pois como Latour, acredita-se que "devem existir inúmeros matizes metafísicos entre a causalidade plena e a inexistência absoluta. Além de 'determinar' e servir de 'pano de fundo' para a ação humana, as coisas precisam autorizar, permitir, conceber, estimular, ensejar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir, etc." (LATOUR, 2012, p. 109). Como outras afirmações de Latour, essa reflexão é uma advertência contra o perigo de inferências apressadas, e acredita-se aqui que uma descrição cuidadosa do *Facebook* deve considerar sempre aquilo que ele chama de ziguezague nas conexões entre humanos e entre objetos. Em outras palavras, há tanto a interferência da programação do site no modo como as pessoas interagem como uma ação criativa das pessoas para utilizar os recursos técnicos disponíveis.

Para o filósofo tcheco Vilém Flusser (2007) essa interação é essencialmente paradoxal ainda mais porque o *Facebook* seria, de acordo com sua definição, uma não-coisa. Na visão dele, lidamos agora com esses novos tipo de objetos que não são efetivamente coisas, mas informações imateriais, que são "tão 'impalpáveis' que qualquer tentativa de agarrá-los fracassa. Essas não-coisas são, no sentido preciso da palavra, 'inapreensíveis'. São apenas decodificáveis." (FLUSSER, 2007, p. 54). Uma das consequências dessa reviravolta, ainda na perspectiva de Flusser, é o deslocamento da importância da mão para os dedos. Não manipulamos estas não-coisas, mas com a ponta dos dedos desencadeamos um processo de transmissão de informações. Tocamos as teclas como ato de escolha, mas esta escolha não é de todo livre, ela seria, de fato, bem inquietante.

> Se coloco o revólver contra minhas têmporas e aperto o gatilho, é porque decidi pôr termo a minha própria vida. Esta aparentemente a maior liberdade possível: ao pressionar o gatilho, posso me libertar de todas as situações de opressão. Mas, na realidade, o que eu faço é desencadear um processo que já estava programado em meu revólver. Minha decisão não foi assim tão livre, já que me decidi dentro dos limites do programa do revólver. E, igualmente, do programa da máquina de escrever, do programa do piano, do programa da televisão, do programa administrativo americano, do programa da máquina fotográfica. A liberdade de decisão de pressionar uma tecla com a ponta do dedo mostra-se como uma liberdade programada, como uma escolha de possibilidades prescritas. O que escolho, o faço de acordo com as prescrições. (FLUSSER, 2007, p. 64).

Flusser (2007) era profundamente interessado nesse tipo de relações e suas provocações acusam a tentativa de entender, inclusive, a relação dos humanos com os programas de computador, tipo o *Facebook,* essencialmente porque elas promovem um tipo de ilusão de liberdade, devido à

vasta extensão de escolhas que posso tomar. Mas esta "liberdade" seria, de fato, programada de antemão de acordo com as limitações dos programas que são utilizados.

A situação é ainda mais inquietante porque nossa ação no *Facebook* é guiada e dirigida por caixas-pretas. Em geral, as ações necessárias para participar da plataforma são simples e fáceis de apreender, mas essas mesmas ações são muitas vezes direcionadas pelos chamados algoritmos[23] que são ocultos na interface. A denominação "caixa-preta", tomada de empréstimo da teoria dos sistemas relaciona-se justamente ao caráter oculto dessas estruturas que restringe a análise aos dados de entrada e de saída. (SEGATA, 2017). "Um dos problemas ao analisar os algoritmos é sua natureza geral de caixa-preta. Enquanto alguns componentes são conhecidos, outros permanecem obscuros. Não estamos vendo completamente o que há sob a capa da infraestrutura do *Facebook*.[24]" (BUCHER, 2012b, p. 1177). Isso significa que toda ação realizada no *Facebook* por indivíduos gera uma ação no programa que, por sua vez, visa gerar outra ação humana num ciclo sem fim. A "ocultação" da plataforma, no entanto, faz que com que seja difícil prever o que acontece no processo. Escrevendo sobre os aparelhos fotográficos, Flusser ensaiava a dinâmica desse jogo, no qual o fotógrafo

> domina o aparelho, sem no entanto, saber o que se passa no interior da caixa. Pelo domínio do input e do output, o fotógrafo domina o aparelho, mas pela ignorância dos processos no interior da caixa, é por ele dominado. Tal amálgama de dominações – funcionário dominando aparelho que o domina – caracteriza todo funcionamento de aparelhos. Em outras palavras: funcionários dominam jogos para os quais não podem ser totalmente competentes. (FLUSSER, 1995, p. 15-16).

Essa relação complexa entre pessoas e programas é explorada por Taina Bucher (2012). A autora, bem na direção que se persegue aqui, insiste na importância em se decifrar as relações entre as escolhas dos usuários e os desejos, limitações e mesmo "escolhas" do *Facebook*. No caso específico desse artigo, ela busca tentar desvendar o que chama de *amizade algorítmica*, ou seja, como a sociabilidade engendrada no *Facebook* é dirigida por alguns algoritmos e pelas escolhas feitas *a priori* pelo software. Ao longo do texto, ela mostra como essencialmente um algoritmo, o

[23] Um algoritmo pode ser definido como uma sequência finita de passos (instruções) para resolver um determinado problema. Sempre que desenvolvemos um algoritmo estamos estabelecendo um padrão de comportamento que deverá ser seguido (uma norma de execução de ações) para alcançar o resultado de um problema (CHECHINEL; FERRARI, 2010, p.15).

[24] One of the problems with analyzing algorithms is their often black-boxed nature. While some components of the algorithm are known as described in Figure 1, others remain obscure.

EdgeRank, decide selecionar e hierarquizar quais são as informações mais importantes e como elas devem aparecer no *feed* de notícias, que é o principal e mais destacado meio de se informar sobre as ações dos seus amigos na plataforma. "O poder do algoritmo se torna aparente na sua capacidade de tornar certas pessoas mais visíveis que outras. O *software* subjacente sempre já intervém nas relações de amizade ao selecionar quais amigos o usuário deve prestar atenção[25]." (BUCHER, 2012, p.485) Como o *EdgeRank* foi projetado para promover mais e mais ações, quanto mais um usuário clica nos botões de interação, mais comenta, mais compartilha, mais a sua chance de se tornar relevante para o algoritmo e, portanto, aparecer nos *feed* de notícias de seus amigos.

A interligação aqui exposta parece ser do tipo de associação entre atores (ou para usar o termo que ele prefere, *actantes*) que "fazem outros fazerem coisas" que Latour põe no centro da sua Teoria do Ator-Rede. Seguir o percurso dessas relações, considerando as várias mediações técnicas envolvidas, seria, nessa perspectiva, a maneira mais adequada para captar de modo mais amplo o quadro dos atores envolvidos e seus diversos papéis. Ainda na perspectiva do teórico francês, a maneira mais eficaz de proceder seria uma descrição mais minuciosa possível. Em uma entrevista com um pós-graduando contida em *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*, Latour deixa bem evidente a centralidade da descrição, "apenas as descrições ruins precisam ser explicadas", exorta ele ao aluno em busca de um quadro de referência. Um pouco antes ele afirma

> Já lhe disse, estamos no negócio de descrições. Os outros trabalham com clichês. Pesquisas, investigações, trabalhos de campo, arquivos, seja lá o que for – nós ouvimos, aprendemos, praticamos, tornamo-nos competentes, mudados de opinião. Muito simples, de fato: a isso se chama pesquisa. Boas pesquisas sempre produzem descrições novas. (LATOUR, 2012, p. 212).

Latour (2012), neste e em outros trechos do livro, mantém o foco dos seus ataques à pressuposição apressada sobre o suposto conhecimento dos objetos que se está estudando, pois provavelmente eles são mais complicados, condensados, múltiplos e complexos que parecem ser. Sendo a descrição o método, o resultado seria a rede. Rede, na acepção peculiar do autor, é aquilo que vai surgir após o registro das várias interações no relato do pesquisador, ou seja, é aquilo que

[25] The power of EdgeRank lies in its capacity to define certain regimes of visibility by assigning more weight to edges that generate a higher degree of user participation.

se mostra no texto ao se contar os percursos das variadas ações entre os atores envolvidos no cenário que se pretende descrever.

Para uma pesquisa que envolve processos de interação mediados por programas de computador, o trabalho de Latour serve como alerta e guia. Alerta contra o determinismo tecnológico, guia para se enveredar nas complexas ligações entre as pessoas e as variadas mediações envolvidas nas interações realizadas no *Facebook*. Jean Sagata, um dos pioneiros da etnografia nos ambientes digitais, tenta trazer as contribuições da Teoria Ator-Rede para as suas pesquisas. Em seu texto *Dos cibernautas às redes* (2016) ele relata como as indicações de Latour ajudaram a rever alguns pontos cegos da sua pesquisa e de seus colegas com interesses similares.

> As críticas que Bruno Latour apresenta ao longo de sua obra têm o intuito de dissolver as entidades – o social, o natural, o técnico – ou quaisquer coisas que sejam acionadas de modo externo e autoexplicativo. O que o GrupCiber passou a rever na última década diz respeito ao modo como a etnografia no contexto da antropologia do ciberespaço naturalizou os artefatos e as formas de acesso criando uma espécie de terreno paradoxal – que ao mesmo tempo é neutro e autoexplicativo. Neutro porque, no mais das vezes o artefato parece cumprir o papel de "novo cenário" para um conjunto de fenômenos já bastante familiares para a maior parte dos antropólogos e autoexplicativo porque serve de adjetivo desse fenômeno no novo cenário. (SEGATA, 2016, p. 107).

Segata conclui essa seção do artigo fazendo um alerta contra o uso inconsequente da palavra "rede". Na trilha do teórico francês, ele observa que as redes não estão dadas, pelo contrário, surgem pela mão do pesquisador ao traçar os trajetos das interações que ocorrem no ciberespaço. Se, de fato, o *Facebook* é uma rede social, ele assim é somente porque traçamos as linhas que conformam interações. O relato, ao descrever as ações entre as pessoas e o próprio programa, fará a ligação dos pontos (e mesmo definirá o que é que são "pontos') e somente aí surgirá algo como uma rede.

3.2 Descrevendo o *Facebook*

3.2.1 *Facebook* e suas origens

A origem do *Facebook* está diretamente associada à criação do *Facemash.com* em 2003. Esse *site* desenvolvido por Mark Zuckerberg, estudante de computação na *Universidade de Harvard*, permitia basicamente que seus visitantes (colegas de Zuckerberg em *Harvard*), comparassem lado a lado a foto de dois estudantes para decidir qual era mais "quente". Assim o objetivo principal do site era classificar quem era atraente sexualmente ou não. Para montar o site Zuckerberg invadiu a rede de segurança da sua universidade e capturou as imagens de identificação dos estudantes, essas fotos foram utilizadas para alimentar o *Facemash* (Zeevi, 2013; Texeira, 2012).

Figura 1: *Facemash*

Fonte: https://twitter.com/histoftech

O *link* para acesso ao *site* se espalhou rapidamente pela universidade e em apenas quatro horas no ar, o *site* recebeu 20.000 visualizações. Porém alguns dias depois, grupos estudantis de mulheres, como o *Fuerza Latina* e o *Association of Black Harvard Women* (ABHW), mostraram-se indignados com a proposta do site, que objetificava as mulheres de Harvard e processaram Zuckerberg. Além disso, a própria administração da universidade o acusou de quebra de segurança,

violação de *copyright* e violação de privacidade e seu site foi retirado do ar. (SCHWARTZ, 2003; TEIXEIRA, 2012).

Conforme descrito por Schwartz (2003) em *The Harvard Crimson,* Zuckerberg enviou um pedido de desculpa às associações no qual dizia que sua única intenção ao montar o site foi a ciência da computação e nunca pensou em ferir os sentimentos ou a privacidade de alguém. Ainda na carta, disse que não esperava que o *link* se espalhasse tão rapidamente e se desculpou por negligenciar as possíveis consequências desse projeto.

É interessante observar, contudo, que hoje no *Facebook* existem dezenas de páginas e perfis denominados *Facemash,* que possuem o mesmo objetivo do site anterior, analisar sexualmente a aparência de mulheres. Nessa nova forma aparecem inclusive fotos de menores de idade, além de vídeos pornográficos que, em teoria, desrespeitariam as normas do *Facebook* (2018) (que proíbem a nudez ou outro conteúdo de sugestão sexual), porém por não mostrarem o bico do seio das mulheres passam despercebidas pela plataforma. Por outro lado, recentemente a página da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) foi retirada do ar por sete dias ao publicar uma foto com mulheres indígenas com seio à mostra.

A sensação é que essas normas circunscrevem uma relação bastante peculiar com a sexualidade e a nudez, em consonância com o chamado "capitalismo farmacopornográfico" conforme delineado por Preciado (2018). Segundo o autor, a essa forma de capitalismo interessa os corpos e seus prazeres através da incitação à masturbação multimídia em escala global, desde que, no entanto, se respeitem normas, comportamentos e padrões sociais, como a submissão e objetificação da mulher.

Em 2004, pouco tempo depois de retirar o *Facemash* do ar, Zuckerberg começou a definir o código para um novo *site* que foi chamado de *TheFacebook.* Controles de privacidades faziam parte desse novo projeto, além disso, existiam algumas restrições importantes como possuir um *e-mail harvard.edu* e era necessário associar a essa rede com seu nome real, numa tentativa que os usuários fossem quem diziam ser. (KIRKPATRICK, 2011). Na referida reforma de 2004 do *Facebook*, o objetivo central do *site* também foi modificado, conforme descrito na sua página inicial.

> O *TheFacebook* é um diretório online que conecta as pessoas através das redes sociais nas faculdades. Nós abrimos o *TheFacebook* para consumo popular na Universidade de Harvard. Você pode utilizar o *TheFacebook* para: procurar as pessoas nas suas escolas,

> achar quem está nos seus cursos, descobrir amigos de amigos e visualizar sua rede de amigos". (*THEFACEBOOK*, 2004)

Segundo Kirkpatrick (2011), em entrevista ao jornal *de Harvard*, Zuckerberg garantiu que tais modificações foram realizadas para restaurar sua reputação junto aos alunos que ficaram indignados com o *Facemash.* Dessa forma, foi criada a opção do próprio usuário definir quem poderia visualizar suas publicações, sendo possível limitar o acesso apenas aos colegas atuais, às pessoas da sua turma ou a todo alojamento. Nesse época ainda foi criado o botão de "cutucar", que foi por algum tempo uma interação importante na rede, no qual o usuário entrava no perfil de um amigo e clicava na opção cutucar e esse perfil recebia um aviso para "cutucar de volta". Zuckerberg admitiu que esse botão não possuía nenhuma finalidade especifica, existia só por diversão (KIRKPATRICK, 2011). Zadie Smith (2011), escritora e contemporânea de Zuckerberg, tem outra explicação. Para ela, o site, desde o início, carrega em sua interface, as marcas dos seu criador.

> Nele, tudo é reduzido a escala do seu fundador. É azul porque, por acaso, Zuckerberg sofre de um daltonismo que não distingue o verde do vermelho. "O azul é a cor mais bem definida para mim – enxergo todos os tons de azul."[26] Nele, existe a ação *poke*, de "cutucar", porque é o mesmo gesto que alguns rapazes tímidos usam para chamar a atenção das moças que eles têm medo de abordar com as palavras. Concentra-se em torno de informações triviais porque, para Mark Zuckerberg, a troca de trivialidade pessoais é o que *constitui* a "amizade". (SMITH, 2011, p.2).

Outra hipótese levantada aqui é que desde o começo da plataforma, o objetivo de seu criador era garantir que os usuários ficassem *online* o máximo possível. Smith (2011) parece concordar com essa hipótese ao observar quão banais são as justificativas do criador para a existência do site.

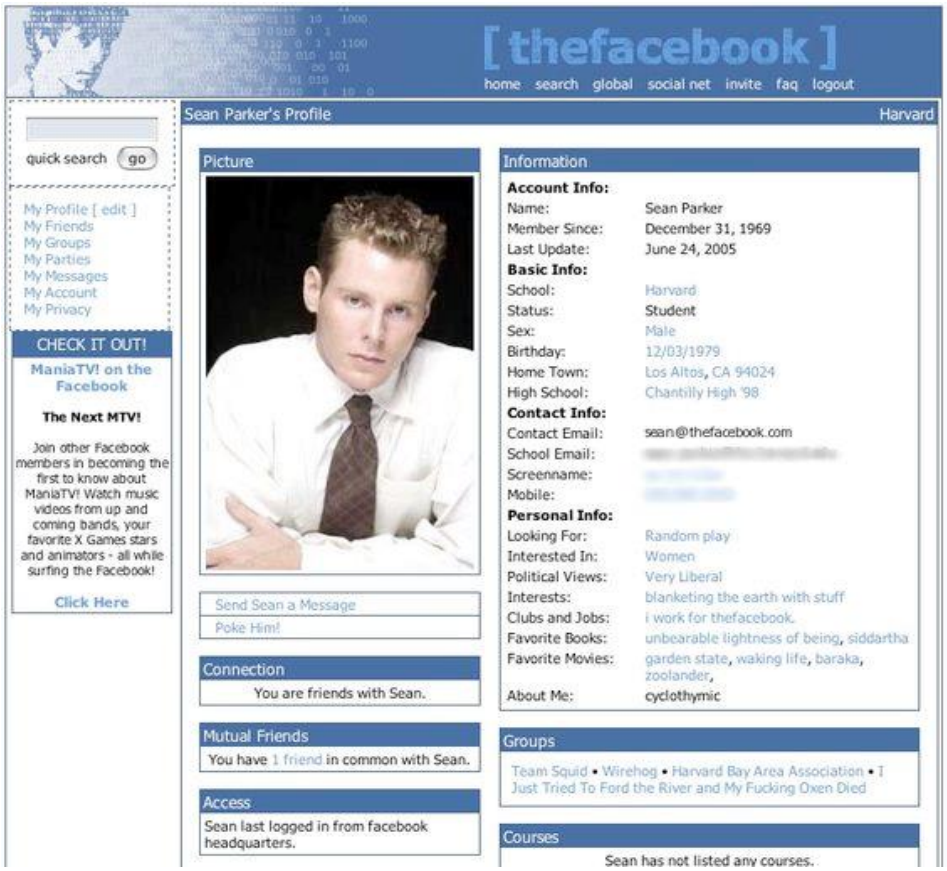
> Ele usa as palavras "conectar" e "conexão" como um crente usa o nome de Jesus, algo intrinsicamente sagrado. "A ideia é que através do site as pessoas entrem em conexão umas com as outras e compartilhem informações com as pessoas com quem estão conectadas..." A meta é a própria conexão. A qualidade da conexão, a qualidade da informação que passa por ela, a qualidade das relações que essa conexão permite – nada disso é importante. (SMITH, 2011, p. 2).

Nesse momento, grande parte das atividades possuía um viés unicamente para os jovens, dessa maneira, em seu perfil era possível preencher o status de relacionamento atual, responder perguntas como "a procura de", na qual a opção diversão, muitas vezes, era escolhida e até mesmo

[26] https://www.newyorker.com/magazine/2010/09/20/the-face-of-facebook

o botão de curtir representava algum tipo de paquera *online.* Por outro lado, Kirkpatrick (2011) argumenta que alguns usuários descobriram um uso mais prático e proveitoso para o *TheFacebook,* como por exemplo, criar grupos de estudos para as aulas, organizar encontros de clubes e postar noticias sobre eventos importantes. É exatamente essa relação entre atores humanos e não-humanos, entre os indivíduos e a plataforma, que inspira este trabalho. Até hoje, existe um ir e vir entre as delimitações técnicas escritas na programação do *Facebook* e o uso efetivo que os indivíduos promovem. Decerto, é difícil medir o quanto a ação dos usuários influencia as mudanças na plataforma ou o quanto as mudanças técnicas mudam as interações, mas parece claro que esta é uma relação de mão-dupla.

Figura 2: *Thefacebook*



FONTE: https://www.pinterest.co.uk/pin/494903446535592465/

O sucesso desse *site* também foi imediato, um mês depois de seu lançamento, metade dos estudantes de *Harvard* já estavam inscritos, sendo rapidamente expandido para outras

universidades. Nesse época, Sean Parker, fundador do Napster[27], aproximou-se de Zuckerberg e foi nomeado o primeiro presidente do *TheFacebook*, quando a empresa passou a ter sede em Palo Alto, Califórnia, em meados de 2004. Com um grande aporte financeiro, mais de 200 mil dólares, Parker comprou o domínio *Facebook.com* na internet e a plataforma passou a chamar simplesmente *Facebook*. O site continuou expandindo sua base de rede e em 2006, já permitia o acesso de mais de 22.000 organizações comercias e alargou a permissão de acesso a qualquer internauta com idade superior a 13 que possuía um endereço de e-mail válido.

A criação de milhares e depois milhões de identidades digitais nessa época, muitas delas no *Facebook*, gerou uma reflexão crítica. Naquele momento, as discussões orbitavam sobre as possibilidades e limites da identidade nos ambientes digitais. Slavoj Zizek, escrevendo em 2007, enxergava nos excessos cometidos pelos usuários a demonstração de vários impulsos reprimidos. Para ele, uma das consequências da emancipação da identidade, da possibilidade de ser anônimo na internet, era a liberação de impulsos secretos e perversos. "O fato mesmo de que eu perceba minha auto-imagem virtual como simples brincadeira me permite, assim, suspender os obstáculos que usualmente impedem que eu realize meu 'lado escuro' na vida real - meu 'id eletrônico" ganha asas, dessa forma." (ZIZEK, 2007).

Nos variados comentários e reflexões daquele momento, antes da consolidação da chamada internet 2.0, era comum a distinção entre a identidade *online* e *off line*. De um lado, existia a exaltação sobre as possibilidades libertadoras de assumir uma identidade nova, de outro, um questionamento forte sobre os constrangimentos que as redes sociotécnicas impunham a seus usuários. Essa dialética é bem expressa pela escritora Zadie Smith em *Quero ficar na geração 1.0*.:

> Quando uma pessoa se transforma numa série de dados num website como o *Facebook*, tudo nela fica menor: a personalidade individual, as amizades, a linguagem, a sensibilidade. De certo modo, não deixa de ser uma forma de transcendência: perdemos nosso corpo, nossos sentimentos contraditórios, nossos desejos, nossos medos – o que me faz pensar que aqueles de nós que sempre recusaram, com repulsa, o que vemos como uma ideia burguesa hiperinflada da identidade individual talvez tenham exagerado no sentido inverso: as identidades despojadas que assumimos na rede não mostram mais liberdade. São, apenas, mais controladas por alguém (SMITH, 2011, p.3)

[27] Serviço de *streaming* de música pertencente à Rhapsody Internatonal Inc, que contava com aproximadamente 40 milhões de faixas.

Smith escreve esse texto na ocasião de lançamento do filme *A rede social* (David Fincher, 2010) e reflete aí várias das questões candentes no momento. Em 2018, a integração entre as identidades desses dois âmbitos tornou-se muito mais marcante, de modo que tal distinção soa um pouco datada. Nesse meio tempo consagraram-se as redes sociais, não só o *Facebook* (que continua a líder em número de usuários) continuou expandindo sua malha de usuários, mas também *Twitter, Whatsapp, YouTube* e *Instagram* têm um bilhão ou mais de participantes.[28]

Bauman, (2008) tem ainda uma perspectiva mais radical. Nas chamadas redes sociais ele via uma transmutação de pessoas em mercadorias e a tendência a autopromoção transformava as pessoas em produtos que operavam sob a lógica do mercado, atrair demanda e conquistar fregueses.

> A "subjetividade" do "sujeito", e a maior parte daquilo que essa subjetividade possibilita ao sujeito atingir, concentra-se num esforço sem fim para ela própria se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável. A característica mais proeminente da sociedade de consumidores – ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta – é a transformação dos sujeitos em mercadorias, ou antes, sua dissolução no mar de mercadorias em que (...) os diferentes significados das coisas "e portanto as próprias coisas são vivenciados como imateriais" aparecendo "num tom uniformemente monótono e cinzento" (BAUMAN, 2008, p. 20-21).

O diagnóstico extremamente crítico do sociólogo polonês pode ser compreendido tanto por uma percepção genérica sobre a tendência à autopromoção verificada nas redes sociais quanto pela lógica interna de funcionamento das plataformas que tendem a mensurar o grau de influência dos participantes utilizando a visibilidade como critério. Embora comportem variadas diferenças estruturais e técnicas, as principais "redes sociais" premiam aqueles que conseguem atrair mais atenção. Um dos efeitos colaterais dessa política de promoção da visibilidade foi a criação de novos profissionais (*digital influencers, YouTubers,* etc.) que são remunerados por conta de seu acesso e influência sobre um grande número de usuários.

O objetivo do *Facebook*, hoje, continua semelhante ao inicial, quando era restrito aos alunos de *Havard*: "O *Facebook* ajuda você a se conectar e compartilhar com as pessoas que fazem parte da sua vida" (FACEBOOK, 2018), porém possui um alcance mundial. Para compreender melhor como essas interações são dadas e seus efeitos, faz-se necessário analisar as funcionalidades mais importantes do *Facebook* e suas transformações ao longo da última década e meia.

---

[28] Conforme relatório publicado pela ONG *We are social* referente ao ano de 2017, disponível no site https://wearesocial.com/special-reports/digital-in-2017-global-overvie

.

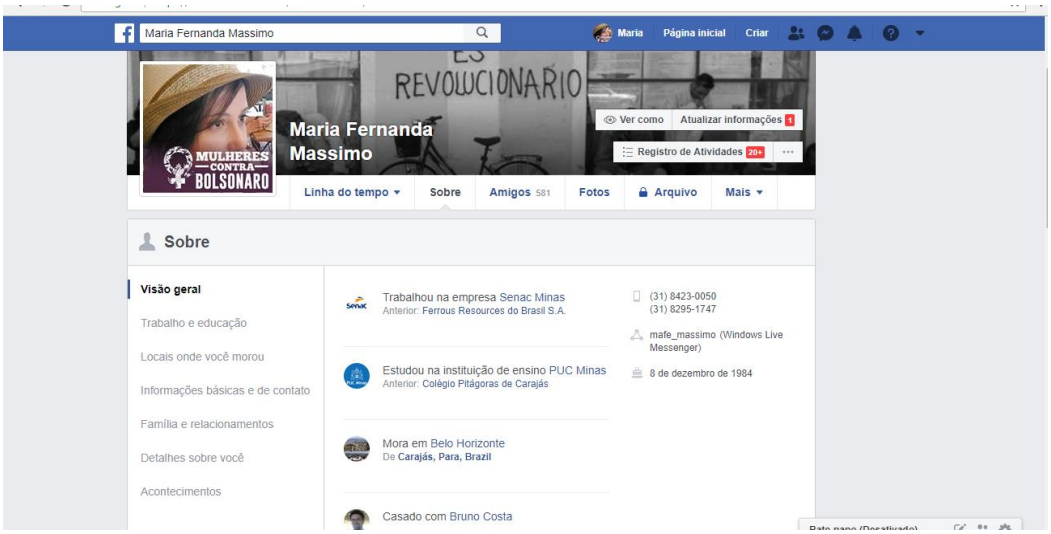
Figura 3: Página de entrada

Fonte: https://www.facebook.com

2.2.2 Funcionalidades do *Facebook*

A *timeline*, criada em 2011, é, hoje, o primeiro contato do usuário com o perfil no *Facebook*. Nesse espaço, o usuário pode fornecer um resumo das informações que quer disponibilizar, como lugar onde mora e trabalha, status de relacionamento e os acontecimentos marcantes de sua vida, como por exemplo a saída de um emprego ou um término de relacionamento. É nesse local também que o usuário insere sua foto de perfil e uma imagem de capa na qual a pessoa se identifica. Segundo o próprio *Facebook*, "o seu perfil conta a sua história. Você pode escolher o que quer compartilhar, como interesses, fotos e informações pessoais, como sua cidade natal, e com quem vai compartilhar" (FACEBOOK, 2018). Todas as publicações realizadas ao longo dos anos ficam armazenadas na *timeline*, para a visualização de amigos, amigos de amigos ou todas as pessoas que entram no perfil. Essa escolha é controlada nos ajustes de privacidade da plataforma.

Figura 4: *Timeline*



Fonte: https://www.facebook.com/mafe.massimo/about?lst=1557107418%3A1557107418%3A1549047935

Inicialmente era no mural que se exibia uma espécie de linha do tempo. Nele era permitido a publicação de mensagens e pequenos comentários, sendo possível verificar a hora e data de tais publicações. Em julho de 2007, esse espaço foi aberto para outras formas de conteúdo, além da escrita, notadamente fotos e vídeos. (CORREIA e MOREIRA, 2014). Ao longo de sua trajetória transformações foram feitas e a presença de imagens tornou-se cada vez mais constante, por exemplo, com o lançamento do espaço para capa[29]. No fim de 2015, foi feita uma das últimas modificações dessa função com a inserção das fotos em destaque. Com esse novo recurso, o usuário pode colocar até cinco fotos para que as pessoas possam conhecê-lo melhor. Essas imagens, assim como a foto de perfil e capa, são públicas para todos que visitarem este perfil. (FACEBOOK, 2018). Na configuração mais recente do *Facebook* é possível restringir o acesso às informações do perfil e mesmo reduzir ao mínimo o número de informações pessoais dadas, mas as fotografias são onipresentes e de acesso a todos, mantendo, de alguma forma, o espírito original do *Facemash*.

Em relação às amizades, o usuário pode fazer um pedido de amizade ou aceitá-lo, assim que a conexão é realizada ambos podem ver as publicações do outro em seu *feed* de notícias e conversar via mensagem privada. O *Facebook* (2018) sugere adicionar como amigo apenas "amigos, familiares ou outras pessoas que você conhece e confia", se o usuário quiser ver as

[29] A foto da capa é a foto maior que aparece na parte superior do seu perfil, acima da foto do perfil (Facebook, 2018).

atualizações de pessoas que ele considera interessantes, mas que não conhece pessoalmente, como celebridades ou jornalista, existe o botão de "seguir". Como bem destaca Bucher (2012), a "amizade" no *Facebook* claramente existe como uma relação entre vários atores, incluindo aí uma complexa interação entre os indivíduos e as singularidades do *software*, "os usuários não apenas forjam amizades com 'amigos' através das plataformas *online*, as plataformas, elas mesmas também contribuem para a criação das conexões sociais.[30]" (BUCHER, 2012, p. 480).

A "amizade" é fundamental para o funcionamento do *Facebook* e a plataforma praticamente obriga o novo usuário a fazer e encontrar amigos. Um dos primeiros passos "sugeridos" quando um usuário se registra na plataforma é conectar sua conta de e-mail com a sua nova conta do *Facebook* para sincronização dos seus contatos existentes. Esta suposta ajuda, na verdade, é uma forma de aumentar o banco de dados[31] do site. Além disso, como argumenta Bucher (2012), geralmente o *software* da plataforma já te conhece, ou mais precisamente, já te reconhece. "Com mais de 900 milhões de usuários, há uma grande possibilidade que o novo usuário já exista na plataforma por meio de dados que outros provêm, consciente ou inconscientemente, sobre você. A maioria dos usuários é um fantasma na máquina só esperando para se tornar vivos.[32]" (BUCHER, 2012, p.483).

A metáfora utilizada para a autora remete ao seu estado dormente como ser na plataforma e sugere que mesmo a pessoa não estando efetivamente registrada na plataforma, já está lá de alguma forma, como dado de outra pessoa. Nesse processo de adição vê-se claramente a lógica de soma constante, típica do banco de dados conforme aponta Manovich (2015). O autor esclarece a complementariedade entre o banco de dados e os algoritmos para criar uma versão do mundo segundo a lógica do computador.

> O mundo é reduzido a dois tipos de objetos de *softwares*, que são complementares um ao outro – estrutura de dados e algoritmos. Qualquer processo ou tarefa é reduzido a um algoritmo, uma sequência final de operações simples que um computador pode executar para alcançar uma tarefa dada. E qualquer objeto no mundo – seja a população de uma cidade, ou a temperatura através do curso de um século, ou uma cadeira, ou um cérebro

[30] As already implied, users not only forge connections with "friends" via online platforms, the platforms themselves also contribute to the creation of these social connections.

[31] Segundo Manovich (2011), o banco de dados é definido como uma coleção estruturada de dados. Os dados armazenados em um banco são organizados de forma a permitir agilidade na busca e na recuperação, ou seja, não há nada além de uma simples coleção de itens.

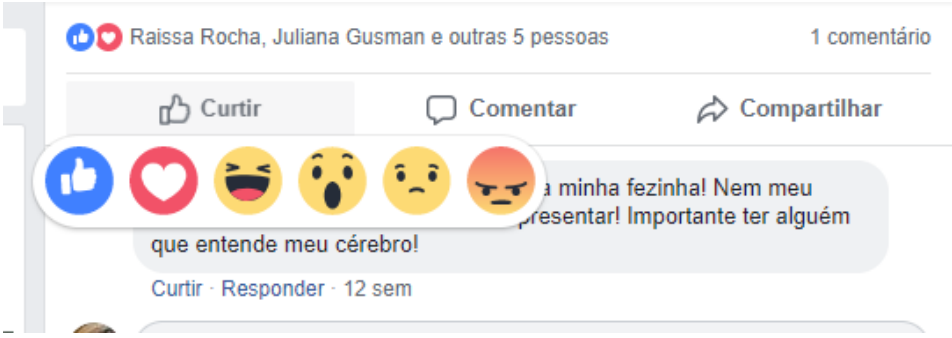
[32] With over 900 million Facebook users, there is a great probability that new registrants already exist on the platform by virtue of the data others provide, consciously or unconsciously, about you.

> humano – é modelado como estrutura de dados, ou seja, dados organizados de um modo particular para permitir busca eficiente e recuperação. (...) Algoritmos e estruturas de dados têm uma relação simbiótica. Quanto mais complexa a estrutura de dados de um programa de computador, mais simples o algoritmo precisa ser e vice-versa. (MANOVICH, 2015, p. 11).

No processo de funcionamento do *Facebook*, no entanto, a presença e os sentimentos humanos são fundamentais para complementar e reforçar a lógica de interação entre os algoritmos e o banco de dados. Nesse ponto, a "amizade" é o instrumento central para induzir sua participação no *Facebook* e os laços entre você e seus amigos são utilizados para coagir o usuário a continuar gerando dados. De certo modo, a plataforma tenta manipular seus sentimentos ao "instigar os usuários a dizer olá, escrever no mural de um novo amigo e assim por diante. O que se torna claro é como o *software* não deixa os usuários sozinhos. O *Facebook* se torna um agente ativo que participa no desempenho da amizade.[33]" (BUCHER, 2012, p. 487).

Segundo Recuero (2014), as conversações diante de uma postagem nascem das ferramentas disponíveis para as interações, podendo ser feitas pelo botão de curtir, pelo compartilhamento das informações e comentários pessoais sobre determinada postagem. O *Facebook* conta hoje com seis botões de reações, tanto para publicações quanto para comentários, pelos quais o usuário pode reagir pelo "curtir", "amei", "uau", "haha", "triste" e "grr", expressando a sua emoção diante de uma publicação por meio de um *emoji* padronizado.

Figura 5: Ferramentas de interações



Fonte: https://www.facebook.com/mafe.massimo

[33] The system supports this by prompting users to say hello, write on a new friend's wall, and so on. What becomes apparent is how the software does not leave users alone. Facebook becomes an active agent participating in the performance of friendship.

Para a plataforma, os botões de interação (o antigo "curtir") são um modo de dizer às pessoas que você gostou ou não gostou da publicação, sem deixar comentários. (Facebook, 2018). Recuero (2009) argumenta que o botão "curtir" aparece como uma forma de estar presente nas interações, sem a necessidade de escrever. Assim, para ela, trata-se de um investimento mínimo, pois o usuário não necessariamente precisa ler tudo o que foi dito, talvez uma forma menos comprometida de expor uma opinião pessoal em relação a determinado assunto, evitando assim, discussões ou desentendimentos com outros usuários.

Sobre essa forma de interação, Edoardo (2017) pontua, no entanto, que as curtidas multiplicam-se quando as postagens possuem elementos que geram a empatia de seus amigos seguidores, principalmente, sentimentos como a solidariedade e a identificação, mas também repulsa e, até mesmo, ódio, como forma de engajamento.

Bucher (2012b) aponta ainda para outro fator que instiga a participação nas interações da plataforma. Para a pesquisadora, a lógica interna do *Facebook* age no sentido de incitar a atividade para não se tornar invisível. Um usuário útil, nessa direção, seria aquele que participa, comunica, interage. Participar pouco ou abster-se, por outro lado, faz com que o usuário desapareça do *feed* de notícias de seus amigos, tornando-se, segundo a lógica prevalecente, menos relevante naquele ambiente. A plataforma pune, com a ameaça da invisibilidade e da irrelevância, o usuário que não age conforme o melhor interesse do *Facebook*. "Há, portanto, uma lógica circular na maneira que a visibilidade é organizada no *Facebook*. Ser popular aumenta a chance de se tornar visível, gerando assim ainda mais interação." (BUCHER, 2012b, p.1177).

Bucher, analisando a visibilidade a partir de um exercício empírico sobre suas postagens e uma análise do algoritmo *EdgeRank* que, em 2011, determinava a visibilidade das mesmas, conclui que o próprio *software* sugere que algumas formas de participação são mais desejáveis que outras e o desejo pode ser mapeada com um olhar atento sobre o funcionamento do algoritmo. Em um ambiente tão cheio de programação, pouca coisa é acidental, e embora os usuários talvez não percebam, muito da sua participação ali é dirigida por algoritmos.

O compartilhamento, outro modo de interação, também opera sob a lógica da visibilidade, sua utilização parece dar uma maior vida útil ao post, ampliando seu alcance. As pessoas compartilham informações no *Facebook* que consideram relevantes, legitimando e reiterando a importância de determinada questão. Além disso, a opinião de quem compartilhou torna-se pública aos seus amigos, construindo uma nova conversação com novos argumentos e pontos de vista.

Embora, em alguns casos, o compartilhamento tenha um viés crítico, de um modo geral, essa função aparenta ser utilizada de forma positiva, no sentido de apoiar uma determinada ideia, um manifesto ou uma mensagem. (RECUERO, 2009).

Os comentários são as práticas mais evidentemente de interações. Trata-se de uma mensagem que é postada através do botão da postagem original, é visível tanto para o autor do *post* quanto para os demais comentaristas. Esse ato não significa apenas participação, mas traz uma efetiva contribuição ao assunto proposto ou mesmo elogios/repúdios para imagens ou questões indicadas. Assim, Recuero (2007) defende que esse tipo de ação aparentemente envolve um maior engajamento do usuário e uma exposição maior em sua rede social (ou naquele que visualiza o *post*), pois sua opinião torna-se mais visível. Para a autora, o que for escrito pode ser facilmente descontextualizado ou contestado, tornando-se um risco para a pessoa que comenta. Dessa forma, em alguns casos, opta-se em apenas "curtir" ao avaliar-se o risco de exposição.

Essas diferenças nas ações de interações deixam claro que a plataforma inclui diversos modos de engajamento. Nas análises preliminares deste trabalho, o comentário, conforme aponta Recuero, realmente parece ser uma forma de interação que mais gera repercussões visíveis e, por sua própria forma textual, permite avaliar com mais precisão o impacto da publicação nos atores da interação em questão. Nesta relação, mais uma vez parece acionada a lógica interna da plataforma, uma participação efetiva gera mais visibilidade que, por sua vez, gera mais interação. Essa lógica, conforme detalhado no capítulo a seguir, tende a gerar protagonismo para os usuários mais atuantes, garantindo a essa mais presença no *feed* de notícias de seus "amigos" e até nos amigos dos amigos.

O *Facebook* também permite a criação de páginas, como *Transfeminismo,* objeto deste trabalho, e grupos, como forma alternativa ou complementar para redes sociais mais complexas que vão além de amigos. As páginas e grupos são articuladas pelas perspectivas, posições e gostos em comum. Segundo o *Facebook* (2018)

> as páginas são destinadas às marcas, empresas, organizações e figuras públicas, para que possam criar uma presença no *Facebook*, enquanto os perfis representam indivíduos. Qualquer pessoa que tiver uma conta poderá criar uma página ou ajudar a administrar uma se receber uma função na página, como administrador ou editor. As pessoas que curtirem uma Página e os amigos delas poderão receber atualizações em seus Feeds de Notícias.

Para criar uma página primeiramente o usuário deve apontar seu objeto. O Facebook oferece seis opções a serem escolhidas: Negócio ou lugar; empresa, organização ou instituição; marca ou produto; artista, banda ou figura pública; entretenimentos; causas ou comunidades. O preenchimento de dados acontece de acordo com a opção escolhida. Por exemplo, no caso de bandas, artistas e figura pública, inicialmente é necessário informar a profissão da pessoa para quem a página é dedicada. Já no caso de causas ou comunidades, o primeiro passo é informar o nome desta.

Figura 6: Páginas

Fonte: https://www.facebook.com/bookmarks/pages?ref_type=logout_gear

Logo após a criação, o Facebook recomenda o envio de convite para seus contatos para assim, tornar sua página um “sucesso”. E avisa ainda “páginas com 10 ou mais curtidas obtêm mais envolvimento”. (FACEBOOK, 2018). Só após receber essa quantidade de curtidas as publicações da página são recebidas pelos seus participantes. Além disso, a partir desse momento, o Facebook fornece o alcance orgânico da página. Essas informações são importantes para aqueles que querem investir financeiramente nesse espaço impulsionando suas publicações (posts patrocinados).

O gerenciamento da página acontece pelo perfil pessoal do usuário, é possível saber quantas curtidas, visitas e interações (comentários e compartilhamentos) sua página recebeu desde sua criação. Caso a página passe algum tempo sem ser visitada, a plataforma te envia um lembrete

sobre a importância das publicações constantes para uma maior visibilidade do seu objeto. É importante observar que os únicos que podem postar algo nesse espaço são os próprios donos das páginas. As discussões acontecem por meio dos comentários (compartilhamento ou curtidas) no tema proposto pelo detentor da página, os debates, portanto, são direcionados em certo sentido.

Como exemplo, pode-se citar as doze publicações realizadas entre os dias 1º e 7 de março da página *Transfeminista*, todas relacionadas à decisão do STF que passou a autorizar a mudança de nome e gênero por pessoas trans no registro civil, sem a necessidade de apresentação de laudo médico. Por se tratar de uma conquista inédita e de grande impacto para a vida das pessoas trans, as administradoras da página colocaram esse assunto em pauta reiteradamente. Entretanto, no mesmo período, a ação no grupo *Transfeministas* foi bem mais diversificada e outras pautas foram trazidas por seus membros em suas postagens, fosse uma notícia que aborda a transfobia ou um post para destacar Carla Antoneli, primeira deputada trans na Espanha.

Já os grupos, públicos ou secretos[34], fornecem um espaço para as pessoas conversarem sobre interesses em comuns (FACEBOOK, 2018). Dessa forma, os grupos são usados para discussões e eventos, constituindo uma forma, um tanto particular, de partilhar informações e discutir temas específicos. Qualquer membro do grupo pode realizar publicações, mas elas são moderadas pelos administradores, podendo ser bloqueadas ou excluídas. Além disso, essas pessoas podem suspender temporariamente os posts e são responsáveis pela aprovação de novos membros. Empiricamente, um grupo inclui não só os seus membros, mas também notícias recentes, conteúdos postados, fotos, vídeos e todos os comentários que lhes estão associados, sendo nesses aspectos semelhantes às páginas (CORREIA e MOREIRA, 2014).

Defende-se aqui que a página por ser pública e de fácil acesso — basta acionar o recurso "seguir" para passar a participar das discussões[35] — tornou-se mais popular, se não entre os brasileiros, pelo menos entre transfeministas e seus apoiadores. Ao procurar por grupos "transfeministas" ou "feministas trans" no *Facebook*, o grupo brasileiro com mais membros é o *Transfeminismo* com 357 membros (outubro\2018). Já ao realizar a mesma pesquisa em páginas,

[34] Existem três tipos de grupos: fechado, no qual qualquer pessoa pode encontrar o grupo, porém somente membros podem ver quem participa dele e o que é publicado nele; aberto, o usuário pode encontrar o grupo e visualizar as publicações e participantes; secreto, apenas os participantes podem achar e visualizar o grupo.

[35] Para participar dos grupos existem duas formas: Um participante do grupo te adiciona ou é possível solicitar a participação (grupos públicos). No caso do grupo *Transfeminismo* essa solicitação só é aceita se também for enviada uma mensagem a uma das criadoras do grupo, explicando seu interesse em participar das publicações.

encontra-se a página *Transfeminismo*, criada pelas mesmas pessoas, contando com 26 mil seguidores (outubro\2018).

2.2.3 O *feed* de notícias

Com o intuito de aglomerar todos os recursos, o *Facebook* possui um mecanismo de interação, ao mesmo tempo público e personalizado[36], o *feed* de notícias. Considerado por Zuckerberg como uma evolução das tecnologias das redes sociais, essa função, lançada em 2006, foi o projeto mais complexo e demorado que o *Facebook* já havia desenvolvido (KIRKPATRICK, 2011). Segundo o *Facebook* (2018), as publicações vistas no *feed* de noticias têm por função manter a conexão com as pessoas, locais e assuntos importantes.

> As publicações que aparecem primeiro são influenciadas por suas conexões e atividades no *Facebook*. O número de comentários, curtidas e reações recebidos por uma publicação e o seu tipo (foto, vídeo, atualização de status) também podem torná-la mais propensa a aparecer primeiro no seu Feed de Notícias". (FACEBOOK, 2018).

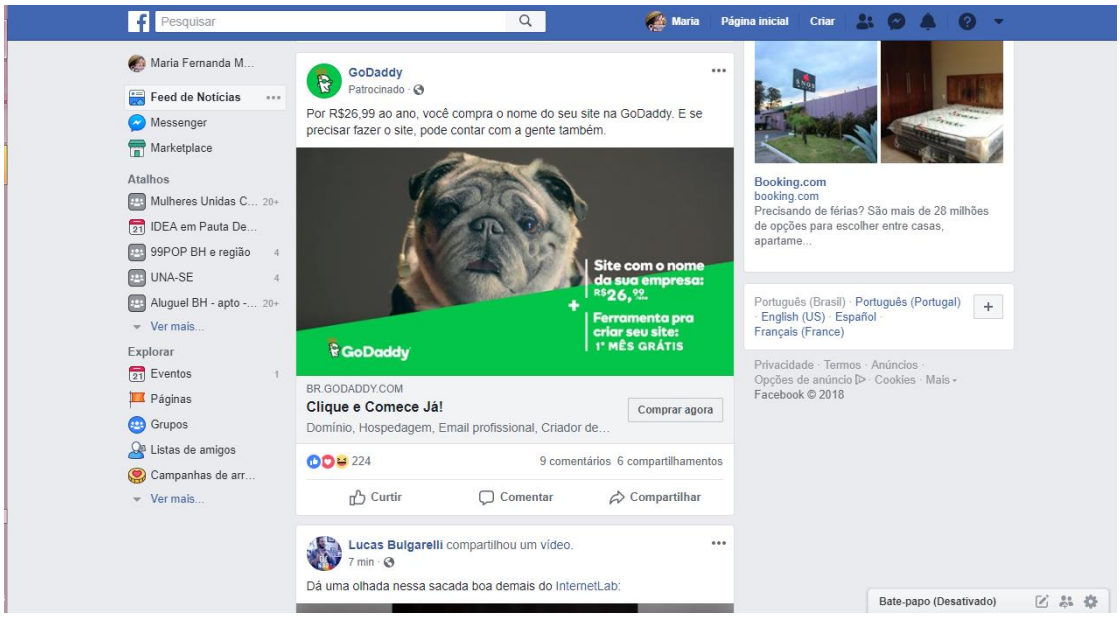
Em 2018, os algoritmos do *Facebook* foram alterados, sendo que interações entre amigos em comum passaram a ser consideradas mais relevantes. Assim, as primeiras publicações a serem visualizadas são: publicações de um amigo comentando ou curtindo uma foto ou uma atualização de status de outro amigo; uma pessoa reagindo a uma publicação que um amigo compartilhou; e pessoas respondendo aos comentários umas das outras em um vídeo a que assistiram ou em um artigo que leram no *feed* de notícias. (FACEBOOK, 2018). Com essas alterações, as páginas perdem um pouco de seu alcance, principalmente aquelas que postam conteúdo que não geram interações ou comentários.

Segundo Zuckerberg, essa mudança aconteceu, pois o objetivo do *Facebook* é ajudar as pessoas a permanecerem conectadas com aqueles que são importantes, dessa forma, amigos e familiares devem permanecer no centro da experiência. Ele argumenta que uma pesquisa realizada por sua equipe mostra que o fortalecimento de nossos relacionamentos melhora o bem-estar e a

[36] Público, pois ele é o local onde são visualizadas as publicações de seus amigos e pessoas que você segue e é privado porque cada usuário possui seu próprio feed de notícias, construído por suas redes de relações.

felicidade. Por fim, o fundador do *Facebook* reconhece que o tempo que os usuários gastam na rede social poderá inclusive diminuir, mas este terá um valor maior (G1, 2018).

Figura 7: *Feed* de notícias



FONTE: https://www.facebook.com/mafe.massimo

É interessante, observar, no entanto, conforme mostra a figura 7, que páginas que são patrocinadas aparecem no *feed* de notícias, mesmo que não tenham sido curtidas, nem seguidas pelo usuário. Além disso, anúncios também compõem esse espaço.

O *feed* de notícias como produto da ação de vários algoritmos constitui o espaço mais valioso do *Facebook* e, como tal, manifesta claramente a monetização da plataforma. Skeggs e Yuill (2015) desenvolveram uma complexa pesquisa para compreender como a conjunção entre as ações dos usuários e os algoritmos da plataforma classificam, hierarquizam e monetizam o *feed* de notícias. Para os autores, o estudo técnico do *feed* de notícias deixou evidente dois movimentos: a ação do Facebook para atrair atenção dos seus usuários para aquilo que ele considera mais importante e o esforço dos usuários para lutar contra os desejos da plataforma ao rolarem para baixo as informações que surgem em seus *feeds* de notícias. No processo de acompanhamento da ação dos usuários em conjunção com a plataforma, eles também descobriram que, contrariamente ao que prega o site, o *Facebook* acompanha a navegação do usuário mesmo quando ele não está no *Facebook*, mas em outros ambientes. Esse rastreamento é feito quando um usuário do site entre em outros sites logado em sua conta no *Facebook*.

O acompanhamento feito pelos autores também os permitiu enxergar claramente como se processa a monetização da atenção. "Sabemos que o *Facebook* se vende aos investidores com base na sua suposta captura de atenção e aqui nós podemos ver como ele tenta fazer isso." (SKEGGS; YUILL, 2015, p.1365). Na nova economia midiática, a mercadoria mais valiosa é a atenção dos consumidores e o *feed* de notícias é o espaço no qual o *Facebook* transforma atenção em dividendos. Concentrando ali o esforço de vários algoritmos e de uma quantidade enorme de dados que medem a ação dos usuários, a plataforma usa o *feed* como seu principal produto. Ele é tanto a funcionalidade mais importante do site como um meio eficaz para gerar recursos[37].

O *feed* pode ser visto, portanto, como o emblema da essência da plataforma em sua multiplicidade de ações. Como bem colocam Skeggs e Yuill, o *Facebook* age, simultaneamente, em várias frentes, ele é tanto um ambiente de sociabilidade como uma máquina de produzir dinheiro que age

> para converter dados em capital, para atrair investidores, para promover propaganda aos anunciantes, para induzir trabalho de desenvolvimento gratuito, para manter pessoas conectadas, para encorajar pessoas a divulgar, para experimentar com usuários, para deixar usuários disponíveis a diferentes formas de mídia[38]. (SKUGGS; YUILL, 2015, p. 1368).

Essa breve descrição do *Facebook* permite definir mais precisamente a plataforma para além da empobrecida e vazia acepção "mídia social". Ali se processam múltiplas relações entre atores humanos e não-humanos que engendram tanto novos modos de associação como produzem um banco de dados valioso para o próprio site. Um dos segredos do sucesso comercial do *Facebook* é que seu quase bilhão de usuários estão constante gerando dados que são acumulados, organizados e hierarquizados pelos diversos algoritmos em ação a todo o momento. Esse trabalho é feito de forma gratuita pelos usuários, mas gera bilhões de dólares para o site que comercializa a sociabilidade principalmente através de anúncios, mas também através da venda de capital social,

---

[37] Segundo Skuggs e Yuil (2015), os ganhos do primeiro trimestre de 2014 do Facebook em 2014 foram registrados em US $ 2,5 bilhões em receita, US $ 10 bilhões por ano, dos quais 85% da receita vêm de publicidade. Oito por cento de toda a publicidade global agora ocorre no Facebook. O Facebook tem 1,28 bilhões de usuários mensais, 802 milhões de usuários diários e 609 milhões de usuários móveis diários.

[38] to convert data into capital, to inter-est investors, to promote advertising to advertisers, to induce free development labour, to keep people connected, to encourage people to divulge, to experiment with users, to make users available to different forms of media.

como expresso no eufemismo “impulsionar publicação” disponível para quem quer aumentar sua visibilidade.

Simultaneamente, o *Facebook* também cumpre seus objetivos manifestos ao utilizar a sua tecnologia em constante expansão para conectar de maneira mais intensa e eficiente seus usuários. Qualquer pesquisa sobre a plataforma, portanto, deve considerar essas duas faces, o lado social e o lado econômico, cuja costura é tão precisa que para visualizá-la com mais nitidez é necessário acionar conhecimentos sofisticados da engenharia da computação. Provisoriamente, pode-se concluir que tudo o *que* aparece, *na ordem* que aparece e *como* aparece para o usuário é fruto de um intenso trabalho interno que, na maior parte das vezes, permanece oculto devido à natureza de caixa-preta dos algoritmos que constantemente estão organizando os dados.

A análise desta pesquisa, no entanto, será baseada apenas nos dados de entrada e os de saída, ou seja, um olhar para as ações e suas consequências visíveis, mas sempre consciente da complexa engenharia que se processa entre esses dois momentos. Essas ações, para além de seu caráter altamente mediado pela tecnologia, são também formas de comunicação, expressão e autorrevelação dos usuários e, portanto, comportam um olhar para além das suas especificações sociotécnicas. De fato, pode-se conjecturar que é exatamente a possibilidade de renovadas formas de associação e de interação que atrai os usuários. O colossal edifício técnico, no entanto, necessita também de elevadas receitas para se manter e, por isso, percebe-se cada vez mais a presença do lado comercial da operação seja na forma de anúncios, de postagens pagas, seja na forma de ofertas ao usuário para comercializar sua visibilidade.

É possível conjecturar também, a partir da descrição feita até aqui, que, além da visibilidade, o *Facebook* negocia a vaidade dos seus usuários através da criação sociotécnica de figuras proeminentes em seus inúmeros círculos sociais. As páginas e os grupos, por exemplo, tendem a pôr em destaque seus fundadores e administradores que, por sua vez, ao constantemente participar da plataforma, se tornam ainda mais visíveis e relevantes para os membros de seu círculo e também um pouco para além dele se os administradores estiverem dispostos a investir financeiramente.

4. TRANSFEMISMO E O AMBIENTE DIGITAL

4.1 A página *Transfeminismo*: origens e perfis das administradoras

A página *Transfeminismo* no Facebook foi criada no dia 26 de julho de 2012 e conta hoje com aproximadamente 26.500 participantes, sendo a maior sobre o tema no Brasil. A página fornece um link para acessar o *blog* com o mesmo nome, espaço criado no final de 2011 com o intuito de ser uma espécie de coletivo. Os coletivos, segundo a Organização das Nações Unidas (2017), são um novo modelo de mobilização entre os jovens. Esse tipo de associação promove debates igualitários e soluções inovadoras para os desafios da juventude, por exemplo a luta por questões de gênero e de orientação sexual, por relações de trabalho diferenciadas e contra o racismo, principalmente nos cenários urbanos e em ambientes digitais. Abdalla (2017), pondera, no entanto, que o termo é utilizado desde os anos 1970 em referência aos coletivos artísticos e que retornaram à cena cultural no final do século XX em outras dimensões. Os coletivos possuem hoje diversos objetivos, formatos e ações, tornando-se um objeto de difícil delimitação, mas pode ser pensado como um fenômeno ligado às artes e/ou ao ativismo social.

Atualmente, Hailey Kass e Beatriz Bagagli são responsáveis pelo *blog Transfeminismo* e pelas atividades no Facebook. Segundo Coacci (2018), no entanto, o primeiro espaço digital que Hailey Kass ofereceu para as discussões transfeministas foi um grupo de *Facebook* em meados de 2011 com o mesmo nome da página e do *blog*. "O grupo tinha uma dinâmica muito viva, com posts diários e longos debates, servindo como um espaço de sociabilidade, solidariedade e também de autoformação sobre pautas desse movimento." (COACCI, 2018, p.214). O grupo original no Facebook foi apagado e um novo, chamado *Transfeminismo <3* o substituiu. Hoje, o grupo possui 431 participantes e os posts são mais raros e com poucas reações e comentários.

Nos primeiros anos, o *blog* e a página funcionavam basicamente com dois tipos de material: a divulgação de textos originais de pautas transfeministas e alguns artigos estrangeiros sobre o tema traduzidos, sendo que, muitas vezes, estes materiais eram discutidos no grupo do *Facebook* e depois postados no *blog*.

Coacci (2018) destaca que essa técnica também era utilizada por outros coletivos digitais que surgiram nessa época, como as *Blogueiras Feministas*. Ele ainda ressalta que apesar das diversas tentativas de organizar as atividades do *blog* e da página, o coletivo nunca conseguiu criar

um esquema de postagem efetivo, as pessoas participavam de forma eventual, de acordo com interesse específico sobre algum tema e sua disponibilidade. Esta colaboração eventual fez com que a maior parte do trabalho ficasse concentrado na mão da Hailey Kass e, posteriormente, Beatriz Bagagli foi assumindo o protagonismo também.

Em nenhum momento há uma demarcação mais rígida de quem está o dentro do coletivo, não existe uma forma de filiação ou uma lista oficial de integrantes. Dessa forma, é importante perceber que sempre houve uma fluidez de pessoas que participavam ativamente dos ambientes digitais. Por vezes, essas passam apenas pelo coletivo, contribuem com alguns textos e depois se afastam de uma participação mais orgânica, até mesmo deixam de comentar e compartilhar os conteúdos da página (Coacci, 2018).

O que parece ser uma falta de engajamento das pessoas trans em um primeiro momento, no entanto, poderia ser explicado pela precariedade da vida dessa população. Essa precariedade, segundo Butler (2018), é algo que vai além da pobreza, da fome, da remoção dos lares ou mesmo de uma vulnerabilidade eventual ou temporária, sendo caracterizada como uma condição politicamente induzida de vulnerabilidade de uma população exposta à violência arbitrária do Estado e à violência doméstica ou urbana contra as quais os instrumentos judiciais ou formais não proporcionam, de fato, proteção e nem reparação suficiente. A militância, a busca por direitos e liberdade parece ser difícil de ser realizada por pessoas que estão famintas, sem empregos, não possuem o mínimo de dignidade que todo ser humano merece e por muitas vezes, possuem até a condição humana questionada como é a realidade das pessoas trans.

Essa precariedade pode ser vista ainda como uma das razões para a escolha do espaço digital como forma prioritária de encontro e expressão da sociabilidade num grupo como as transexuais. Para uma minoria marginalizada, abertamente discriminada e vítima de violência constante, o espaço virtual da internet, com toda sua proteção, parece especialmente propício para suas manifestações pessoais ou políticas. Friedman (2007) observa que outra minoria sexual sujeita ao preconceito e à violência, as lésbicas, e especialmente, as lésbicas da América Latina, encontram um lugar que é possível se expressar no ciberespaço. Segundo ela, a internet ajuda a contornar os problemas centrais que impedem uma efetiva organização dessa minoria e, me parece também, da comunidade transexual: o isolamento, a repressão, a falta de recursos e de coesão da comunidade. Devido às características da sociabilidade em rede, acredita-se, como Friedman, que ali os membros da comunidade podem se se sentir mais seguros e menos estigmatizados do que na rua.

Concordo quando, a partir de outras pesquisas, ela observa que a replicação dos guetos no ciberespaço pode ajudar a reforçar as diferenças e diminuir a comunicação com um público mais amplo, enfraquecendo, nesse movimento, o interesse e a visibilidade das reivindicações da comunidade.

Apesar destas restrições aparentes, no Brasil a internet ainda parece ser o lugar mais seguro para o encontro dos membros da comunidade transfeminista, especialmente aqueles apartados dos grandes centros, pois nas pequenas cidades existem menos lugares de encontro e menos iniciativas públicas de apoio. Ademais, a própria reorganização da esfera pública inclui continuamente movimentos na rede ou oriundos delas. Grupos nascidos no ciberespaço conseguem visibilidade para as suas causas e põem em pauta suas requisições políticas. Em um texto anterior denominado *The reality of virtual reality* (2005), Friedman traz o depoimento da socióloga e ativista do movimento negro Vilma Reis sobre seu projeto de inclusão digital realizado em Salvador no fim do século passado. Segundo Reis, a grande conquista não foi o domínio da tecnologia, mas as possibilidades abertas por ela.

> A tecnologia em si não é nada de fantástica. Fantástico é você pôr o conteúdo à serviço da tecnologia. Nós pensamos que deveríamos nos concentrar em questões de gênero e de raça, então ao mesmo tempo em que estas mulheres estão aprendendo a tecnologia, elas também são introduzidas em questões como sexismo, homofobia, sexo seguro e como lidar com a mídia[39]. (FRIEDMAN, 2005, p.15).

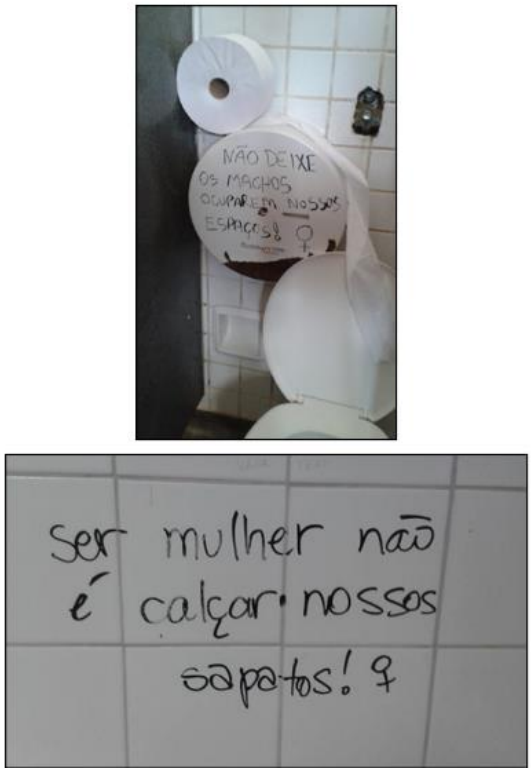
Carrara e Carvalho (2015) analisam o ativismo de pessoas trans nos ambientes digitais. Inicialmente, um dos espaços mais comuns utilizados pelos ativistas trans para debates era o local dedicado aos comentários de reportagens em portais jornalísticos. Diferentes ativistas apontavam para o não reconhecimento do gênero em matérias que usavam o artigo "o" para se referir às pessoas que se reconhecem no feminino, assim como também destacavam notícias e artigos de opinião que normalmente associam as pessoas trans à criminalidade, à prostituição e ao tráfico de drogas, entre outras situações de transfobia.

Com a popularização das redes sociotécnicas, principalmente o *Facebook*, as denúncias sobre violências sofridas começam a aparecer nessas plataformas também. Em 2014, uma ativista

[39] The technology in itself it´s not fantastic. Fantastic is you putting content in the use of technology. We thought we should in focus on gender and race, at the same time the woman we were learning the technology, they also introduced to issues like sexism, homophobia, racial oppression, and also how to deal with the midia.

transfeminista denunciou em seu perfil pessoal as pichações feitas no banheiro da UNICAMP e fomentou o debate sobre o uso de banheiro e o respeito à identidade de gênero de pessoas trans. Em pouco tempo, o post já havia mais de 300 compartilhamentos, espalhou-se por jornais e foi encaminhado para a reitoria da universidade. A solução apresentada pela administração da universidade foi tentar limpar as pichações, o que se mostrou ineficaz, pois as marcas permaneciam em boa parte delas. Antes dessa tentativa, esse grupo de estudantes trans respondeu às pichações nos mesmos banheiros.

Figura 8: Pichações no banheiro



Fonte: Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13865/9884

Figura 9: Respostas

Fonte: Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13865/9884

Vale ressaltar que apesar de a atividade política e comunitária na internet ser importante, existem iniciativas para fora dessas fronteiras. Em uma dessas ações, Amara Moira realizou um importante gesto político. Recentemente ela organizou excursões para a ida de pessoas trans e apoiadores/as do movimento aos jogos de vôlei disputado por Tiffany Abreu, mulher trans que esteve envolvida em debates sobre sua condição biológica e a sua participação na Superliga.

Neste trabalho, no entanto, será dada atenção especial para as atividades de dois membros importantes da comunidade transfeministas que administram a página pesquisada, pois acredita-se que a análise desses perfis é fundamental para entender o funcionamento da comunidade como um todo.

4.1.1 Perfis das administradoras

Atualmente, o perfil pessoal da Hailey Kass possui mais de 1400 seguidores e 4300 amigos. Nele, a transfeminista, que é formada em Letras, se define como "*Tradutora, escritora, pesquisadora e nerd nas horas vagas"* (https://www.facebook.com/haileykaas). Suas postagens vão além de assuntos específicos do Transfeminismo. Ponderações sobre a sociedade patriarcal, machista e racista, críticas ao presidente Jair Bolsonaro, e notícias relevantes, tanto para a população trans como para outras minorias, são comuns em seu mural. Com uma posição política de esquerda, "Biscat, adepta do piriguetismo militante <3", Hailey se candidatou a deputada estadual por São Paulo nas eleições de 2018 e do dia 16 de junho, quando lançou sua pré-candidatura, até 7 de outubro, data do primeiro turno, ela esteve praticamente absorvida pela

campanha. Segundo palavras dela: “nunca imaginei que ser candidata demandaria tanto tempo e esforço.”, frase dita durante o curso “Introdução e histórias do transfeminismo”, no dia 17 de agosto de 2018. Hailey não foi eleita, mas contabilizou 6.176 votos. Durante esse período, ela também utilizou uma página pessoal com o nome de Hailey Kass 50069 para divulgação de sua campanha. Essa página continua sendo alimentada com discussões semelhantes aos posts do seu perfil.

Figura 10: Post Hailey Kass

https://www.facebook.com/haileykaaspagina/

Hailey me disse, em uma conversa que tivemos via vídeo áudio pela internet, no dia 17 de agosto, que além de transfeminista, ela se define como socialista e é filiada ao partido PSOL (Partido Socialista) desde 2015. À pergunta sobre a candidatura de outras mulheres trans para cargos públicos, ela respondeu que acha importante, mas entende que não basta ser uma pessoa trans, as candidatas devem ser filiadas a partidos que se preocupam com questões das minorias e possuem um viés mais marxista, por isso sua escolha pelo PSOL. Segundo Hailey, candidaturas de pessoas trans por partidos mais conservadores, como o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), não acrescentam na luta das transfeministas.

Beatriz Bagagli, a outra colaboradora da página, também graduada em Letras pela Unicamp, é mestranda na mesma área e sua dissertação possui o título “Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo”, o que indica que seu engajamento político se confunde com sua atuação acadêmica. Ela participou ainda de congressos

acadêmicos com temáticas sobre o gênero, como o Seminário Internacional Repensando Gênero e Feminismos em 2014[40]. Ela também foi uma das transfeministas que participou ativamente, juntamente com Amara Moira, no caso da denúncia das pichações no banheiro da UNICAMP referido anteriormente. Beatriz Bagagli possui dois perfis[41] no Facebook, em ambos, sua atuação está focalizada, principalmente, em questões relacionadas às pessoas trans e em críticas ao feminismo radical.

Em seus posts, a eleição do presidente Bolsonaro também foi problematizada. Beatriz concentra sua atenção ao perigo que temas defendidos por ele representam para a população trans, como as críticas feitas por sua equipe e familiares às teorias de gênero. As discussões são pautadas por notícias, textos traduzidos e textos originais produzidos por ela mesmo em uma outra rede sociotécnica, a *Medium*, que são compartilhados no *Facebook* (na página e no perfil pessoal). Além do Transfeminismo, Bia administra concomitantemente a página *TransAdvocate Brasil* (que possui poucas postagens realizadas em 2018) e ainda colabora com o trabalho de *As Ramirez*, duo de *drag queen*s que realiza performances e entrevistas em páginas no *Facebook*.

Figura 11: Página TransAdvocate

Fonte: https://www.facebook.com/TransAdvocateBrasil/

[40] Vide http://lattes.cnpq.br/

[41] Beatriz Pagliarini Bagagli e Bia Pagliarini Bagagli. No último há a seguinte informação: "Se quiser me mandar mensagem, envie para meu outro perfil "(Disponível em: https://www.facebook.com/bia.pagliarinibagagli).

4.2 A sociabilidade na página *Transfemininismo*

Para entender o fluxo das postagens realizadas e ter um panorama da página, primeiramente foi realizada uma espécie de tabulação, buscando entender os tipos de interação que aconteciam nesse espaço. A tabela abaixo mostra que apesar de um número considerável por mês de reações recebidas, principalmente de "curtidas" e de compartilhamentos, os comentários ainda são escassos. Segundo Recuero (2015) e como já detalhado no capítulo 2, em princípio essa escassez de comentários significaria medo de exposição dos participantes, já que os comentários abrem a possibilidade de resposta, que pode ser negativa ou agressiva. Poucos comentários poderiam indicar também uma falta de engajamento dos participantes da comunidade.

Aqui, no entanto, levanta-se outra hipótese sobre o assunto. O *Transfeminismo* é uma página que possui seguidores ativistas ou apoiadores do movimento transfeminista, assim os *posts* usualmente não geram polêmicas, já que parece existir certa homogeneidade de pensamento. Essa mesma hipótese pode explicar porque não são feitos longos debates e, muitas vezes, o *curtir* ou *amei* (e demais botões de interação) parecem exprimir de modo satisfatório o sentimento do leitor diante do tema relatado. Mais adiante, essa hipótese será retomada.

Tabela 1: Números da página *Transfeminismo*

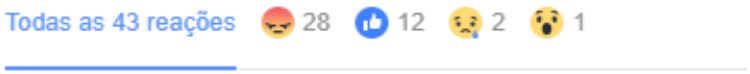
MÊS	POST	CURTIR	TRISTE	AMEI	GRR	HAHA	UAU	COMENTÁRIOS	COMPARTILHAR
jan.	32	210	31	65	7		4	12	65
fev.	2	71		37				19	108
Março	31	382	3	285	18	3		25	235
abr.	21	414		312		6	3	39	69
Maio	8	239	2	98			10	31	77
jun.	15	576	1	401	5	2	7	45	186
jul.	9	153	2	97	28			16	57
ago.	7	52	2	46	1			4	26
set.	2	27		6		4		1	10

Fonte: Criada pela autora da dissertação

Essa hipótese de pouco dissenso é reforçada pelo tipo de interação feita. Percebe-que o *curtir* é o botão mais acionado pelos usuários, seguido pelo *amei* e posteriormente pelo *compartilhar*. Nota-se ainda que publicações que receberem o *triste*, normalmente também

recebem o *GRR*, mas não o botão de *Hahaha*. Aliás, esse botão é o menos utilizado, devido ao conteúdo das publicações que, em sua maioria, tratam de temas sensíveis para as mulheres trans. Por fim, notou-se que o botão de *uau* é utilizado com significados antagônicos, surpresa positiva e também com referência a uma situação inacreditável (negativamente).

Figura 12: Botões Grrr e Triste



Fonte: https://www.facebook.com/Transfem/

Nesta pesquisa foram selecionados alguns posts da comunidade analisada, *Transfeminismo*, e das páginas de suas criadoras/administradoras Hailey Kass e Beatriz Pagliarini Bagagli no período de janeiro a setembro de 2018. O objetivo dessa seleção é verificar quais são os assuntos mais debatidos por essa comunidade e pelas ativistas transfeministas em questão, para posteriormente realizar as análises propostas neste trabalho. A princípio, a escolha dos *posts* seria realizada com base no número de curtidas, os mais populares seriam analisados. Porém, a decisão do STF, em 1º de março, permitindo a mudança do registro civil de pessoas trans sem processo jurídico, gerou um grande número de *posts* sobre o assunto. Devido à relevância do tema para as pessoas trans e por representar uma conquista importante para o movimento, todas as postagens sobre esse assunto foram selecionadas. Os demais *posts* selecionados vinculam-se à popularidade das publicações, contabilizada pelas "curtidas" e por outros botões de interação.

Para facilitar as análises, foram criados cinco eixos temáticos: a) violências, que inclui casos de ódio, manifestação de preconceitos, transfobia, exclusões e homicídios; b) reconhecimento legal e políticas públicas, por exemplo, a decisão do STF mencionada anteriormente; c) transfeminismo, feminismo e relação entre as mulheres trans e as radfems (termo utilizado para denominar as feministas radicais); d) eventos, principalmente aqueles que acontecem além das fronteiras digitais; e, por fim, e) eleições 2018, posts relacionados à candidatura de Hailey Kass e de outras transfeministas que disputaram o pleito.

4.2.1 Violências

7 de feveireiro de 2018
Beatriz Pagliarini Bagagli

Vi uma notícia falando sobre travestis que se unem e tocam fogo em carro de cliente que não pagou. Acho ótimo que travestis consigam se unir dessa maneira, ainda mais quando são prostitutas. Acho justíssimo o cliente que não pagou ter o seu carro queimado. Lembrando que prostituição carece de regulação enquanto trabalho, então esta é a forma com que essas prostitutas tem para se defenderem e exigirem o mínimo, que é o pagamento pela hora de serviço.

Dai obviamente os comentários falando que são "homens", "bandidos". Que precisa fazer uma "limpa" na cidade. Eu me pergunto o que essas pessoas acham quando dizem uma "limpa" quando estamos falando de... seres humanos. Estamos falando de seres humanos ou de lixo quando se diz pra "fazer uma limpa"? Como essas pessoas esperam fazer uma "limpa" de seres humanos?

Eu me pergunto: o que será que essas pessoas, homens no geral, que aparecem nos comentários acham que levaram travestis para prostituição e terem que incinerar carro de cliente que não paga? O que essas pessoas acham dos motivos, tais como pobreza, falta de oportunidade, exclusão do mercado de trabalho, violência, expectativa de vida de 35 anos? As mesmas pessoas que querem uma "limpa" contratariam travestis para trabalhar em suas empresas? Apoiariam programas de inclusão de travestis como o transcidadania, nome social nas escolas (para menores de idade sem autorização de responsável, pq quem frequenta escola é menor de idade, e ninguém precisaria de autorização pra ser chamado pelo nome)? Apoiariam criação de cotas para travestis em empresas, já que parece ser uma das únicas formas efetiva de emprega-las? Apoiariam a regulamentação da prostituição, a fim de deixá-la mais segura para aquelas pessoas que a exercem? Obvio que não.

Então "fazer limpa" no vocabulário dessa gente transfóbica é extermínio mesmo, é a desconsideração completa da vida e dignidade de travestis.

8 de julho de 2018
Beatriz Pagliarini Bagagli

Saiu uma notícia de assassinatos de pessoas LGBT no Brasil. Como sabe, Brasil lidera o ranking... mundial. Além disso, com números crescentes, em especial sobre pessoas trans. Pessoas trans são 49% das vítimas no grupo e fazendo as contas levando em conta proporcionalidade (segundo a matéria da Globo, tomando a estimativa de existir cerca de 20 milhões de gays e menos de 1 milhão de pessoas trans) isso leva a conclusão de que pessoas trans tem 22 vezes mais chances de serem assassinadas do que gays.

Vocês conseguem ao menos compreender esses dados escandalosos? Do tipo, você ter 22 mais chance de morrer que outro grupo vulnerável?

Pequenos exemplos da dura realidade das trans brasileiras narrados nessas mensagens sugerem que existem limitações da teoria *queer* enquanto aparato teórico ideal para compreender

o local de marginalização dessa comunidade na sociedade brasileira. Por essa razão, na seção a seguir tenta-se incorporar conceitos e ideias de outros autores como modo de vitalizar a análise e indicar novas direções para a pesquisa.

A violência narrada nessas postagens impulsionou a pesquisa a adentrar no território da alteridade e da ética. Para dar conta destas questões, Butler (2011) recupera a noção de rosto proposta por Levinas para falar da fragilidade à qual estou exposto no encontro com o Outro. O rosto é aquilo que me revela como sou frágil e como quem está diante de mim é igualmente frágil e dependente das minhas ações. Curiosamente, essa vulnerabilidade pode inspirar cuidados e, ao mesmo tempo, impulsionar a violência. Dependendo da situação, ela desperta o cuidado ético com o Outro ou, pelo contrário, pode se tornar um meio para exorcizar a fobia da minha própria vulnerabilidade por meio da violência. O rosto que pede cuidado é o mesmo que se prova fácil de ser abusado, vilipendiado, exterminado. A condição de trans prostituta, vulnerável por ser trans, vítima de olhares que a rejeitam e a confinam a certos guetos, e ainda vivendo à margem do mercado de trabalho formal, sem garantias e nem direitos, por exercer o trabalho sexual, a torna extremamente vulnerável. Esse rosto carente de cuidado ético seria, portanto, também o mais sujeito à violência.

Insiste-se aqui em fragilidade e vulnerabilidade, pois esses dois fatores são fundamentais para compreender as palavras de ódio, "a limpa" a que se refere Beatriz Bagagli. Nas palavras de ódio referidas na postagem percebemos ecos de outras manifestações de extrema violência com o diferente, especialmente o diferente que padece da pouca ou nenhuma proteção do Estado e das leis. A condição de anômalo em que se encontram diversas trans, que muitas vezes vivem sob um nome que não é reconhecido formalmente e trabalham em profissões não regulamentadas, pode as transformar em contraventoras involuntárias tais quais os apátridas que se multiplicaram depois de várias diásporas causadas pela Segunda Guerra. Estes, segundo Hannah Arendt (2012), ironicamente, só encontravam abrigo jurídico e reconhecimento quando cometiam um crime. "Uma vez que ele [o apátrida] constituía a anomalia não prevista na lei geral, era melhor que se convertesse na anomalia que ela previa: o criminoso." (ARENDT, 2012, p. 390).

As vidas de uma minoria que carece de proteção institucional muitas vezes acontecem além do Estado e essa falta de proteção, em certa medida, abre espaço para uma licenciosidade perigosa. Pode-se conjecturar que o cliente de uma prostituta trans que não paga pelo serviço contratado tem pouco receio de sofrer sanções, tanto por se tratar de um serviço realizado fora da lei quanto por

estar ligado a uma minoria extremamente marginalizada. Do mesmo modo, as próprias trans têm pouca confiança no Estado para a resolução deste conflito. O apoio a uma forma de justiça para além das normas jurídicas, isto é, a queima do carro do cliente mal pagador sinaliza para essa direção. Sem confiar no apoio da lei, resta a elas mesmas executarem o julgamento e a sentença. Essa é uma perspectiva que ajuda a compreender a afirmação certamente transgressora e desafiadora de Bagagli: "Acho justíssimo o cliente que não pagou ter seu carro queimado."

No segundo *post* sobre a alta taxa de assassinato de pessoas trans no Brasil, mais uma vez a sombra da violência se faz sentir. As duas perguntas com as quais a autora termina seu post são realmente profundas e dolorosas. "Vocês conseguem ao menos compreender esses dados escandalosos? Do tipo, você ter 22 mais chance de morrer que outro grupo vulnerável?" Essa situação de extrema ameaça à vida talvez não possa ser compreendida sem adicionarmos a supressão de direitos civis. Para Hannah Arendt (2012) a violência extrema só ocorre depois de um longo ciclo de discriminação e exclusão social. Esse, para ela, foi o processo pelo qual passaram os judeus sob o regime nazista.

> Só no último estágio de um longo processo o seu direito a vida é ameaçado; só se permanecerem absolutamente "supérfluos", se não puder encontrar ninguém para "reclamá-los", as suas vidas correm perigo. Os próprios nazistas começaram a sua exterminação dos judeus, primeiro, privando-os de sua condição legal (isto é, da condição de cidadãos de segunda classe) e separando-os do mundo para ajuntá-los em guetos e campos de concentração; e antes de acionarem as câmaras de gás, haviam apalpado cuidadosamente o terreno e verificado, para sua satisfação, que nenhum país havia reclamado aquela gente. (ARENDT, 2012, p. 402).

De uma maneira diversa, não tão sistemática e nem tão progressiva, as pessoas trans também parecem ter sido excluídas de maneira eficaz da sociedade ao ponto de se tornarem consideradas matáveis, quase como se fossem humanos de segunda classe. Os dados alarmantes levantados no *post* quase os transformam nos *homo sacer* contemporâneos – ou em corpos abjetos, na terminologia de Butler[42]. Recuperado por Giorgio Agamben (2011), o *homo sacer* era uma figura anômala no direito romano, um homem previamente condenado pelo povo e, portanto, que se podia matar sem quaisquer sanções jurídicas. "Esta violência insancionável que qualquer um pode cometer em relação a ele não é classificável nem como sacrifício e nem como homicídio, nem

[42] Segundo a própria Butler em entrevista para Prins e Meijer (2002) o abjeto "relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como 'não importante'."

como execução de uma condenação e nem como sacrilégio." (AGAMBEN, 2011 p. 90). A figura do *homo sacer* nos alerta para as consequências de quaisquer institucionalizações da violência. Para as pessoas trans brasileiras o perigo iminente parece estar relacionado a certa naturalização de sua condição de abjeto. Arendt, falando sobre as mazelas da escravidão, lembra que o maior crime cometido contra os escravos foi a institucionalização da sua condição de seres inferiores, "quando foi esquecido que foi o homem que privara os seus semelhantes da liberdade, e quando se atribuiu à natureza a aprovação do crime." (ARENDT, 2012, p. 404). Classificar pessoas como aberrações, anomalias, erros da natureza é tentar esquecer quem primeiro as colocou nessa condição, ou seja, o próprio ser humano.

A abjeção, seguindo a direção de Butler, é antes de tudo um processo discursivo, é pela linguagem que determinados corpos se tornam abjetos. Talvez por isso, ela relute em atribuir uma condição ontológica definitiva para esses corpos, é pela linguagem que as significações são criadas e reforçadas. Daí a relevância dos debates como arma de combate às formações simbólicas. Essa batalha a nível discursivo é importante na constituição da identidade para que os corpos dessas pessoas se tornem inteligíveis e que sua existência seja legitimada.

Hailey Kaas

5 de junho de 2018 ·

O ódio aos nossos corpos e identidades é tão grande, que nossa mera presença é, para algumas "feministas", uma ofensa, um afronte, um absurdo, uma violência.

Violência é 90% da população de travestis estar exercendo o trabalho sexual. Violência é nossa expectativa de vida ser de 35 anos. Violência é passar pela República e ver a quantidade de travestis moradoras de rua pedindo dinheiro.

Obviamente é muito fácil chutar cachorro morto, é mais fácil agredir verbalmente travestis do que desconstruir o próprio preconceito.

É mais fácil generalizar e chamar toda a população trans de estuprador, pedófilo e afins do que desenvolver empatia por pessoas que vendem o almoço para comprar o jantar.

Quer falar sobre violência amore? Volta 10 casas e vai fazer escola com travesti. Vem ver "as opressoras" mendigando na República.

Mas, né, nos agredir verbalmente é o que muitas feministas consideram "radical"... rs

Hailey Kaas

29 de agosto de 2018 ·

O Brasil é o país que mais mata travesti e transexual. Segundo dados da ANTRA, 45% das mortes de pessoas LGBTs são pessoas trans, sendo a grande maioria dos assassinatos (95%) com requintes de crueldade. Também de acordo com a ANTRA, expectativa de vida de uma mulher transexual ou travesti é de apenas 35 anos, quando da população cis, no geral, é de 80 anos! O feminicídio contra as mulheres lésbicas possuem características específicas. Neste caso, ocorrem também por não performar feminilidade. Este ano foi criado o primeiro Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil, organizado pelo Grupo de Pesquisa de Lesbocídio. Entre 2000 e 2017, foi registrado 180 homicídios de lésbicas, sendo que 126 assassinatos foram entre 2014 e 2017. Existe um aumento expressivo: só em janeiro e fevereiro deste ano, morreram 26.

Para além de ter poucos dados sobre o tema, também é difícil conseguir precisão do cenário real, considerando que muitas vezes, em casos de assassinato, o corpo é desfigurado, com tentativa suprimir os traços femininos (como arrancar os cabelos). Também pelo fato de, no momento de notificar, a polícia registrar o gênero atribuído no nascimento.

Produzir dados nos auxilia em ter noção do real tamanho do problema e na denúncia desta situação, o que possibilita criar medidas em cima destas, portanto devemos criar medidas que estimulem a notificação compulsória de violência contra a população LGBT, que seja um instrumento obrigatório em órgãos públicos.

Quem se importa, quer saber! Quem se importa, quer combater!

Transfeminismo

31 de janeiro de 2018 ·

"A dor aumentava, ela precisava ir pra casa. Chamou um táxi. Quando chegou, Renata tentou dormir, mas ficou o resto da noite sentindo muita dor. Às 6 da manhã, ligou pra o Serviço de Atendimento Móvel Urgência (Samu), da Secretaria Municipal Saúde. Depois de realizar diversos exames, recebeu o diagnóstico: havia perdido um rim. A partir desse momento, passaria a viver com uma série de restrições alimentares, inclusive a carne vermelha, e teria que ingerir três litros de água por dia.

— Quando me recuperei, quinze dias depois, fui atrás da parte burocrática. Fiz o boletim de ocorrência pra saber o que poderia ser feito. Não conseguimos prender as pessoas, pois as câmeras não pegaram o rosto dos agressores, não foi possível identificar ninguém. Como ficou por isso mesmo, entrei com uma ação contra o Estado. Ganhei em primeira instância, mas eles recorreram e acabei perdendo. O juiz alegou que, por eu "ser assim" e estar naquele horário na rua, a culpa era minha. O sentimento que paira hoje é o de injustiça, esses meninos fazem isso e não existe uma lei que criminalize esse tipo de coisa, pois a lei da homolesbotransfobia ainda está no Senado sem previsão de aprovação.

Os dados alarmantes contidos neste grupo de postagens, o relato do sentimento de derrota e impotência parecem sugerir que há algo além da violência, parece que existe uma marginalização completa dessa população, de modo que mesmo as regras civilizatórias mais básicas estão abolidas.

Mbembe (2011) estabeleceu um novo termo para lidar com essa situação, necropolítica. A necropolítica seria uma derivação contemporânea de práticas biopolíticas nefastas da modernidade,

já sem quaisquer amarras ou mesmo justificação técnica ou racional por trás. Necropolítica se aplica tanto ao conjunto de medidas tomadas pelo estado de Israel para dizimar, em vários níveis, a população palestina, como a ação das máquinas de guerra que surgem e desaparecem nos combates em várias partes da África. De um lado, ela se manifesta por um Estado nacional de moldes modernos, como Israel, embora infrinja constantemente quaisquer diretrizes de guerra modeladas nas Convenções de Genebra. Ali não há um desejo de conquistar ou derrotar, mas de aniquilar.

Essa destruição que se qualifica pelo excesso, que é determinada mesmo pelo excesso também se vê nos exércitos sem afiliação nacional que surgem em diversos conflitos no continente africano. Elas são, para reter o termo de Deleuze e Guattari usado pelo autor, máquinas de guerra, formadas circunstancialmente para derrotar determinado grupo político, étnico ou religioso, cujo traço comum é ação bárbara, o extermínio completo de populações, a violência excessiva cujo objetivo é aterrorizar ou subjugar.

No caso da violência contra as pessoas trans é difícil dizer que há efetivamente uma política de extermínio, mas os dados sugerem que a necropolítica e a violência com elas compartilham uma lógica perversa que impulsiona suas ações, um desprezo completo pela vida das vítimas, uma desumanização que precede os atos violentos e que, de certo modo, os naturalizam.

Mbembe vai a Arendt para buscar as origens desse processo. Para a autora, as origens dessa política de morte podem ser encontradas nas ações de guerra coloniais imperialistas europeias na África. Mais do que racismo, preconceito com os negros, os europeus simplesmente não reconheciam nas tribos africanos iguais. Os europeus se julgavam modernos e civilizados, de fato, o conceito de homem no século XIX estava profundamente ligado a um processo civilizatório específico, a modernidade, cujo um dos pilares era a conquista da natureza, a superação do estado natural (Hobbes é um dos precursores desse pensamento).

> Os que os fazia diferentes dos outros seres humanos não era absolutamente a cor da pele, mas o fato de se portarem como se fossem parte da natureza; tratavam-na como sua senhora inconteste; não haviam criado um mundo de domínio humano, uma realidade humana, e, portanto, a natureza havia permanecido, em toda a sua majestade, como a única realidade esmagadora, diante da qual os homens pareciam meros fantasmas, irreais e espectrais. Pareciam tão amalgamados com a natureza que careciam de caráter especificamente humano, de realidade especificamente humana; de sorte que, quando os europeus os massacravam, de certa forma não sentiam que estivessem cometendo um crime contra os homens. (AREDNT, 2012, p. 277).

O processo de desumanização descrito nessa passagem é exemplar e pode ser aplicado para além do contexto histórico do imperialismo europeu do século XIX. Ele também ocorreu na colonização das Américas e na Austrália. Em comum, esses processos permitem uma separação ontológica entre o agressor e a vítima, postos como seres de ordens distintas. Esse desprezo se assemelha àquele experimentado pelas trans, a qualificação de seres de outra ordem pode ser uma explicação para essa violência excessiva contra esse grupo, excessiva mesmo dentro da realidade brasileira. É como se aquelas vidas não fossem importantes, não contassem. Essa, por exemplo, é a perspectiva de Butler em seu *Bodies that matter* (título que tenta combater ativamente essa mirada), é também a razão pela qual Preciado vê no corpo entre gêneros um potencial transgressor e político.

Hailey Kaas

14 de agosto de 2018 ·

São 150 dias da morte da lutadora Marielle Franco. Por todos esses dias a ausências de respostas sobre quem matou e quem mandou matar continuam, a investigação denuncia parlamentares da ordem, do MDB, como mandantes mas nada foi concluído no Brasil que ocupa o quarto lugar em países mais perigoso para defensores dos direitos humanos viverem, segundo a Anistia Internacional.
O projeto de Marielle é semente que germina na luta por nossas vidas, é o nosso projeto e o projeto do PSOL. Lutar e defender nossos direitos não pode ser crime, nem perigoso.

Marielle vive em nossa luta!

Comentários

Hailey Kaas O assassinato de Marielle Franco foi brutal e planejado. Queremos sim justiça, a quem interessava silenciar a vereadora mais votada do rio de janeiro? Se isso incomoda tanto a alguns cabem se perguntar, quantas mortes tiveram tanta gente pedindo por justiça? Por que esta morte moveu tantos a fazerem campanha e irem as ruas denunciar este estado que nos deixa morrer? Todas as vidas assassinadas devem sim ter apuração, uma reivindicação não exclui a outra. #EquipeNossasVidasImportam

[redacted] E a policial?

[redacted] Se envolve com bandido é isso que dá

[redacted] A quem interessava calar Celso Daniel, interessava calar Toninho do PT esses também tiveram votos, esses também tiveram morte brutais e planejadas, eu te pergunto até porque é uma hipótese a se pensar

[redacted] devia ta ligando para tantas mulheres assasinadas todos os dias e ninguém fala nada, agora tu ta ligando só pq ela era vereadora e ainda da merda do partido comusnista miserável, ela so foi mais uma, e ainda era amigo de traficante, deve ter cido os amigos dele mesmo q a matou, amigos do trafico.

[redacted] Pq tu na fala do policial q os bandidos mataram tbm????
[redacted] Dirceu Mauricio Souza a vida de todas as pessoas é importante. O fato dela ser vereadora importa como qualquer outra vida, no entanto ela representava uma parcela da população. Quando se fala da morte dela, fala-se em nome desta parcela tbm. Outra coisa legal pra vc pensar é que vc deveria conferir essa sua fonte sobre a ligação de Marielle Franco com o tráfico.
Hailey Kaas Não sei se vocês sabem, ou só se sentem imunes, mas discurso de ódio na internet é crime! #Ficaadica#EquipeHaileyKass
[redacted] Discurso de ódio citar que não faz falta?
Ou que não conhece?
Rsrsrsrsrsrs
[redacted] Discurso de ódio por cagar e andar para uma senadora? kkkkk
[redacted] Pra vc discurso de ódio é a discordância! O fato dessa mulher está ou não entre nós não é relevante para nenhum tipo de mudança.
[redacted] Crime é ser hipócrita e querer tampar o sol com a peneira, fale da policial Juliane ela também era homossexual, NEGRA, POBRE, se vocês gostam de rotular as pessoas vocês tem problema em serem os primeiros a ter preconceito, vivem rotulado as pessoas, o dia que isso puder ser mudado você vai ver que ninguém merece morrer, seja como for a pessoa, vou fazer uma pergunta: quer dizer que porque a pessoa é branca, rica e hétera tudo bem se ela for executada é isso? Não, não é o problema é vocês porque como eu disse de Juliane ela era exatamente pobre, negra e homossexual mas foi torturada até a MORTE, ah você não fala sabe porque? Esqueci de dizer : ELA ERA POLICIAL E PARA VOCÊS POLICIAL NÃO É IMPORTANTE...
#ficadica #paz#parademencionarsóessecaso #somostodosJuliane

O assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco teve repercussões diversas e gerou, como uma das suas consequências mais inesperadas, o desvelamento de uma ideologia macabra que surgiu também nos comentários ao post de Hailey Kass, que recebeu mais de 1000 reações e em torno de 76 comentários. Muitas vezes se qualifica a fala agressiva do tipo que se percebe em alguns desses comentários como discurso de ódio, mas talvez essa qualificação deva ser reconsiderada. Atribuir um sentimento como qualificante parece diminuir o caráter estrutural desse discurso, mas será mesmo que ele é fruto apenas de uma reação sentimental, por mais abjeta que ela possa ser?

Acredita-se aqui que existe uma lógica, ainda que perversa, que emana desses comentários, e essa lógica é autenticada por uma racionalização ideológica. Existem variadas acepções para a ideologia, mas aqui vou ficar com a definição de Hannah Arendt. Em *Origens do totalitarismo* ela tenta compreender como se desenvolveu o discurso racista do nazismo alemão e para tal, ela investiga como na competição de variadas doutrinas, algumas delas conseguiram se tornar verdadeiramente ideologias.

A ideologia, em sua definição, se difere da simples opinião "na medida em que se pretende detentora da chave da história, e em que julga poder apresentar a solução dos 'enigmas do universo' e dominar o conhecimento das leis universais 'ocultas' que supostamente regem a natureza e o homem." (ARENDT, 2012, p. 234). Nessa direção, o pensamento ideológico fornece interpretações fáceis, pois tem uma chave que abre todas as portas. Essa chave de interpretação desobriga o pensamento ideológico de reflexividade, pois a solução já está dada *a priori* por uma lei interna que articula uma lógica própria.

No caso dos comentários sobre a morte de Marielle, essa lógica se mostra na relação entre "bandidos" e policiais. Os policiais são as boas pessoas porque zelam pela segurança num país altamente violento. Os bandidos são bandidos porque ameaçam essa segurança. A associação de Marielle com bandidos mostra que ela não é uma pessoa a ser protegida, de fato, ela se torna parte do problema, portanto sua morte não deve ser lamentada.

A associação com os "bandidos", no entanto, é infundada e tem origem em notícias falsas divulgadas pela internet. Mas apesar de falsas, estas notícias são logicamente coerentes no interior de um pensamento que associa a esquerda com os "bandidos" (muitas vezes por meio da relação desse espectro político com os vilificados direitos humanos) e os bandidos com o mal. Marielle era de um partido de esquerda, o PSOL, e, seguindo a lógica, protetora dos "bandidos", portanto a sua suposta associação com os traficantes foi tomada como correta, apesar de ser infundada. A associação rápida e fácil entre esquerda = bandidos = mal fornece, portanto, essa chave de interpretação que permite avaliar de maneira simples situações complexas. Com ressalta Arendt, a ideologia não prima por sua fortaleza teórica, mas por sua capacidade de persuasão. Ela deve ser, antes de tudo, convincente, e nesse aspecto suas soluções simplórias para problemas complexos não são uma fraqueza, mas uma qualidade admirável.

Olhados a partir dessa perspectiva, os comentários não parecem somente esdrúxulos ou odiosos, mas surpreendentemente coerentes com a sua matriz ideológica. Ao se alinhar com aqueles que chamaram a atenção para o assassinato brutal, Hailey abriu a possibilidade de ser enquadrada como pertencente ao mesmo grupo de pessoas desprezíveis no ponto de vista de pessoas com tal viés ideológico.

Hailey Kaas compartilhou uma publicação.
25 de setembro de 2018 ·

Essa postagem sobre transfobia mostra como as possíveis soluções para essa questão são complexas e envolvem diversas esferas do poder e da sociedade civil. Entre a violência flagrante que baixa absurdamente a expectativa de vida das pessoas trans e a invisibilização dessa população existe uma série de obstáculos e desafios, muitos dos quais foram debatidos e comentados em postagens anteriores na própria comunidade.

Essa complexidade se espelha na própria palavra *fobia*, que denota as várias faces do medo. A fobia enquanto moléstia social gera tanto ações passivas: ignorar ou tentar não ver uma questão, manter distância da complexidade e da gravidade do problema pela via do humor ou de uma ação fetichista, como ações ativas de discriminação, violência física e verbal. Mais do que isso, a fobia ajuda a manter uma distância, pois geralmente opera por meio da estereotipização e do clichê,

apagando a diversidade e a singularidade de uma população. Como nos lembra Bhabha (1998), o estereótipo não deixa de ser uma estratégia discursiva ansiosa, neurótica pela busca de uma identidade rápida e fácil, por isso ele está sempre cioso por sua confirmação. Esta ansiedade muitas vezes se mostra a partir da ideologia, pois como salientado anteriormente, esta tende a fornecer chaves interpretativas que aparentemente decifram questões complexas. Isso se mostra de maneira particularmente clara na postagem sobre o caso do assassinato de Marielle, a postura ideologicamente orientada leva os detratores e acusadores a emitir opiniões simplistas, mas de alguma maneira coerentes dentro de uma lógica perversa.

De fato, muito dos comentários que poderiam ser qualificados como "discurso de ódio" são bem enxutos, muitas vezes compostos por apenas uma frase. Essa sintaxe parece particularmente abundante nas redes sociotécnicas, seja no *Facebook* ou no *Twitter* ou em outra rede, e coaduna com um tipo de atitude que os próprios internautas definem como "lacração". A ideia de atingir uma síntese precisa parece atrair bastante os usuários dessas redes e embora a síntese não seja, em si, um recurso inválido, o uso mais comum desse método geralmente está relacionado a afirmações de caráter sensacionalista, exagerado ou francamente preconceituoso. Nesse sentido, o uso de estereótipos e clichês fica ainda mais fácil de compreender, ele desobriga a reflexão e permite a compreensão rápida.

Clichês, frases feitas, adesão a códigos de expressão e condutas convencionais e padronizadas têm a função socialmente reconhecida de nos proteger da realidade, ou seja, da exigência de atenção do pensamento feita por todos os fatos e acontecimentos em virtude de sua mera existência. Se respondêssemos todo o tempo a esta exigência, logo estaríamos exaustos.

Da mesma forma que o clichê, o estereótipo, nos termos de Dyer (1977), é uma estratégia preguiçosa e perniciosa. Preguiçosa na medida em que se apropria de traços simples, vívidos e memoráveis, facilmente compreensíveis e amplamente reconhecidos. Com isso em mente, fica fácil localizar uma das estratégias discursivas usadas na invasão da página de Hailey, quando do anúncio de sua candidatura, as referências a personagens da cultura *geek*[43], em especial as referências visuais.

[43] São pessoas viciadas em novas tecnologias relacionadas às diversas áreas do entretenimento, como computadores, games, filmes e cultura pop em geral. (SILVERA, 2017).

Como aponta Hall (2016), o estereótipo atua no apagamento da diferença, ele busca reduzi-la, essencializá-la, naturalizá-la e, por fim, fixá-la. Em sua face mais perniciosa o estereótipo traça um limite entre o normal e o desviante.

> A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o "normal" e o "pervertido", entre o "normal" e o "patológico", o "aceitável" e o "não aceitável", o "pertencente" e o que não pertence ou é o "Outro", entre as "pessoas de dentro" (*insiders*) e os "forasteiros" (*outsiders*), entre nós e eles. (HALL, 2016, p.192).

Toda essa ponderação sobre ideologia, clichês e estereótipos parece fundamental para tentar compreender, ao menos em parte, as origens da violência física, as agressões e assassinatos que, em si, não revelam muito além de suas consequências imediatas e drásticas. Mais ainda, essa reflexão pode ajudar a distanciar a violência de sua vizinhança com o irracional. Mesmo que o ato violento em si possa ser considerado algo além da razão, isso não significa necessariamente que ele não tenha uma origem em algo passível de análise e compreensão.

O racismo pode ser ligado à escravidão e a violência contra a mulher provavelmente está ligada a uma cultura machista que inclui (e ainda inclui) supressão de direitos. Do mesmo modo, a transfobia também deve ter alguns antecedentes que ajudam a explicar sua manifestação em atos violentos. Em todos esses exemplos parece haver uma diferenciação ontológica por parte do agressor que torna a vítima um ser menos identificável.

Bhabha (1998) segue na mesma linha quando destaca que o potencial negativo do estereótipo não está em sua falsificação da realidade, mas em seu regime de fixação da diferença. Sua simplificação "ao negar o jogo da diferença (que a negação do Outro permite), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais." (BHABHA, 1998, p. 117).

Ao fim e a cabo, a fobia atua como um modulador da alteridade que distancia o outro de mim mesmo. Esse distanciamento, ao menos na hipótese que se busca aqui, parece liberar o fóbico da possibilidade de ser ver espelhado naquele tipo específico de outro. No caso das trans, essa separação fica marcada, entre outras coisas, pelos corpos que embaralham o binarismo de gêneros, daí a qualificação de aberração. De modo geral, toda fobia cria o que Hall denomina de barreira simbólica ao manter em frentes opostas aquele que teme e aquele que é temido.

Nesse sentido o comportamento fóbico mostra um componente defensivo, um medo de identificar-se, um medo, no fim das contas, daquele que afasto ativamente seja alguém como eu. Mas como fica claro em várias das postagens selecionadas, o afastamento simbólico não causa apenas repulsa e distância, ele, de algum modo, habilita e libera uma pulsão violenta que engendra tanto agressões verbais como físicas.

4.2.2 Reconhecimento legal

Nos meses de fevereiro e março, as pessoas trans alcançaram algumas vitórias significativas para o reconhecimento legal e autonomia de seus corpos. No dia 7 de fevereiro, foi realizado na página *Transfeminismo* um post com um texto original explicando um decreto que possibilitava a inclusão do nome social na carteira de identidade, conforme abaixo:

Transfeminismo
7 de fevereiro ·
NOME SOCIAL NA CARTEIRA DE IDENTIDADE? SIM, JÁ É LEI.

O nome social pode ser agora adicionado ao documento de identificação oficial. É o que determina o DECRETO Nº 9.278, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018 (http://www.planalto.gov.br/…/_Ato201…/2018/Decreto/D9278.htm)

A nova medida não é capaz de suprimir o nome do registro civil anterior mas já é um passo importante para a luta pela cidadania de pessoas transexuais e travestis no país.

Entendemos que é um passo histórico rumo a cidadania plena que será expressa pela aprovação da lei de gênero brasileira, o projeto de lei João W. Nery.

Algumas observações importantes a serem feitas: o nome do registro civil constará no verso da carteira de identidade. Isso é especialmente importante, já que é igualmente importante o destaque ao nome social, isto é, o nome social tem que visualmente prevalecer em relação ao registro civil e ocupar o mesmo espaço destinado ao nome de pessoas cisgêneras (que não reivindicam nome social).

O decreto não explicita em que lugar exatamente a categoria "nome social" estará exposta, mas o ideal (e o que de fato o decreto permite concluir) seria que ela seja mencionada no anverso do documento, como consta na imagem, no MESMO espaço destinado ao "nome".

É preciso, portanto que o movimento de travestis, transexuais e pessoas trans do Brasil acompanhem e pressionem o governo com o intuito de garantir a melhor maneira de implementar e localizar espacialmente o nome social no documento de identidade.

PRAZO: Os órgãos de identificação terão até dia 1 de março de 2019 para atualizarem os seus sistemas de forma a adotar os novos padrões estabelecidos pelo decreto.

Informações incluídas a pedido

Art. 8º Será incluído na Carteira de Identidade, mediante requerimento:

I - o número do DNI;

II - o Número de Identificação Social - NIS, o número no Programa de Integração Social - PIS ou o número no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Púl

III - o número do Cartão Nacional de Saúde;

IV - o número do Título de Eleitor;

V - o número do documento de identidade profissional expedido por órgão ou entidade legalmente autorizado;

VI - o número da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII - o número da Carteira Nacional de Habilitação;

VIII - o número do Certificado Militar;

IX - o tipo sanguíneo e o fator Rh;

X - as condições específicas de saúde cuja divulgação possa contribuir para preservar a saúde ou salvar a vida do titular; e

XI - o nome social.

§ 4º O nome social de que trata o inciso XI do **caput**:

I - será incluído:

a) mediante requerimento escrito do interessado;

b) com a expressão "nome social";

c) sem prejuízo da menção ao nome do registro civil no verso da Carteira de Identidade; e

d) sem a exigência de documentação comprobatória; e

II - poderá ser excluído por meio de requerimento escrito do interessado.

§ 5º O requerimento de que trata a alínea "a" do inciso I do § 4º será arquivado no órgão de identificação, juntamente com o histórico de alterações do nome social.

A noticia foi comemorada por muitos, o *post* teve 102 reações entre o "curtir", "amei" e "uau" com um significado positivo e 108 compartilhamentos em perfis pessoais como o da própria administradora, Beatriz Bigagli, além de ser compartilhado em páginas e grupos, principalmente aqueles com conteúdo feminista e de ativismo trans, como o *Transgente*. Naquele momento, esse tipo de mudança parecia significar o fim, ou ao menos a diminuição do constrangimento das pessoas trans em lugares públicos, como aeroporto e hospitais. Isso porque muitas vezes essas pessoas eram chamadas pelo nome de registro, com o qual elas já não se reconhecem mais.

Muitos comentários foram feitos com a marcação de amigos para que estes visualizam a postagem. Esses usuários marcados logo apareciam festejando a noticia e mostrando interesse em modificar os documento. Outros participantes mostraram dúvidas diante do novo decreto: "Já dá

para fazer isso? Como eu faço? Será válido no pais inteiro?". Beatriz Bigagli tentou sanar todas as dúvidas, inclusive editou o post que passou a constar com a data que os órgãos tinham para iniciar essa mudança. "PRAZO: Os órgãos de identificação terão até dia 1 de março de 2019 para atualizarem os seus sistemas de forma a adotar os novos padrões estabelecidos pelo decreto."

A preocupação do lugar onde estaria o nome social também pôde ser percebida na postagem e nos comentários. Beatriz, autora do *post*, faz questão de enfatizar que o nome social deve prevalecer sobre o registrado em cartório. "Isso é especialmente importante, já que é igualmente importante o destaque ao nome social, isto é, o nome social tem que visualmente prevalecer em relação ao registro civil e ocupar o mesmo espaço destinado ao nome de pessoas cisgêneras (que não reivindicam nome social)." Uma outra usuária opinou: "Não querendo ser ingrata, mas se for pra ser igual aquele modelo zoado de Carteirinha do SUS com nome de registro grande em cima, e o social pequeno, embaixo, escrito 'nome social/apelido', preferia nem ter. Quando tive Carteirinha do SUS assim só me constrangia e me desencorajava a usar. Acabava só por ficar escondida lá no fundo da carteira." Esta fala mostra que, para a comunidade, não basta constar o nome social, este deve aparecer em destaque.

Tal preocupação é legitima, trata-se de pessoas que possuem sua escolha questionada e não reconhecida, seja por familiares, amigos, desconhecidos, seja pelo próprio Estado. Elas ainda estão lutando por direitos civis básicos, não gozam da cidadania em plenitude.

No dia 1º de março uma nova decisão acerca do nome social movimentou as redes sociais. Com títulos como "Conquista histórica" e Vitória", o clima de euforia estava presente. Foram compartilhados sete posts de páginas e perfis pessoais sobre o assunto na página *Transfeminista*.

Outro *post* compartilhado pela página explica as denominações utilizadas para definir o grupo de pessoas que teriam o direito de solicitar essa mudança.

Transfeminismo **compartilhou uma publicação.**

[redacted] está 😊 se sentindo muito feliz com Toni Reis e outras 3 pessoas em Supremo Tribunal Federal.

1 de março de 2018

Que dia HISTÓRICO para a Cidadania Trans! Estou muito Feliz e Emocionado, além de em ÊXTASE! Equivalentes aos que senti na vitória igualmente emblemática da união homoafetiva, em 2011, também no STF! Depois da vitória por UNANIMIDADE de manhã, no TSE, agora tivemos vitória no STF! Ambas históricas, paradigmáticas e maravilhosas pelo reconhecimento da plena dignidade, cidadania e autonomia de travestis e transexuais, de acordo com sua identidade de gênero autodefinida! GANHAMOS TUDO QUE PEDIMOS E QUE ERA POSSÍVEL!

TSE afirmou que mulheres transexuais devem concorrer nas vagas destinadas ao "sexo feminino" a candidaturas, com seu nome social, em pedido formulado pela Senadora Fátima Bezerra, com parecer meu e atuação divônica da grande e querida Luiza Coppieters em audiência pública do TSE, enquanto candidata mulher transexual - processo sob a direção do competentíssimo advogado Ademar Costa Filho, que tudo conduziu com brilhantismo, por iniciativa do #VoteLGBT (Evorah Cardoso).

Agora nome civil poderá ser mudado diretamente em cartório pelas pessoas transgênero! Termo estrategicamente usado para abarcar transexuais e travestis, em ótima sacada

instintiva da grande Maria Berenice Dias[44], na sessão de julgamento do dia 22.11.2017, acolhida pela maioria do STF! Reconheceram a característica identitária das transgêneridades (transexualidades e travestilidades), não usando viés patologizantes!

A postagem de outro usuário que também é divulgada na página chama a atenção sobre um projeto de lei já existente, mas que não deveria ser aprovado pelo congresso legislativo:

Transfeminismo compartilhou uma publicação.

1 de março de 2018 ·

[redacted]

Esta é uma decisão muito avançada e garante, na prática, quase tudo que a o Projeto de Lei João W. Nery[45] (PL 5002/2013), de autoria do Deputado Federal Jean Wyllys, prevê em seu corpo e que não seria aprovada tão cedo devido a formação conservadora da atual legislatura.

Com esse mesmo tom, Keila Simpson, representante da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), gravou um vídeo falando sobre a importância dessa decisão em um momento de ascensão fascista no Brasil[46].

Beatriz Pagliarini Bagagli está se sentindo maravilhada.

1 de março ·

HOJE é um dia histórico, de uma VERDADEIRA VITÓRIA, para os direitos jurídicos de pessoas trans no Brasil. Alguém me belisca?

Hailey Kaas

1 de março · São Paulo ·

---

[44] Maria Berenice Dias (Santiago, 1948) é uma jurista, advogada e ex-magistrada brasileira, desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. É fundadora do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e autora de diversas obras sobre direito de família.

[45] "Militante incansável e símbolo da luta pelos direitos das pessoas trans no Brasil, João Nery foi o primeiro homem transexual, ou trans homem, a passar por uma cirurgia de redesignação genital no país, ainda na década de 70, de forma clandestina." (Disponível em: https://www.facebook.com/conselhofederaldepsicologia/photos/a.199479646750568/2187661097932403/?type=3&theater). João que morreu no dia 27 de outubro de 2018 recebeu inúmeras homenagens na página Transfeminista e no perfil pessoal da Hailey Kass e Beatriz Bagaglia.

[46] Disponivel em: https://www.facebook.com/Transfem/

> Eu não cheguei em casa ainda mas to emocionada gente... Dia histórico pra militância, que orgulho de todas nós que lutamos e continuamos a lutar pela nossa cidadania básica!
>
> Isso é fruto do nosso trabalho conjunto e da nossa persistência!
>
> QUANDO LUTAMOS, VENCEMOS!
>
> ❤♡❤♡❤♡

No perfil pessoal das duas administradoras não foi diferente. Enquanto Beatriz Bagagli utilizou um recurso do *Facebook* para falar de seus sentimentos "se sentindo maravilhada" e conseguiu centenas de curtidas, Hailey Kass deixou claro que nem estava em casa, mas que estava extremamente emocionada, recebendo também centenas de reações. Sobre esses dois posts, é necessário comentar dois pontos. As tecnologias de mídias móveis dissolveram as fronteiras entre *online* e *off line*, como pode ser percebido tanto através da postagem da Hailey, que mesmo ocupando ambientes públicos tradicionais, escreveu no Facebook sobre seu sentimento ou como pode ser constatado no vídeo da presidente da ANTRA, gravado em meio a uma celebração de pessoas trans.

Além disso, tanto Beatriz como Hailey percebem esse decreto como um passo importante para uma cidadania plena, remetendo à ideia desenvolvida por Marshall (1967) sobre cidadania e as conquistas por direitos. Para ele, são as conquistas de direitos políticos e civis que permitiram aos ingleses se tornarem cidadãos e que motivaram e inspiraram os primeiros passos para reduzir o abismo social e, "embora a cidadania, mesmo no final do século XIX, pouco tivesse feito para reduzir a desigualdade social, ajudara a guiar o progresso para o caminho que conduziria diretamente às políticas igualitárias do século XX." (MARSHALL, 1967, p. 84).

Embora houvesse uma celebração unânime na página *Transfeminista*, basta uma rápida pesquisa no *Facebook* para constatar que essa decisão está longe de ser aceita pela sociedade heteronormativa brasileira, como se pode perceber em comentários na página do jornal Estado de S. Paulo que noticiava a decisão do STF. "Importante é isto nome social emprego saúde educação segurança e limpeza na corrupção se abafa com estas questões LGBTUVXZ." "De novo? Esse pessoal quer o que não é deles. E esse 'jornal' fica enfatizando isso, que não interessa a ninguém. Vcs são ridículos."

Os limites de uma decisão judicial podem ser aferidos em alguns desses comentários agressivos e mostram que o reconhecimento formal, apesar de importante, não garante uma

inserção social completa. Para Alex Honneth (2009), as relações jurídicas constituem o que ele chama de respeito cognitivo, um segundo modo de reconhecimento. Já o terceiro modo, a estima social, só é realizado quando tal grupo é efetivamente integrado na *práxis* social.

Nas ações dos comentadores que tentam minimizar ou ridicularizar esta conquista, pode-se perceber como a estima social é conquistada duramente. De acordo com o autor, ela pode até ter algum tipo de vinculação com ideias abstratas universais, mas é sentida nas relações conflituosas da *práxis* de acordo com as interpretações historicamente dominantes que estarão disponíveis para a apropriação de determinados grupos e, por isso,

> nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, como os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida. (HONNETH, 2009, p. 207-8).

Nesse ponto, os conflitos numa esfera mais ou menos pública como o *Facebook* mostram como, na prática, funciona essa disputa simbólica. Está assim posto, por assim dizer, um palco por disputa por atenção pública e

> quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social, ou mais precisamente, a reputação de seus membros. (HONNETH, 2009, p. 207-8).

Apesar desta visão otimista de Honneth, os comentários já citados são um exemplo de como a conquista por estima social é um processo longo e conflituoso. As várias ações simbólicas como inclusão do tema nas salas de aulas ou mesmo a presença de uma personagem trans na novela *A força do querer*[47] da Rede Globo, são iniciativas que enfrentam resistência e oposição de grupos conservadores que, se não podem reverter as decisões formais e jurídicas das instâncias superiores dos tribunais, transferem a luta para outras frentes.

Transfeminismo
10 de maio ·

[47] Novela exibida em 2018. Para a construção do personagem Ivan, um trans homem, a escritora da novela, Glória Peres contou com a assistência de Helena Vieira, militante transfeminista.

"Ainda" hoje vejo pessoas trans postando suas carteiras de nome social, que alguns estados fazem. No RJ o documento se chama "carteira de identificação social" e abreviação.. cis. Pois é, uma carteira que só pessoas trans fazem se chama cis.
É totalmente compreensível pessoas trans comemorando esse tipo de emissão. Mas não deixa de mostrar o quanto esse tipo de coisa está (ou deve estar) com os dias contados com a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - que ainda precisa de regulamentação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para orientar os cartórios.
Esse tipo de "carteirinha de nome social" deveria nos mostrar a irracionalidade da burocracia, o cissexismo estruturante desse sistema jurídico. Por que o estado é capaz de emitir um documento oficial de nome social mas não é capaz de emitir um RG padrão para pessoas trans?
Por que nestas carteirinhas de nome social não é exigido nenhum tipo de laudo, de processo judicial, mas para o processo de retificação de documentos oficiais esses procedimentos passam então a serem vistos como necessários, para suposta "segurança jurídica"? Requisitos esses que efetivamente excluíam inúmeras pessoas trans da cidadania, do direito básico ao próprio nome. A decisão do STF veio a resolver isso, mas qual é a razão da demora do CNJ em reconhecer a universalidade disso para todos os cartórios? Qual é o motivo de hesitação, por que insistem em elencar apresentação de laudos naquela minuta, mesmo pra dizer depois que não é obrigatório, sendo que a decisão do STF é cristalina? Só pra confundir as pessoas e abrir a possibilidade para que cartórios pratiquem arbitrariedades? Praticar arbitrariedades aqui é muito grave, pois estamos falando sobre o documento oficial de pessoas, ou seja, da vida dessas pessoas.
É um contrassenso que apenas podemos explicar pelo fato de existir um controle cissexista sobre nossos corpos, vidas, nomes... esse fato apenas pode ser explicado pela ideia de que pessoas trans não são cidadãs e cidadãos plenos de direito. Precisamos desse direito universalizado na prática em todo país para ontem: para que arbitrariedades não continuem ocorrendo, para que o direito ao nome próprio seja finalmente uma realidade para pessoas trans no Brasil.
E então CNJ, quando vai liberar nossos nomes? Por isso é importante o recado a todas pessoas trans: pressionem este conselho para efetivar um direito já conquistado: direito ao nome próprio sem exigência de laudo, sem processo judicial! É pela via administrativa e ponto final! Utilizem as seguintes tags, vamos gerar visibilidade:
#meunomeimporta #Antra #NãoVaiTerLaudo #LiberaMeuNomeCNJ

Comentários

[redacted] não entendi a parte que fala do CNJ, tá impedindo os cartórios.
[redacted] Por que em porto alegre nao tem☹☹☹
Beatriz Pagliarini Bagagli tem sim http://www.defensoria.rs.def.br/.../primeira-retificacao...
Beatriz Pagliarini Bagagli ainda falta a decisão do cnj para uniformizar isso para todos os cartórios, infelizmente. mas isso é só questão de tempo, por isso é importante pressionarmos.

A postagem da página *Transfeminismo* ponderando sobre a decisão do STF, mostra a complexidades das relações entre o reconhecimento formal e o exercício efetivo de direitos. Apesar do avanço, a postagem alerta para a necessidade de outros passos formais necessários para que a conquista se torne efetivamente um direito exercido plenamente. E esse momento da luta pelo reconhecimento remete a outro processo histórico complexo, a abolição da escravatura no Brasil.

Das primeiras medidas abolicionistas que tentam regular e extinguir o tráfico de escravos nos anos de 1830, passando pela Lei do Ventre Livre (1871) até a efetiva abolição (1888), várias décadas se passaram e mesmo com o trajeto completo no nível formal, o processo de integração social da população escravizada se estendeu por todo o século XX e ainda continua.

As denúncias de constrangimentos, situações embaraçosas vividas pelas pessoas trans podem ser olhadas a partir desse contexto histórico que mostra como a integração social não pode ser simplesmente tomada como sinônimo da garantia de direitos formais. Se o exemplo histórico deixa alguma lição é que a mera integração formal, embora fundamental, é apenas um dos passos para acabar com o preconceito e com o isolamento social.

Os depoimentos na comunidade seriam, portanto, uma maneira de manter viva a luta por estima social, que de fato parece ser mais difícil de ser alcançada que o reconhecimento jurídico em si. Exemplos para corroborar esta hipótese não faltam, as cicatrizes da nefasta legítima defesa da honra podem ainda se ver no elevado número de feminicídios do Brasil, as limitações à atuação da mulher na esfera civil previstas pelo Código Civil de 1916 ajudaram a cimentar uma cultura machista mesmo com as correções e ajustes posteriores, em especial da Constituição de 1988.

O ativismo nas comunidades do *Facebook*, neste ponto, se mostra um passo importante, especialmente quando as postagens conseguem repercussão para além dos membros integrantes. Infelizmente, como se verá a seguir, a repercussão muitas vezes é acompanhada por um embate violento contra grupos reacionários. O ambiente digital, portanto, é só relativamente seguro, ele protege contra as agressões físicas, mas não está imune à violência.

4.2.3 Transfeminismo x Feminismo Radical

Os limites do ativismo digital se explicitam de forma impressionante na repercussão no *Facebook* de um vídeo gravado na *XVI Caminhada das Lésbicas e Bissexuais,* em São Paulo. Concentradas em sua comunidade, as transfeministas eventualmente encontravam oposição quando algum tópico conseguia destaque para além das fronteiras da comunidade, destacadamente no anúncio da candidatura de Hailey Kass, como se poderá ver a seguir. No caso da caminhada, a polêmica atingiu novos patamares em termos de interação (493 comentários e mais de 21 mil visualizações), por expor as diversas tensões dentro dos feminismos contemporâneos.

O debate visto na página do evento foi motivado por um vídeo de uma das mais renomadas transfeministas, Luiza Coppietiers, que mostrava um discurso feito durante o evento, conclamando respeito com as pessoas trans e a diversidade:

Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo
3 de junho de 2018 ·
Professora Luiza Coppieters:

"Essa caminhada é um lugar seguro para mulher trans. É aqui que a gente vem, é aqui que a gente é respeitada. É aqui que a gente vai ampliar nosso espaço para conquistar direitos. (...) É aqui que acontece, de fato, uma revolução". (https://www.facebook.com/events/562697990772459/permalink/580776378964620/)

A fala em si, como se pode ver no vídeo, é claramente irônica e provocativa, mas não exatamente agressiva. A repercussão nos comentários do *Facebook*, no entanto, é extremamente violenta, e essa violência pode ser apurada de diversas maneiras, seja nas acusações mútuas dos dois grupos, seja pela referência constante à expressão "estupro corretivo", seja pelo próprio tom de muitos dos comentários. Talvez a questão que mais chame a atenção seja a intensidade da cisão entre dois ramos dos feminismos contemporâneo, o feminismo lésbico (muitas vezes associado ao feminismo radical ou, para usar a denominação das redes, as RadFems) e o transfeminismo.

[redacted]
7 h

Essa caminhada foi marcada por uma coisa: lésbyks no mínimo receberam a sentença de que precisam se curvar a definição de quem são e quem amam por pessoas do sexo masculino e colaboradoras.

Essa é a palavra que definiu a organização desse evento:
[redacted] Trans não é sexualidade é performace

[redacted]
20 h ·
Eu queria perguntar pra vocês todas porque que cês acham que a pessoa do vídeo saiu de casa só no dia da caminhada dedicada às mulheres lésbicas. Por que que o espaço que tem o dever de acolher a pauta trans é a caminhada lésbica? Queria propor da gente pensar bastantão nisso. Onde será que é mais fácil impor, mandar, calar? Quem se acha sempre no dever de acolher, se doar, se anular?
[redacted]
21 h ·
[redacted] aqui

A todas as mulheres lésbicas que, quando meninas, foram estupradas por pais, padrastos, irmãos, tios, vizinhos, professores ou outros em função de "tentarem imitar os moleques e aprenderem a ser meninas", saibam que estamos juntas nessa. A todas as mulheres lésbicas que, quando meninas, foram como olho roxo pra escola, ou com as pernas cheias de vergões pela desconfiança da família a respeito da sexualidade de vocês, meu abraço mais apertado. Todas que já ouviram que iriam aprender a "ser mulher" com ameaças, toques invasivos, chutes, socos, cuspes ou muitas outras humilhações privadas ou públicas, eu digo que nós estamos juntas nessa! Todas que já ouviram que têm inveja de pênis, ou que foram tratadas como se tivessem inveja de pênis pela família ou até mesmo por médicos: nós seguiremos, sim, juntas! Todas as lésbicas que foram expulsas de casa e obrigadas à prostituição, ou que fugiram de casa por causa dos estupros e foram obrigadas à prostituição, ou ameaçadas de serem internadas em um hospital psiquiátrico por serem lésbicas: NÓS FICAREMOS JUNTAS! A todas aquelas que foram impedidas de se compreenderem lésbicas por terem sido corrigidas - com estupros - na adolescência e que hoje estufam o peito pra afirmar o orgulho de, finalmente, só praticar sexo lésbico - tribadismo - NÓS SEREMOS UMAS PELAS OUTRAS. A todas aquelas que, por terem sido impedidas de serem lésbicas e obrigadas à heterossexualidade acabaram grávidas, NÓS POR NÓS! A todas as que perderam a guarda de suas crianças por resistirem ao PÁTRIO PODER que nos obriga propriedades de homens e obriga crianças a serem propriedades de homens também: NUNCA ESTIVEMOS TÃO JUNTAS! O estupro corretivo ASSIM COMO A MAIORIA DAS VIVÊNCIAS COLETIVAS DAS LÉSBICAS nunca foi pauta do movimento LGBT, e o fato de as pautas lésbicas nunca serem levantadas pelo LGBT foi o motivo pelo qual as LÉSBICAS criaram a CAMINHADA LÉSBICA. Foi um movimento de resistência, porque é a nossa história, nós sempre fomos e sempre seremos um movimento de resistência. As lésbicas são uma força imparável da natureza. Tentam nos exterminar há milênios, mas cá estamos, afiadas como sempre estivemos para denunciarmos o falocentrismo e cortarmos o problema - cultura do estupro - pela raiz.

#ResistênciaLésbica

Esta cisão que se mostra de maneira clara e virulenta nos comentários pode ser rastreada no cerne das lutas identitárias. Essa forma de ativismo permitiu a grupos minoritários uma exposição historicamente sem precedentes, trazendo visibilidade e gerando importantes conquistas formais e sociais. Essas conquistas, no entanto, são entremeadas por vários problemas, seja pela

resistência de grupos opositores, seja pela disparidade entre as conquistas formais e a integração social, seja por problemas inerentes das próprias lutas identitárias.

A oposição de grupos antagônicos pode ser facilmente percebida nos comentários de algumas postagens destacadas neste capítulo. De modo geral, ela assume o que parece ser a forma predominante dos debates no *Facebook*, oposição aberta e provocativa, sintaxe pobre e semeada de erros ortográficos e gramaticais, preferência constante por insultos e simplificações grosseiras (temas explorados mais detalhadamente em outros subtópicos).

Os avanços e retrocessos das conquistas formais, assim como a distância e o desafio entre tais conquistas e a integração social de fato (também explorados mais a fundo em outro momento do trabalho) parecem constituir um fator permanente de tensão, em especial quando vistos a partir da miríade de grupos minoritários que buscam seu espaço. Nos debates acalorados que se vê nos comentários dessa postagem, o medo e a agressão parecem estar muitas vezes emparelhados, gerando falas agressivas e protetivas de cada um dos ramos dos feminismos contemporâneos destacados, as feministas lésbicas radicais e as transfeministas. Não chega a ser surpreendente que grupos marginalizados se comportem assim, de fato, é bastante compreensível que uma postura defensiva e desconfiada marque as falas de integrantes desses grupos. Entretanto, a forma que se esboça nos debates do *Facebook* parece fomentar ainda mais o dissenso ao expor de modo flagrante as questões que provocam divergências entre os dois espectros do feminismo em combate.

Tendo tudo isso em consideração, fica mais claro perceber os limites inerentes das próprias lutas identitárias. Esses limites, para serem explicitados, devem ser postos em perspectiva histórica. Grosso modo, pode-se dizer que esse modo de ativismo se origina nas reformulações do marxismo nas últimas décadas do século XX. Naquele momento, a base marxista de contestação ao regime capitalista, a luta de classes, foi constantemente posta sob suspeita e mesmo descartada. Esse movimento aparece de modo bem claro no feminismo de cunho acadêmico, especialmente em fins dos anos 1980, quando se buscam novas bases teóricas para atualizar os debates. Especialmente nos EUA, faz-se sentir a força do chamado pós-estruturalismo francês, cujas figuras máximas de expressão são Foucault, Deleuze e Derrida. Não por acaso, duas grandes expoentes dos feminismos contemporâneos, Judith Butler e Paul B. Preciado são fortemente influenciadas por esses autores.

Essa renovação conceitual abriu importantes caminhos para a teoria feminista dando origem, por exemplo, à teoria *queer*, que se tornou um dos pilares dos feminismos contemporâneos. Essas conquistas, no entanto, recentemente começaram a ser postas em perspectiva crítica pelas

próprias autoras, de modo mais claro na obra de Judith Butler. Em seus primeiros trabalhos de relevância, *Problemas de gênero* (1990) e *Corpos que importam* (1993), seguindo a corrente pós-estruturalista, há uma forte ênfase na linguagem e no discurso que se vê de modo vívido e evidente na presença das obras e do pensamento de Michel Foucault. Gradativamente, no entanto, começa a se perceber a presença de autores de cunho marxista, por exemplo, em *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (2005). Ali ela tenta equacionar sua formação pós-estruturalista com a obra de Theodor Adorno, filósofo marxista, já indicando algumas insuficiências no pensamento pós-estruturalista. Nesse livro já está esboçada uma política de conciliação para o feminismo e a necessidade da criação de uma ética do diálogo com o outro. Esse movimento fica ainda mais claro em *Corpos em aliança e a política das ruas,* de 2015, que vai ainda mais fundo na tentativa de achar uma base comum para reunir as demandas de vários grupos minoritários.

O movimento crítico-teórico de Butler, esboçado sumariamente aqui, pode servir como um exemplo das limitações das lutas identitárias, perfazendo uma trajetória que espelha, não de modo preciso, obviamente, mas com diversas deformações, as conquistas, limites e questões postas por esse tipo de política.

> **Hailey Kaas** Revolução e contrarrevolução andam sempre lado a lado, quando populações oprimidas conquistam direitos, sempre há aqueles que desejam retirá-los. No caso da população LGBT, sempre foram os fundamentalistas religiosos. Nos últimos tempos, porém, eles ganharam novos aliados: um setor do feminismo que acredita numa ideia "pura" de mulher e se arroga no direito de excluir e agredir simbolicamente todas as outras.
>
> Os novos juízes do gênero determinam quais são as mulheres "direitas" que merecem empatia e que merecem estar incluídas na luta. Para todas as outras (inclusive aliadas): a morte, a agressão, a violência, a destruição.
>
> Porém o que esse novo grupo não esperava é que a gente combinamos de não morrer.
>
> [redacted] Queria saber o que que tem de revolucionário em uma pessoa do sexo masculino invadir um movimento de lésbicas pra dizer que lésbicas não estão autorizadas a odiar, recusar e rejeitar os corpos e o sexo masculino. Só na cabeça e na lógica de homem isso é revolucionário mesmo, né? Vocês são uma piada.
>
> [redacted] A gente não quer q vcs morram não. Deixa de drama oportunista, XY. A gente quer q vcs deixem as lésbicas em paz e parem de pregar o estupro corretivo sobre nossa sexualidade.
>
> [redacted] O fato é que mulheres trans lésbicas e bissexuais existem. Mesmo vocês não querendo acreditar elas não vão sumir porque não é conto igual Peter pan. O que vocês fazem é de extrema violência e contribui para os sistemas assépticos que já existem e que machucam vocês também que saem do padrão esteriotipado de gênero.

[redacted] Nunca tive que fazer chantagem emocional e ameaças de suicido pra pegar nenhuma mulher. Somente por isso já estou a anos luz de vc

[redacted] somente por esse comentario, vc esta a anos luz abaixo de qualquer ser humano q se preze. Vc não tá lutando por nada more, vc só tá reproduzindo preconceito, assim como despejam em cima de vc. Enquanto seres humanos q, deveríamos ser, tá tudo errado. Hoje as pessoas usam essa merda de internet como arma, sua luta é valida, mas a luta das mulheres Trans lésbicas ou bissexuais é mimimi? Ai vcs não querem q tirem o direito de fala de vcs, mas vcs podem tirar, odiar e desgraçar pessoas com seus comentários muitas vezes maldosos, perigosos? E não.. .eu não sou uma mulher Trans...sou cis, bissexual e abomino esse comportamento nem um pouco construtivo de vcs. Quer ganhar ibope fodendo com outras classes? Só para, pq isso tá longe de ser militância.

[redacted] Juro que, se cobrir o nome e printar o comentário, ninguém vai saber se é rad ou bolsominion....

[redacted] Mais um XY defensor de estupro corretivo de lésbicas. Qual a novidade? Esse aí defende até pedofilia.

[redacted] Sapas do meu Brasil, kd o print do XY defendendo pedofilia? Eu sei que alguma spa maravilhosa tem isso! Vocês sempre salvam aquelas que perdem tudo na confusão do HD. Vamos relembrar a defesa pedófila do XY aí!

[redacted] Lésbicas não têm penis. Não gostam de penis. Não chuparão penis. O nome disso que cê tá defendendo é ESTUPRO CORRETIVO

[redacted] Se a lésbica quer fazer isso, quem você pensa que é para impedir ou chamar de estupro?

[redacted] Então lésbica que usa pau de borracha não é lésbica? Nossa, bom saber...

[redacted] pau de borracha é pênis por acaso, cê tá loca menina?

[redacted] É um pênis de borracha, moça. Se ser lésbica é não gostar de pau, pode caçar a carteirinha de lésbica de toda moça que usa dildo.

[redacted] Ai calaboca, no dia que eu engravidar dum "pênis de borracha", eu volto aqui e te peço desculpa

[redacted], seu problema é com gravidez, então? Vai tirar a carteirinha de lésbica de toda mãe, agora?

[redacted]osra carolina o negocio é que ok eu entendo q as trans sofrem preconceito, eu entendo que pra elas as coisas nao tao facil assim tbm POREM as mulheres nascidas mulheres ja sofrem diariamente por terem nascido assim, as mulheres ja sao colocadas abaixo dos homens cis diariamente, reduzidas por nao terem PENIS. as lesbicas entao, quantas ja nao sofreram estupro corretivo por que NAO GOSTAM DE PAU eai vem o homem e mete pau nelas. pra depois vir mais uma pessoa com pinto falar que ela VAI CHUPAR PINTO SIM pq o mesmo é uma "vagina diferente" na boa, é um absurdo

Hailey Kaas "macho", "XY", "pedofilia" termos intercambiáveis associadas à mulheres trans e travestis por radfems. Sua linguagem é a da violência. Eu não vim aqui discutir mesmo, não discuto com reacionário, mas sim evidenciar esse discurso. Já atingi meu objetivo, grata!

Hailey Kaas Ah, lembrando que graças as deosas existem mulheres lésbicas que nos respeitam, para que não fique a impressão que as lésbicas são esse amontoado de discurso de ódio aí. Participei da organização da caminhada em edições passadas e tenho muito carinho pelas companheiras lésbicas que compõe a mesma. Sei que elas também estão sofrendo ameaças, então fica aqui minha solidariedade e a esperança de criarmos um movimento solidário e unido, como disse na minha fala sábado

[redacted] Vai ver então que 'lugar de travesti' não é com lésbicas

Muitas dessas questões levantadas anteriormente aparecem na guerra de comentários provocada pela postagem de Hailey Kass. Referências a termos como perfomatividade, a expansão do conceito de mulher, a separação entre gênero e sexo, são recorrentes, em especial na fala das transfeministas. Por outro lado, as feministas radicais tentam recorrer às diferenciações mais simples, muitas vezes referenciadas no sexo biológico. Nesse sentido, o órgão sexual masculino é constantemente ligado à opressão dos homens, simbolizado de maneira límpida na expressão "estupro corretivo", constantemente trazida para mostrar como as mulheres com pênis seriam uma ameaça para as lésbicas. A expressão "XY" (de forte cunho biológico) também surge com certa constância, geralmente como forma de deboche e menosprezo pelas mulheres trans.

Entretanto, não fica tão claro nestes debates como as demandas específicas de cada comunidade geram conflitos escancarados. Estes conflitos apontam para um vazio, a falta de uma base comum, e sugerem que talvez um dos efeitos colaterais e nefastos das políticas das minorias seja a criação de conflitos entre vários grupos minoritários, conflitos que, paradoxalmente, minam o objetivo central dessas políticas, ou seja, proteger os grupos minoritários e sub-representados.

Beatriz Pagliarini Bagagli
4 de março ·

Pessoas trans conseguem uma vitória histórica, que levou anos, que diz respeito ao acesso ao um direito fundamental sobre reconhecimento legal do nome próprio: "trans consegue tudo o que quer porque são homens".

Pessoas trans se encontram em situação de extrema vulnerabilidade e exclusão social em virtude do preconceito transfóbico: "ué, arque com as consequências de sua escolha, você pode tirar sua fantasia, quando você é estuprado você tem a sua ilusão patética reafirmada".

Isso meus amores se chama de jogo de cartas marcado do radfem. Sim, são enunciados efetivamente proferidos por radfem. Isso não deveria ser entendido como âmbito de divergência teórica. Ao contrário: nós temos que criticamente analisar como discurso de ódio se vende como se pudesse ser divergência teórica, como discurso de ódio se vende como teoria feminista.

Beatriz Pagliarini Bagagli
31 de março ·

"se a gente dar a liberdade de homens se dizerem mulheres, o significado das palavras homem e mulher deixarão de existir, pois qualquer homem vai dizer agora que é mulher"

"se a gente dar liberdade para que gays e bissexuais se dizerem hétero, o significado das palavras homo/bi/hetero deixarão de existir, pois qualquer um vai dizer que é um coisa"

parabéns radfem / parabéns militância lgbt...

essa ideia de que alguém tem que estabelecer a verdade das palavras antes das palavras serem usadas é falha. a ideia de que é "perigoso" darmos liberdade para as pessoas usarem as palavras... bom, isso se chama autoritarismo.

Hailey Kaas
25 de maio às 10:11 ·

Se tem um assunto que une quase todos os setores do feminismo (inclusive radfems), esquerda socialista, partidária, ultra/sectária e ortodoxa é trabalho sexual.

Nenhum desses setores se presta a fazer um debate sério sobre o tema, se restringindo a frases de efeito e "ohhs" "affs" e afins.

Enquanto isso, as trabalhadoras sexuais estão aí se organizando sem vocês, mas isso é só um detalhe né? Afinal, se os caminhoneiros não são trabalhadores pra alguns setores, imagina então as putas rs

Rolou um link aí de uma matéria sobre pornô feminista e os comentários são de doer.

Sinceramente, às vezes me dá vontade de desistir.

Transfeminismo compartilhou uma publicação.
30 de abril ·

Mulheres trans não são mulheres apenas porque possuem determinado comportamento x, y, ou z. Pessoas trans são tão diversas quanto pessoas cis. Achar que pessoas trans são apenas trans em virtude de alguns traços específicos (estereotipados) de comportamento é uma ideia extremamente... estereotipada a respeito das pessoas trans. Dizer que pessoas trans reforçam estereótipos é reforçar um estereótipo sobre pessoas trans.

A luta para que todas as pessoas não sejam constrangidas e violentadas por terem n forma de comportamento não é antagônica a luta das pessoas trans, isso porque é de interesse número um das pessoas trans justamente as pessoas não serem julgadas e punidas por não se enquadrarem em normas e estereótipos de gênero.

E bem... vejam o paradoxo. Para o radfem, mulher trans é apenas um homem que tem comportamento de mulher. Ou seja, uma pessoa que "efetivamente renega" esse estereótipo, pois não seria esperado que homens tenham comportamentos esperados de uma mulher. Pouco deveria importar pra elas se a mulher trans se identifica como mulher, se diz mulher ou não... será um "homem com comportamento de mulher", ou seja, um pessoa que renega "efetivamente", no vocabulário dela, esses estereótipos, um "homem afeminado".

O peixe morre pela boca, como diz o ditado... se uma mulher trans para o rad não passa de um "homem afeminado" e se um homem afeminado, para o mesmo rad, são as pessoas que efetivamente renegam os estereótipos de gênero pois possuem comportamentos que quebram com a expectativa hegemônica sobre os gênero, como mulheres trans reforçariam então os estereótipos de gênero? Apenas pelo fato de mulheres trans se dizerem mulheres ao invés de homens afeminados, é essa a grande diferença que distingue alguém que reforça daquele que questiona esse estereótipo? Quer dizer: o que faz alguém um questionador dos estereótipos de gênero nem seria seu comportamento fora do padrão, mas o que ele diz sobre si mesmo, a auto identidade. Isso não deveria fazer nenhum sentido - ainda mais considerado o que o radfem compreende por auto determinação identitária, não é mesmo?

Afinal, segundo a ideia rad, a única diferença entre um homem afeminado e uma mulher trans é a auto identificação, a mesma auto identificação de gênero que o rad paradoxalmente nega às pessoas trans. Curioso, não?

Acontece que bem: mulheres trans não invalidam a luta de pessoas cis em terem comportamentos que quebrem com expectativas de gênero, seja qual for esse comportamento, seja qual for a identidade que essa pessoa reivindica para si.

O que invalida essa luta são as normas, as opressões estruturais, essas mesmas normas e opressões que atingem pessoas trans pelo fato delas serem trans, vejam só. Sabe a ideia de que indivíduos são a causa e origem da opressão? Individualismo liberal.

Esse conjunto de postagens reforça o antagonismo entre as transfeministas e as feministas radicais que apareceu em toda sua potência anteriormente. Esse conflito escancara o nível de marginalização das transexuais e travestis, mesmo dentro do movimento feminista. Por outro lado, essas postagens desafiadoras e provocativas fortalecem a hipótese já levantada neste trabalho sobre

o ativismo. O ativismo parece mesmo reservado para indivíduos que, de alguma maneira, conseguem encarar de frente sua situação e estão dispostos a reafirmar e defender sua condição.

A disposição para o enfrentamento mostrada pelas duas administradoras da página *Transfeminismo* também coaduna com um modelo clássico de política. Hanna Arendt (2007) afirma que um dos traços que definiram a celebração grega da *polis* era a possibilidade de todos os cidadãos poderem falar e ser ouvidos. Os atenienses em especial consideravam o conflito verbal como um dos pilares de sua democracia. Nesse sentido, a ausência de debate era uma das principais críticas a outros modelos de governo. A tirania dos governos de outros povos era considerada maléfica justamente porque representava um monopólio (ou um oligopólio) da fala e, por conseguinte, das vontades.

Nessa linha de raciocínio, o enfretamento verbal das duas militantes é uma ação política fundamental, assim como a candidatura de Hailey Kass (explorada a seguir) a deputada. Em comum, esses atos mostram uma disposição em falar e ser ouvido, ou seja, uma vontade em ser integrada numa sociedade democrática.

Por outro lado, os debates no *Facebook* dificilmente são uma versão fiel da *agora* ateniense. Como já visto longamente neste capítulo, os debates rapidamente se tonam violentos e com ofensas mútuas. As razões para tal modelo têm sido discutidas ao longo deste trabalho, mas vale ressaltar que elas não se resumem a uma plataforma específica, mas parecem comuns em muitos ambientes digitais. Mais ainda, elas servem para iluminar a condição paradoxal desses ambientes.

A proteção física que um meio digital provém uma preservação do corpo, garante ao menos certa barreira contra um tipo de violência. Essa barreira parece encorajar a vocalização de opiniões e posições pouco consensuais ou mesmo francamente polêmicas. No caso da comunidade transfeminista, isso permite que uma população que vive sob a constante ameaça de violência física se permita participar de enfrentamentos verbais. Por outro lado, essa licença abre caminho para uma imoderação que geralmente termina em violência verbal. Essa lógica parece persistir e atravessar todo o ambiente digital e se mostra de modo claro no anúncio da candidatura de Hailey Kass a deputada estadual.

3.2.4 O anúncio da candidatura da Hailey Kass e a invasão de sua página

Como foi dito, o *Facebook* parece um ótimo meio de interação para grupos mais vulneráveis. No entanto, embora o corpo esteja resguardado, os ambientes digitais não estão livres de violência. Neste tópico foi analisada uma situação de violência no *Facebook*: os comentários pejorativos a um *post* de Hailey Kass anunciando sua candidatura à deputada estadual em sua página pessoal.

A violência, quando exercida nos comentários, toma uma forma muito específica nas mensagens. Para entender, então, como ela se manifesta em discurso, deve-se analisar como esse discurso é composto tanto em termos de sintaxe (a disposição das palavras na frase e das frases no discurso) quanto em relação ao seu conteúdo, especialmente os termos utilizados de maneira difamatória.

A análise dessas mensagens tem por objetivo qualificar o que costumeiramente e sem rigor, se denomina "discurso de ódio" e ao menos indicar um caminho para entender o conceito de violência verbal ligada às relações de gênero na internet. Cavarero (2009), seguindo o pensamento de Arendt, declara que a vulnerabilidade é a condição humana essencial, diretamente ligada à unicidade de cada um. "Se, como Hannah Arendt mantém, todo mundo é único porque, ao se expor aos outros e consignar sua singularidade à exposição, a pessoa se mostra como tal, esse ser único é vulnerável por definição." (CAVARERO, 2009, p. 32). A violência aterroriza, em parte por nos colocar em contato com essa condição de seres vulneráveis que, por causa de nossa existência relacional, estamos sempre a mercê do outro. Nesse sentido, a criança simboliza essa dupla condição humana de ser dependente do outro e vulnerável a esse mesmo outro. A violência na internet, no entanto, não visa causar dano ao corpo e, por isso, deve ser pesada em sua especificidade. O objetivo ali é atacar outros pontos de fragilidade humana, de ordem menos física, por assim dizer.

A violência é mais facilmente ligada ao dano físico, associada mais comumente às ameaças que deixam evidente a fragilidade do corpo humano. Nesse sentido, a guerra, expressão máxima e quase institucional da violência, a representa em seu estado puro e bruto. Entretanto, mesmo a guerra pressupõe certa reciprocidade. Cavarero (2009) destaca que o princípio da reciprocidade já é presente na concepção de guerra homérica, resumido na expressão de Píndaro [48] "aquele que ataca é atacado, essa é a regra." Essa relação aparece na própria iconografia do deus grego da

[48] Poeta lírico grego.

guerra, Ares, "aquele que mais do que qualquer outro imortal apresenta uma carne vulnerável e cheia de cicatrizes.[49]" (CAVARERO, 2009 p. 11).

A violência, portanto, faz aparecer uma característica indefectível do ser humano, a sua vulnerabilidade. E ninguém representa melhor esse traço da condição humana que a criança. Ali se vê claramente como somos seres que dependem do cuidado para sobreviver como tais.

> O infante, a criança pequena, de fato, proclama o relacionamento como a condição humana não só fundamental, como estruturalmente necessária. Isso significa que, como uma criatura totalmente *consignada* ao relacionamento, a criança é o ser vulnerável por excelência e constitui o paradigma principal de qualquer discurso de vulnerabilidade[50]. (CAVARERO, 2009, p. 30)

Ser vulnerável é o preço que pagamos por depender do cuidado do outro. E o outro já está presente na nossa vida desde que entramos no mundo. Antes mesmo de termos uma noção de "eu", de podermos dizer "eu sou", já somos nomeados e referidos por outros. Ao longo da nossa vida, sempre seremos vistos e pesados pelo olhar de um outro e essa referência, na concepção de Judith Butler (2011), já implica um certo grau de violência, a violência da linguagem.

> Portanto, já há certa violência quando somos remetidos a um discurso, nomeados, submetidos a uma série de imposições, compelidos a responder a uma alteridade exigente. Ninguém pode controlar os termos segundo os quais o discurso nos é remetido, pelo menos não em sua forma mais fundamental. Ser submetido ao discurso é, já de início, ser despido de vontades e sentir esta privação como a base de sua própria situação no discurso. (BUTLER, 2011, p. 23).

Essa violência potencial referida anteriormente se manifesta de maneira exemplar nas relações sociais que se dão em plataformas como o Facebook. Ali a condição humana fundamental, segundo Hannah Arendt, estar exposto ao outro, aparece em toda sua vulnerabilidade e potencial para a violência.

Hailey Kaas
16 de agosto às 12:47 .

[49] He who than any other immortal displays a vulnerable and scarred flesh.
[50] The infant, the small child, actually proclaims relationship as a human condition not just fundamental but structurally necessary. This means that, as a creature totally consigned to relationship, a child is the vulnerable being par and constitutes the primary paradigm of discourse of vulnerability.

HAILEY KAAS 50069
Para derrubar o CIStema!
🏳 Começa hoje a largada da campanha eleitoral e Hailey Kaas é candidata a deputada estadual e vai levar nossa luta na ALESP!
✡ Vamos com força pra cima do CIStema defender nossas vidas!
#HaileyKaas #50069
#NossasVidasImportam

Essa é a postagem original de Harley Kass anunciando sua candidatura à deputada estadual. A candidatura, em si, já é um ato de exposição. Colocar-se na esfera pública formal, por si só, é um ato político e indica que a esfera do privado, ao menos para Kass, já não é o seu único âmbito de ação. Essa passagem do privado para o público vai constituir, na visão de Arendt (2007), a realização plena da condição humana.

Ir para a âmbito público, no entanto, significa também privar-se da proteção e essa passagem é evidente no caso de Harley Kass. Ao anunciar-se como pleiteante a uma cadeira na assembleia legislativa, ela recebeu uma enxurrada de críticas, como se pode ver a seguir.

Esses comentários selecionados são apenas uma amostra do total, mas contêm o essencial para a análise. Desses comentários foram retirados aqueles em defesa da transfeminista na tentativa de construção de dialogo por parte de seus amigos e seguidores. Por muitas vezes, houve respostas do tipo “por que você está falando isso?”, “você conhece as propostas da Hailey?”, “me explique melhor o que você está tentando dizer”, estas em sua maioria não eram respondidas ou vinham com mais ataque violento e sem base de argumentação. Eu mesma, em uma tentativa de estabelecer uma

conversa com uma pessoa que estava atacando a candidata fui chamada de "Paty"[51] e aconselhada a tomar cuidado para não cair do quarto andar (menção clara à advogada que foi encontrada morta após cair do quarto andar e seu marido foi considerado o principal suspeito pela polícia)[52].

Aa construção gramatical desse tipo de violência, em geral, é pobre, assim como a argumentação, quando ela existe. A reação mais comum, vista em muitos dos comentários, é do riso de escárnio, marcado pelo uso da expressão "kkkk" e suas variações. Esse tipo de interação, malgrado a simplicidade, deixa bem evidente a intenção do comentador. O Facebook possui botões de interação para quem prefere se abster de comentar verbalmente, portanto, quando um comentador se dispõe a escrever alguma coisa, geralmente sua interação visa ir além das reações programadas pela plataforma. Assim, o "kkk" é algo mais que uma simples risada, analisado no contexto, essa é claramente uma manifestação de cunho pejorativo, ainda que se baseie no humor. Nesse *pos*t específico, o botão de "risada" (chamado de "ha, ha" pelo *Facebook*) também foi usado como reação sarcástica. Das 1.900 reações capturadas, 1.200 foram de risada.

Figura 13: As reações

Fonte: https://www.facebook.com/haileykaaspagina/

A intenção em ser engraçado, como atestado, é presente em muitos outros comentários e sugere, para a análise, a existência de um jargão próprio. Esse jargão se relaciona com a chamada cultura *geek,* pois proliferam comparações da foto da candidata com personagens de jogos eletrônicos como o *Warcraft* e *God of War*, de animações japonesas como *Yu-Gi-Oh,* filmes como *Star Wars* e até *A pequena sereia da Disney*.

[redacted] Kkkkkkk abriram as portas do Warcraft
[redacted] Eu ativo minha carta mágica: O pote da ganância
[redacted] Pote da ganância

[51] Patricinha, filha superprotegida do papai. Rica, enjoada, fresca e metida, sempre com um celular. Se consideram as mais legais e importantes (Dicionário Informal, 2017).
[52] O caso aconteceu no dia 22 de julho quando a advogada Tatiane Spliztner foi encontrada morta no apartamento que dividia com seu marido, Luiz Fernando Manvailler, na cidade de Guarapuava, PR. Na ocasião foi comprovado que ela havia caído do quarto andar e levada de volta ao apartamento por seu marido que fugiu do local. Ele responde o processo por homicídio qualificado, cárcere privado e fraude processual.

[redacted] Vai transformar a Ariel em humana, mandar o Michael Wazawski preencher a papelada ou sequestrar a princesa leia?
[redacted] pote da ganancia kkkkkkkkkkkk
[redacted] tá difícil decidir se ela se parece mais com o pote da ganância do Yu-Gi-Oh ou com a irmã do destino do god of war 2
Agora representou os venezuelanos q morrem de fome
[redacted] dinossauro versão vida real
[redacted] Que lixo é esse??? Sabe...parece brincadeira. Tem hora que eu penso que estou no filme MAD MAX.
[redacted] Vim aqui só para rir dos comentarixs

Analisadas em conjunto, essas referências parecem indicar que a interação visa não só atacar, via observações pretensamente humorísticas, a candidata, mas também se dirige ao próprio corpo de comentadores. As referências à cultura *geek*, embora usadas para ofender, parecem uma tentativa de criar uma espécie de universo cultural compartilhado de modo a sugerir familiaridade e adesão aos críticos.

É bem visível também que conforme as ofensas proliferam, as apoiadoras começam a surgir para combater, manifestando solidariedade e apoio. Bem mais raro, no entanto, é o engajamento em debates no corpo dos comentários, apesar das tentativas feitas por alguns seguidores. Porém, de modo geral, ofensas e defesas constituem o tom do posicionamento, sendo que as defesas surgem à medida que as ofensas começam a se acumular, e podem ser consideradas como uma atividade reativa.

[redacted] Estamos Juntas Hailey. Facistas não passarão. Vamos ocupar a Alesp com nossas pautas e transformar esse sistema. Força.
[redacted] Mto orgulho desta campanha e da companheira de luta q vc é!
[redacted] Hailey, tamu juntas. Fascistas não passarão. Printa tudo mesmo e vamos processar sim. Discurso de ódio é crime.
[redacted] Linda! Guerreira! Poderosa!
[redacted] Uma candidata incrível para ocupar a ALESP! Em defesa dos LGBTs e dos trabalhadores e trabalhadoras! Muito orgulho da Hailey 💙💙💙

A violência vista nos comentários parece ter um objetivo além de simplesmente ferir. O crime, aqui cometido nos discursos de ódio, é de outra ordem, pois parece atacar o direito de existir, é um crime, por assim dizer, ontológico. Disfarçado sob a capa do humor, existe claramente um processo de deslegitimação que ataca o direito de uma mulher trans pertencer à esfera pública formal. Os comentários frequentes sobre a aparência física, especialmente em relação ao peso, nesse sentido, só complementam essa ação. O ato de Hailey Kass, em nada diversa do anúncio de centenas de outros candidatos, se mostra controversa e ofensiva para seus detratores também pela

imagem que fere frontalmente a ordem heteronormativa. Ao se apresentar como uma imagem de pessoa que desafia a binariedade de gêneros, ela é atacada menos por ser uma trans, mas por estar, segundo seus detratores, fora do padrão de beleza consagrado.

> [redacted] Olha o nível da pessoa que quer virar politico HSUAHSUAHSUAHSUAH degenerada da porra
> [redacted] Olha o tamanho desse leitão
> [redacted] Excuse me, WHAT THE FUCK?
> [redacted] HAHHAAAHAHAHAHHA QUE MERDA É ESSA?
> [redacted] QUE TIPO DE DOENÇA É ESSA KKKKKKKKKKKKKKKKKK
> [redacted] É cada desgraça que aparece kkkkkkkk
> [redacted] Esse número ai é quanto tu pesa?
> [redacted] É homem ou mulher essa coisa?
> [redacted] O PSOL deve ser extinto, junto com essas aberrações cheias de entorpecentes.
> [redacted] É eleição ou poster de aberração de circo 🤣🤧🤣🤧🤣🤧 #bolsonaro2018

O preconceito, então, não se manifesta de forma direta, mas por via colateral. Parece enganoso, no entanto, concluir que esse artifício retórico usado pelos comentadores não é extremamente violento. Ele pode ser considerado ainda mais covarde, como se os ataques à aparência física fossem a cobertura para algo ainda mais ofensivo, um desprezo pelas pessoas trans como tal. Esse processo é comum em manifestações preconceituosas. Anedotas e piadas sempre foram formas de tentar atenuar, a nível público, convicções privadas. No pensamento de Hannah Arendt, essa diferença é bem marcada, existe um processo de adequação na passagem do privado para o público:

> Em comparação com a realidade que decorre do fato que algo é visto e escutado, até mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos – vivem em uma espécie de existência incerta e obscura, a não ser que, e até que sejam transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a se tornarem adequadas à aparição pública. (ARENDT, 2007, p.60-61).

Nesse ponto, o paradigma para tal tipo de ameaça à existência, como não poderia deixar de ser, é o campo de concentração. Primo Levi, escritor italiano e sobrevivente de Auschwitz, vivenciou em primeira mão os efeitos desse crime ontológico. No campo ele viu submergir nas

trevas da não-existência humana um novo tipo de ser, o afogado. Levi usa esse termo para se referir aos homens que submetidos a tamanho horror entraram numa espécie de subexistência.

> A demolição levada a cabo, a obra consumada, ninguém a narrou, assim como ninguém voltou para contar sua morte. Os que submergiram, ainda que tivessem papel e tinta, não teriam testemunhado, porque sua morte já começara antes da morte corporal. Semanas e meses antes de morrer, já tinham perdido a capacidade de observar, recordar, medir e se expressar. Falamos em lugar deles, por delegação. (LEVI, 2016, p. 67).

O campo de concentração funciona como paradigma para o crime ontológico porque, nas palavras e testemunhos dos sobreviventes, era muito mais do que um local para assassinar, para exterminar. A crueldade sem medidas, excessiva mesmo para um campo de prisioneiros, começava já no embarque, nos trens superlotados que muitas vezes não tinham sequer um banheiro. As constantes humilhações posteriores simplesmente eram a continuação do processo de desumanização progressivo operado nos campos.

> Não creio que essa transformação jamais tenha sido projetada nem formulada explicitamente, em nenhum nível da hierarquia nazista, em nenhum documento, em nenhuma "reunião de trabalho". Era uma consequência lógica do sistema: um regime desumano difunde e estende sua desumanidade em todas as direções, inclusive e especialmente para baixo, salvo resistências e têmperas especiais, também corrompe suas vítimas e opositores. (LEVI, 2016, p.91).

O paradigma da crueldade, experimentado historicamente no campo de concentração, serve aqui para precisarmos o tipo de violência que se observa nos comentários. Se a violência verbal não pode ferir o corpo vulnerável, ela pode pretender o direito de existir, daí a preferência, aqui demonstrada, pela expressão "crime ontológico".

Os resultados das análises indicam que, para além dos xingamentos e agressões verbais, existem duas tendências complementares. Por um lado, parece haver uma tentativa de desqualificação da vítima da ofensa, uma desqualificação que busca deslegitimar. O ofendido surge como alguém além do princípio da igualdade de direitos. Esse processo pode ser percebido no tom transfóbico dos comentários à postagem de Hailey Kass, apesar dessa transfobia não surgir de modo direto. Muitas vezes, os comentários tentam ter tom humorístico, usando referências compartilhadas por um grupo específico de pessoas, provavelmente uma estratégia para atenuar a violência marcada do seu conteúdo. Por outro lado, divisa-se uma disputa por espaço público, a sensação é que os comentaristas acreditam que Kass não possui o direito de aparecer nesses locais,

sua existência deveria ser escondida, não notada, e o fato dela se candidatar ao cargo público seria uma espécie de afronta a essas pessoas. Subsidiariamente, parece estar também em pauta, embora de modo não tão evidente, um debate entre aspectos biológicos, construções sociais e performatividade de gênero. Muitas vezes chamada de "aberração", "criatura", por não se encaixar em um suposto padrão desejado, na realidade a simples presença de Kass desafiaria esses mesmos padrões heteronormativos de gênero.

4.2.5 Eventos e o curso transfeminista

Inicialmente, este tópico objetivaria entender e ponderar a passagem da comunidade online para os ambientes públicos tradicionais. Porém, ao analisar as postagens sobre os eventos criados em 2018 notou-se que o curso transfeminista feito em uma plataforma digital foi o que teve maior repercussão na página e por esse motivo terá um destaque neste tópico.

O curso Transfeminismo, oferecido pela página, juntamente com a campanha da Hailey Kaas foram os dois acontecimentos que, sem dúvida, mais movimentaram a página no período analisado. É interessante observar, no entanto, que ambos também foram responsáveis pelo período quase sem atividades da comunidade, entre agosto e setembro, uma vez que Hailey Kass estava totalmente focada nessas atividades.

O curso começou a tomar forma em abril de 2018 e, até junho, foram feitas oito postagens relacionadas ao curso. Essas postagens se dividiam em questionários para identificar potenciais interessados, explanações sobre formas de pagamentos e divulgação do curso em si, sendo esta última uma postagem patrocinada, como parte da tentativa de alcançar perfis que não seguiam a página.

Transfeminismo

3 de abril de 2018 ·

Querides, a pesquisa sobre os cursos de transfeminismo continua! Queremos saber quais são as preferências de vocês para lançarmos uma plataforma educacional babadosa no nosso site! ❤️<3

Responde rapidinho, pfvrzinho?

https://docs.google.com/…/1RzsaHkCWtuS1H1kTIltdaUFPBLI…/edit

A simples possibilidade da construção de um curso sobre transfeminismo e políticas LBGTQ+ causou entusiasmo nos participantes. A publicação recebeu mais de 150 reações entre "amei" e "curti", além de comentários de pessoas avisando que haviam respondido o questionário, marcando amigos e comemorando a iniciativa da página. Porém, um membro parecia estar preocupado com uma outra questão, o fato do curso ser pago.

> [redacted] Mas gente, transfeminismo, BAFO, as travesti num tão na rua se prostituindo? Esse curso é destinado à quem?

Hailey respondeu que se tratava de um questionário apenas para saber se havia algum tipo de público interessado e o assunto não teve maior repercussão, mas posteriormente outros participantes da página surgem, ao longo de outros posts, lamentando não poder realizar o curso devido ao valor cobrado.

No dia 13 de abril, uma semana após o ocorrido, houve uma nova postagem com mais de 600 reações já contendo todas as informações sobre o curso "Introdução e histórias do transfeminismo" e praticamente um mês depois foi anunciado a possibilidade de parcelamento. No mesmo dia, foi lançado um outro curso com o título "Direitos Lbgts pós golpe" que também foi bastante comemorado. Os dois cursos estão diretamente ligados às experiências e militâncias de Hailey, pois ela é uma mulher trans bissexual, como já foi dito.

Participei apenas do curso sobre o Transfeminismo, pois ele dialoga diretamente com esta dissertação. Dessa forma, as considerações aqui expostas serão do primeiro curso anunciado.

Transfeminismo
12 de abril de 2018 ·
Achou que não ia mais ter curso sobre transfeminismo??
Achou errado amore 😀:D
Cola aqui pra saber mais: https://transfeminismo.com/transfem-edu/
Curso: "Introdução e história dos Transfeminismos":

O que está incluso:

- 4 encontros via *stream* (lives de até 1h30).
- Material de referência no formato de textos/artigos a serem disponibilizados na plataforma.
- 2-4 vídeos pré-gravados para cada tópico
- Fórum de discussão, reflexão crítica e tira dúvidas

Tópicos abordados:

1. História do transfeminismo e correntes feministas
2. Saúde da população trans
3. Legislação brasileira e políticas trans
4. Sexo, sexualidade e transfeminismos

Os posts divulgando o curso seguiam basicamente o modelo acima, a imagem tornou-se, inclusive, a capa da página, o que se mantém até hoje. Todas as publicações tiveram reações expressivas e alguns comentários, por exemplo, a marcação de amigos e apoio à inciativa. Como no comentário citado anteriormente, outro membro mostrou-se preocupado em relação ao objetivo do curso. Nesse caso específico, a participante pareceu interessada em debater sobre o que ela entende por "lugar de fala" que lhe pareceu, naquele momento, "roubado" das pessoas trans.

[redacted] curso pra saber o que é ser transexual?vai ser dado por alguma de nós?que engraçado,nos dar emprego ninguem quer não,mas ganhar dinheiro as nossas custas vcs querem né?queridos interessados em saber o que é ser trans ,não percam seu tempo com esses cursos idiotas,apenas converse e conviva com uma trans....
Transfeminismo Oi [redacted] essa página é administrada por duas mulheres trans. Queremos compartilhar nosso acúmulo teórico e militante para que outras pessoas desenvolvam ferramentas críticas em relação às questões trans associadas ao feminismo. Infelizmente, não somos ricas nem patrocinadas por empresa ou ONG, então toda essa

> estrutura custa dinheiro. Estamos abertas a parcerias para tornar o curso gratuito, caso conheça alguma. Obrigada!

Spivak é uma das principais autoras para se pensar sobre a ideia de "lugar de fala". Publicado pela primeira vez em 1985, o livro "Pode o subalterno falar?" descreve o que a autora denomina de violência epistêmica, uma tática de neutralização do Outro que consiste em invisibilizá-lo, expropriando-o de qualquer possibilidade de representação, silenciando-o. Segundo ela, essa estratégia é utilizada para garantir o "desaparecimento" do subalterno. Esse, em sua definição, é aquele pertencente "às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante." (SPIVAK, 2010, p.12).

Ao explicar as origens do termo "lugar de fala", Ribeiro (2017) afirma que, apesar de algumas imprecisões, este surge a partir da tradição de discussão sobre o *feminist stand point*, que procurava refletir sobre diversidade, teoria racial e pensamento descolonial. Ao usar esses três parâmetros para refletir sobre a condição da mulher, há uma quebra de uma visão universal, pois uma mulher negra, por exemplo, terá experiências diferentes de uma mulher branca por conta da sua localização social, experimentando o gênero de outra forma. Para ela, esse argumento é muito utilizado para garantir acesso e oportunidades aos grupos minoritários em alguns espaços, como a academia, onde suas vozes, muitas vezes, não foram ouvidas:

> Não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de formas justas nas universidades, meios de comunicação, politica institucional, por exemplo, impossibilitando que as vozes desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a histografia tradicional e a hierarquização dos saberes consequente da hierarquia social. (RIBEIRO, 2017, p.64)

Djamila Ribeiro (2017) pondera ainda sobre equívocos cometidos, principalmente, entre lugar de fala e representatividade. Segundo ela, uma mulher travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans a partir do lugar que ele ocupa. Cada um fala da sua localização social. Se existem poucas mulheres trans negras em espaços privilegiados, é legitima a luta por maior representação. Porém, é preciso também romper com a lógica que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que os que estão em lugar de privilégios sequer pensem em sua

hegemonia. Em outras palavras, é importante, por exemplo, que um homem cis hétero branco pense sobre sua branquitude, sexualidade, cisgeneriedade e masculinidade.

Após divulgação na página e em outros grupos do Facebook com temática relacionada, como "Judith Butler e a Teoria Queer", o curso "Introdução e história dos transfeminismo" aconteceu nos dias 22 de junho, 6 de julho, 20 de julho e 17 de agosto de 2018. Os temas debatidos em cada encontro seguiram a programação inicial e foi possível abordar ao longo do curso os dilemas e desafios encontrados pela população trans e pelos movimentos transfeministas. Por meio de uma plataforma de vídeo-áudio, além da Hailey Kass, todos os participantes poderiam ser ouvidos e vistos, porém todos optaram por desativar a funcionalidade de vídeo, assim só Hailey foi vista. Além disso, foi dada a opção de envio de mensagem num espaço de bate-papo para quem quisesse realizar questionamentos ou debater determinado assunto sem necessariamente ter que expor sua voz. As aulas continuam disponíveis na plataforma.

Houve dezoito inscritos e mais duas vagas foram dadas para pessoas que não tinham condições financeiras para arcar com o curso (de uma lista de mais de setenta inscritos). No dia primeiro encontro, estiveram *online* durante a aula em torno de dez pessoas, número que foi diminuindo ao longo do curso. No último encontro só restavam Harley e eu. Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar a pouca participação, alguma delas relacionadas à própria lógica das redes. Bauman, um crítico ferrenho da sociabilidade em rede, coloca a facilidade de desconexão como uma das principais barreiras para o estabelecimento de laços fortes na rede:

> Se observado do ponto de vista da parte perdida, a "rede" parece, de maneira perturbadora, uma duna de areia soprada pelo vento e não um canteiro de obras onde se poderão estabelecer vínculos sociais confiáveis. Quando as redes de comunicação eletrônica penetram no hábitat do indivíduo consumidor, estão equipadas desde o início com um dispositivo de segurança: a possibilidade de desconexão instantânea, livre de problemas e (presume-se) indolor de cortar a comunicação de uma forma que deixaria partes da rede desatendidas e as privaria de relevância, assim como de seu poder de ser uma perturbação. (BAUMAN, 2007, p.137).

Esse mecanismo, em tese, seria muito apropriado para interromper querelas, abandonar debates e evitar o agravamento de ofensas, para citar apenas alguns exemplos. Ele também estaria ligado a ações comuns a todas as redes sociotécnicas, como "bloquear" determinada pessoas, impedir que elas visualizem as publicações etc. Entretanto, como mostrado no exemplo do curso, esse hábito de abandonar qualquer coisa que não agrade o usuário se espraiou para além dos usos

mais óbvios. No caso do curso parece que a exigência de um comprometimento maior de tempo pode ter sido uma das razões para a pouca participação. De qualquer maneira, este exemplo mostra as dificuldades em transformar o engajamento nos ambientes digitais em ações para além dele. O entusiasmo que se mostrou nos comentários, nas interações e também nas inscrições arrefeceu gradativamente quando a exigência se mostrou maior.

O primeiro encontro foi o que teve o maior público e no início da primeira aula, foi proposto que os participantes se apresentassem e contassem como surgiu o interesse pelo tema. A própria Hailey foi a primeira a contar um pouco de sua história, da página e do *blog* Transfeminismo. Ela definiu como "capengas" os recursos disponíveis para a produção de conteúdo na página e no site, mas apesar das dificuldades, quando possível, ela oferece cursos com essas temáticas. Já a opção pelo curso não presencial vem de experiências anteriores, pois os cursos presenciais restringiam a participação somente a moradores da cidade de São Paulo. Dos participantes que se apresentaram, quatro, me incluindo, eram pesquisadores de temas relativos à sexualidade e gênero, duas pessoas identificaram-se como mulheres trans e um homem como defensor de diretos LBGT.

No primeiro encontro, partindo da história da transexualidade, Hailey conseguiu de maneira clara, objetiva e com relatos empíricos, discutir o gênero e os conceitos impostos pela heteronormatividade compulsória que fazem, segundo ela, com que pessoas trans acreditem que a única forma de ter seus desejos sexuais e gênero respeitados é encaixando-se nas normas através da cirurgia de redesignação. Participar de um sistema binário seria para muitos a única forma de garantir a própria existência.

Além disso, discutiu-se em vários momentos, a tutela do Estado sobre determinados corpos, seja o corpo de uma mulher cis ao legislar sobre o aborto, seja o corpo de uma mulher trans ao tomar a decisão se ela pode ou não realizar a cirurgia de redesignação. Em ambos os casos, ao mesmo tempo em que o governo quer decidir por essas pessoas, não propõe políticas públicas de saúde eficazes para evitar gravidez indesejadas nas mulheres pobres, por exemplo, tampouco assistência médica eficiente para a população trans. Esses exemplos parecem corroborar de modo claro as teses de Preciado sobre a biopolítica. O Estado legisla sobre os corpos a partir de um ponto de vista que não é neutro, governa a partir de determinada biopolítica que decide quais partes do corpo podem ser modificadas, quais tecnologias de gênero serão utilizadas e aceitáveis e assim por diante. Essa política, na visão de Preciado (2018), se coaduna com os interesses do capitalismo transnacional que se encarrega de abastecer o mercado com produtos, mercadorias, medicamentos

de toda ordem para operar as transformações aceitáveis e desejáveis em cada época. Curiosamente, esse processo quase nunca é posto em questão, há pouca ou nenhuma resistência. Mas, quando os limites aparecem, eles mostram de modo claro que existe sim uma determinação sobre o que é ou não desejável ou aceitável, o que pode ser feito sem interferência e o que necessita de aprovação prévia do Estado, como a redesignação sexual.

Seguindo uma progressão lógica, a saúde das pessoas trans foi o tema do segundo encontro. Já com um número menor de participantes, cerca de cinco pessoas, Hailey debateu sobre a falta de amparo para essas pessoas em hospitais públicos. Mesmo nos ambulatórios, que deveriam ser preparados para essa demanda, faltam hormônios que são caros, principalmente a testosterona. Também foi explicado a alteração feita pela Organização Mundial de Saúde que retirou a transexualidade da lista de doenças mentais e a colocou num novo capitulo, a fim de garantir o tratamento adequado para essas pessoas. Nesses debates, mais uma vez ficou claro como o copo transgênero vive numa espécie de limbo, já que a sociedade tem dificuldade em conviver com ele e o Estado não está adequadamente preparado para lidar com suas peculiaridades. Isso torna mulheres e homens trans, independentemente de sua vontade, sujeitos transgressores. Essa transgressão, por sua vez, coloca essa população em constante estado de precariedade, mal assistida pelo Estado, discriminada por grande parte da população e vivendo sob a constante sombra da violência. As políticas recentes voltadas especificamente para as pessoas trans seriam, portanto, importantes meios de mitigar essa condição precária.

Apesar de ter havido muita troca de informações e debates interessantes nos primeiros encontros, como já destacado anteriormente, chamou a atenção a ausência de muitos dos inscritos nesses encontros. Alguns sequer acessavam a plataforma para assistir às aulas já gravadas e nunca responderam os e-mails, outros avisaram que não poderiam acompanhar as aulas *online*, e que as assistiriam em outro momento. A falta de público, sem dúvida, impossibilitou debates maiores e prejudicou um pouco as expectativas sobre o curso.

No terceiro encontro, apenas eu e mais uma mulher trans estivemos presentes. Foram tratados assuntos como gênero e sexualidade, principalmente nas construções de movimentos sociais. Hailey ponderou que, apesar de tratar de temáticas diferentes, a transexualidade foi sempre associada aos movimentos de gays e lésbicas. Segundo ela, é preciso dar uma nova voz a essas formas de expressão de gênero. Usando teóricos clássicos como Foucault, uma discussão mais profunda sobre feminino e masculino, biologia e morfologia foi provocada pela tutora do curso.

A outra aluna *online* mostrou-se bastante interessada no curso, inclusive em um dos momentos comentou que estava dentro do ônibus voltando do trabalho e por isso estava utilizando o bate papo escrito para realizar as perguntas. Embora nenhum questionamento sobre essa afirmativa tenha sido feito no momento, horas depois me questionei se as perguntas não foram feitas de forma oral devido ao barulho do transporte público ou por medo de sofrer algum tipo de violência por estar conversando sobre esse assunto e ser identificada como uma pessoa trans.

Nos três primeiros encontros a pauta foi muito mais relacionada à transexualidade que ao transfeminismo em si. Pelas questões e até pela participação dos presentes, parece que ainda pairam muitas dúvidas e questões sobre o tema. Olhado a partir dessa ótica, o transfeminismo parece ainda muito frágil e restrito.

No quarto e último encontro (que ocorreu quase um mês após o anterior), como dito antes, fui a única participante presente. Hailey explicou que estava envolvida com a sua campanha que, segundo ela, demandou muito mais tempo que o esperado. Além disso, na semana que antecedeu a última aula, o movimento feminista brasileiro se uniu às argentinas para pressionar o senado daquele país para aprovar a legalização do aborto. Houve também uma manifestação na cidade de São Paulo que coincidiu com o horário previsto para o curso.

O tema proposto para esse encontro foi uma discussão mais específica sobre o movimento transfeminista e sua relação com os demais (movimentos) feministas. Logo, a relação das feministas brasileiras e argentinas e o avanço de pautas importantes na América Latina fez parte da discussão inicial. Ao longo desse encontro, outros assuntos que não estavam na pauta inicial e não se relacionam diretamente com o movimento transfeminismo acabaram por se tornar tema do debate, como o socialismo.

Para Hailey, é difícil dissociar a discussão de gênero de um debate mais amplo sobre o sistema capitalista. Afinal, muito da precariedade vivida pela população transexual está relacionada à exclusão do sistema de produção. Empurradas para as margens, com muitas dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, as trans acabam ocupando subempregos ou se prostituem. Desse modo, a estrutura do sistema capitalista e suas relações econômicas são fundamentais para entender a opressão e a exclusão sofrida por essas pessoas.

Esse ciclo de pobreza e exclusão só poderia ser quebrado com a intervenção do Estado, especialmente por meio de políticas afirmativas especificamente voltadas para essa minoria. Enquanto impera somente a lógica do mercado, o ciclo de exclusão, de pobreza e de preconceito

vai se manter. Portanto, seria ilusório pensar que uma política de diversidade possa prosperar sem intervenção direta do Estado.

As críticas de Hailey ecoam parte das reprimendas que sofre a própria teoria *queer,* especialmente aquele ramo mais alinhado com o pós-estruturalismo de matriz foucaultiana. Essas críticas reconhecem a importância de debates sobre o lugar de fala e também a importância da presença midiática de representações adequadas de uma população minoritária, mas ponderam que uma política diversidade orientada pelos interesses mercadológicos ou simplesmente pela adesão de uma postura politicamente correta são insuficientes para efetivamente promover uma mudança estrutural na vida das populações marginalizadas.

Essas ponderações tornam-se mais relevantes quando boa parte do debate público parece sequestrado pela correção política enquanto as condições socio-econômicas de minorias fragilizadas ficam em segundo plano. Por essas razões, em 2015 a página Transfeminismo passou a ser identificada como "Feminismo Socialista Intersecional aplicado às questões trans, coletivo que busca empoderar e dar visibilidade à causa trans".

De modo geral, o curso foi bem conduzido, com temas bastante relevantes para a comunidade trans. No entanto, a participação deixou bastante a desejar, especialmente nos últimos encontros. Desse modo, não se pode considerar que o objetivo de conscientizar e informar a comunidade tenha sido alcançado. Embora o esforço seja louvável, o impacto foi pequeno, a despeito da empolgação inicial manifestada na página. Nesse curso em específico pode se ver ainda, com clareza, os limites do ativismo digital, pois o engajamento em rede não se traduziu em ações para além do confinamento do *Facebook*. Ali, como em todas as redes sociotécnicas, a interação é sempre comandada pelo usuário, é ele que escolhe como agir e quando agir, independentemente de quaisquer pessoas. Já o curso tinha uma hora determinada para acontecer e o sucesso dependia de colaboração de várias pessoas, uma atuando em benefício da outra. Não se pode precisar se esta demanda de cooperação foi fundamental para a pouca participação no curso, mas é notável como determinadas demandas de sociabilidade parecem difíceis de alcançar em interações que tem como base aquilo que é comumente chamado de "rede social".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O transfeminismo, como sugere a própria palavra, pode parecer simplesmente um ramo do feminismo, uma de suas manifestações mais específicas e com foco numa população minoritária. Isso seria correto se tomássemos o feminismo como um movimento algo homogêneo, com pautas claras e reivindicações precisas, mas descrever o feminismo dessa maneira parece inapropriado. Nem mesmo em seu início, quando era circunscrito a poucos países e se concentrava basicamente na luta por direitos pelas mulheres, não foi possível criar uma estratégia comum entre as mulheres. As mulheres negras e mais pobres, por exemplo, eram excluídas das reivindicações. Passado algo como um século e meio de lutas organizadas, os feminismos se multiplicaram com pautas cada vez mais diversas, sendo hoje possível, inclusive, observar ramos rivais se digladiarem ferozmente, como ficou anotado neste trabalho.

A *XVI Caminhada das lésbicas e bissexuais* realizada em São Paulo no dia 02 de junho de 2018 foi o palco de um confronto emblemático, que não só mostra um acirramento dessas lutas, como revela uma nova arena especialmente propícia para o dissenso, os ambientes digitais. A postagem de um vídeo gravado durante a manifestação na página do evento de uma célebre ativista transfeminista reacendeu um conflito que já havia ocorrido durante a caminhada. Nos comentários que se seguiram à publicação, o que se viu foi uma troca de ofensas desmedida em que as feministas radicais (chamadas, nesses ambientes, de *RadFems*) se valeram de insultos para combater as transfeministas e desqualificar, de modo geral, as transexuais.

Esse acontecimento, apesar de intenso e inusitado, não pode ser considerado como algo excepcional ou mesmo particularmente violento. Não, se observarmos o tom geral dos debates que ocorrem em várias redes sociotécnicas e mesmo alguns que foram acompanhados mais de perto por esta pesquisa. Destaca-se, no conjunto analisado, uma postagem realizada por Hailey Kass, uma das administradoras da página *Transfeminismo* no *Facebook,* anunciando sua candidatura a deputada estadual por São Paulo. Em meio às reações mais comuns e descomprometidas viabilizadas pela plataforma através dos botões de interação, surgiu uma série de comentários violentos e agressivos. Comentário, de fato, torna-se uma palavra inapropriada para descrever a reação observada nessa postagem em específico, pois o que se pode notar foi uma série de ofensas geralmente escritas sem qualquer cuidado formal ou preocupação gramatical. No *Facebook,* e provavelmente em outras plataformas, a lógica de ação parece ser guiada pela pressa e pela

intensidade. Essa combinação, alinhada ao intuito de difamar, gera um tipo particular de discurso de ódio que choca em vários níveis.

A análise feita tentou qualificar esse tipo de ação para além de suas características mais visíveis e tentou hipóteses para encontrar certos padrões, pois acredito que, apesar de odiosas, as ofensas não são aleatórias, mas seguem alguma lógica. No caso em questão, surpreendeu a recorrência com que são usados elementos da chamada cultura *geek* para traçar um sentido de familiaridade. Personagens de *animes*, jogos eletrônicos, franquias do cinema funcionam, na tese que se estabeleceu aqui, como meio de gerar uma espécie de sentido comunitário. Isso gera algo como uma contaminação, um impulso que propele o próximo comentador e assim por diante. Observando esse comportamento, é difícil escapar das conclusões pessimistas dos detratores das interações das chamadas "redes sociais". Byn-Chul Han (2017), intelectual sul coreano, aponta que em plataformas como o *Facebook* estabelece-se uma cultura de fechamento em si mesmo, uma negação da alteridade. Nesse sentido, essas torrentes de ofensas, as chamadas *shitstorms* seriam a expressão mais exemplar de uma cultura baseada no narcisismo e na alienação do outro.

Esta cultura da intolerância compromete, em parte, as pretensões políticas de páginas como o *Transfeminismo*. De algum modo, ao invés de promover a inserção social, a página, inadvertidamente, acentua o senso de guetização. Nas poucas vezes em que as ativistas digitais interagiam mais intensamente com usuários para além da comunidade, o que se viu mais recorrentemente foram ações que marginalizavam ainda mais essa minoria.

Essa marginalização aparece constantemente em postagens da página, especialmente em formas de relatos que denunciam casos de violência, preconceito e descaso. Na comunidade formada no *Facebook* pode-se perceber um pouco da dura realidade das mulheres trans no Brasil. Nesse sentido, o fato de a comunidade ser algo como um gueto mostra sua face mais positiva, pois se sentindo entre iguais, os usuários se propõem a denunciar e compartilhar seus problemas e seus desafios. Nessa direção, esses ambientes digitais parecem corroborar a hipótese formulada neste trabalho, a saber, que a mediação tecnológica gera algum senso de segurança. Para corpos que sofrem cotidianamente, que vivem sob ameaça da morte, que muitas vezes são comercializados diariamente, a possibilidade de interagir sem temer por sua segurança física pode ser tomada como potencialmente libertadora.

Além disso, num ambiente relativamente livre da sombra da violência, as mulheres trans podem celebrar suas conquistas. Na página *Transfeminismo* umas das conquistas mais celebradas

foi a inclusão do nome social na carteira de identidade, um fato que, em tese, pouparia as pessoas trans de vários constrangimentos tais quais os relatados em algumas postagens coletadas aqui.

Esses exemplos mostram o caráter paradoxal das relações estabelecidas no *Facebook*, a plataforma funciona com suporte ótimo para uma sociabilidade entre pares ou entre pessoas com afinidades e interesses similares, ao mesmo tempo em que cria uma espécie de "bolha", que de alguma maneira falha em promover uma integração social mais ampla.

Essa limitação é, em parte, determinada pela lógica de funcionamento do próprio *Facebook*, comandada pelos seus vários algoritmos que operam à revelia da percepção da grande maioria dos usuários. Há argumentos técnicos para defender ainda que a programação da plataforma enseja o narcisismo e a autopromoção, que ao invés de promover a socialização, acentue a competição pela visibilidade e pelo destaque.

Decerto, especialmente as administradoras da página *Transfeminismo* conseguiram seu quinhão de visibilidade, fato indicado pela expressiva votação de Hailey Kass nas últimas eleições parlamentares, expressiva, é claro, considerando o caráter marginal das pessoas trans na sociedade brasileira. Os mais de seis mil votos parecem apontar que, ao menos para a administradora, a plataforma funciona como meio para uma atividade política de bastante impacto.

Talvez a crítica mais contundente que se possa fazer às redes sociotécnicas em geral e ao *Facebook* em específico seja o caráter opaco do seu funcionamento. Escândalos recentes comprovaram que existe bastante comércio de dados e informações dos usuários, comércio feito sem seu conhecimento e sua autorização. Do mesmo modo, os recursos pagos contidos na plataforma influenciam sobremaneira as ações e direcionam a atenção daqueles que entram no *Facebook*. Um ponto que ficou bastante evidente neste trabalho é que a plataforma é uma caixa-preta cujo funcionamento só é completamente claro para os seus programadores. Elucidar completamente os mecanismos ocultos do *Facebook* surge como uma tarefa de suma importância, só assim realmente se poderia precisar como operam as relações sociais que ali ocorrem.

Neste trabalho, é possível somente rastrear como parte dessas interações se dão. Assuntos polêmicos e pouco consensuais tendem a alcançar uma audiência mais ampla e a captar a atenção dos internautas. Essa lógica, ainda que não expressa de modo claro, parece contaminar parte da atuação dos usuários, gerando ações cuja clara intenção é chocar e ofender.

De modo geral, fica bem clara a natureza paradoxal de uma comunidade baseada no *Facebook*, a essa opção não cabem somente críticas, tampouco elogios irrestritos. Especialmente

para membros de populações minoritárias, a possibilidade de uma conexão que conquista restrições espaciais ajuda a unir pessoas que, de outro modo, teriam muita dificuldade em se encontrar. A relativa proteção também fornece um ambiente propício para denúncias, compartilhamento de histórias de vida, para unir e fortalecer o senso comunitário. Até mesmo a lógica predominante da plataforma que gratifica a autopromoção e a busca por visibilidade, podem funcionar como meios de por em destaque questões e pauta socialmente relevantes e pressionar o Estado para a criação de políticas públicas.

As restrições estão igualmente presentes: a tendência a formar grupos isolados, a guetização e a dificuldade em lidar com grupos opositores. Aliás, um excesso de antagonismo parece contaminar as redes sociotécnicas, o que dificulta o diálogo e quase suprime, nesses espaços, argumentações lógicas e ponderadas. Ao fim e a cabo, a tão proclamada polarização social parece mesmo ter relação com um tipo de interação que se sedimentou em redes sociotécnicas como o *Facebook*, como se a disputa contínua por visibilidade gerasse, com efeito colateral, atitudes extremas.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Lívia. Ações coletivas no espaço urbano: as articulações culturais da rede Norte Comum. **Anais do 41º encontro anual da ANPOCS**, Caxambu, 2017. Disponível em http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt 30/gt34-8/10920-acoes-coletivas-no-espaco-urbano-as-articulacoes-culturais-da-rede-norte-comum/file. Acesso em 8 de outubro de 2018.

ADRIAO, K. G.; TONELI, M. J. F.; MALUF, S. W. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. **Revista Estudos Feministas**. vol.19, n.3, pp. 661-682, 2011.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, nov. 2013. ISSN 1806-9584. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200018>. Acesso em: 07 ago. 2017.

BAUMAN, Zygmunt, **Vida para consumo :a transformação das pessoas em mercadorias.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar,. 2008.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BHABHA, Homi K. **Interrogando a identidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão**. Rio de Janeiro: Todavia, 2017.

BUCHER, Tainá. Want to be on the top? Algorithmic power and the threat of invisibility on Facebook. **New Media Society,** 2012b. Disponível em:

https://pages.uoregon.edu/koopman/course_readings/colt607/Bucher%20You%20Want%20to%20be%20on%20Top.pdf. Acesso em 2 de agosto de 2018.

BUCHER, Tainá. The Friendship Assemblage: Investigating Programmed Sociality on Facebook. **Television & New Media,** 2012. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461444812440159. Acesso em 8 de agosto de 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e as políticas das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo**". Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BUTLER, Judith. **Relatando a si mesmo: critica da violência ética**. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2015.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. IN: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. (orgs.) **Feminismo como crítica da modernidade. Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1987.

BUTLER, Judith. Vida precária. Contemporânea. **Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 1333. Disponível em: http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/18/3. Acesso em 18 jan. 2018.

CAMERON, Debbie; SCANLON, Joan. **Talking about gender**. Trouble and Strife. Maio de 2010. Disponivel em: http://www.troubleandstrife.org/new-articles/talking-about-gender/. Acesso em 28 de abr. 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo. Dez., vol. 17, n° 49, n° 03, 15 de nov. de 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf. Acesso em: 3 jan. 2018.

CARVALHO, Mario Felipe; CARRARA, Mário. CIBERATIVISMO TRANS: Considerações sobre uma nova geração militante. **Contemporânea: comunicação e cultura.** Maio-ago 2015.

CAVARERO, Adriana. **Horrorism: naming contemporany violence**. New York, Columbia University Press, 2009.

CAVARERO, Adriana. **Relating narratives: storytelling and selfhood**. Londres, Nova York: Roultledge, 2001.

CHENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da questão racial relativa ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis. Ano 10, 1º de 2002. Disponivel em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf. Acesso em: 8 de maio 2018.

COACCI, Thiago. CONHECIMENTO PRECÁRIO E CONHECIMENTO CONTRA-PÚBLICO: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. 2018. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

COELHO, Salomé. Por um feminismo queer: Beatriz Preciado e a pornografia como pré- textos. **Ex æquo,** n.º 20, 2009, pp. 29-40. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602009000200004. Acesso em 1 out. de 2017.

COLETIVOS são novo modelo de mobilização entre os jovens. **Nações Unidas no Brasil**. 09\03\2017. Disponível em https://nacoesunidas.org/coletivos-sao-novo-modelo-de-mobilizacao-entre-os-jovens/, acessado em 8 de outubro de 2018.

CORREIA, Pedro; MOREIRA, Maria. Novas formas de comunicação: história do Facebook - Uma história necessariamente breve. Revista ALCEU, jan\jun 2014. Disponivel em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%20168-187.pdf, Acesso em: 3 de agosto de 2018.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DYER, Richard .Estereotipos. In: DYER, Richard et al. **Cine y homosexualidad**. Barcelona: Laertes, 1977.

EDOARDO, Laysmara Carneiro. Facebook, a estetização da vida e o drama cotidiano. **Anais do 41º encontro anual da ANPOCS**, Caxambu, 2017. Disponível em :http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg10-4/10964-facebook-a-estetizacao-da-vida-e-o-drama-cotidiano/file. Acesso em 10 dez. 2017.

FACEBOOK anuncia que vai mostrar mais posts de amigos e familiares, e menos de marcas e empresas. **G1,** 2018 Disponível em : https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/facebook-muda-feed-de-noticias-para-aumentar-posts-de-amigos-e-parentes.ghtml, Acesso em: 18 de agosto de 2018.

FACEBOOK. Central de ajuda, 2018. Disponível em: https://www.facebook.com/help/327131014036297/ . Acesso em: 08 jan. 2018.

FERRAZ, Claudia Pereira; ALVES, André. Da etnografia virtual à etnografia online: deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. **Anais do 41º encontro anual da ANPOCS**, Caxambu, 2017. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg10-4/10962-da-enografia-virtual-a-etnografia-online-deslocamentos-dos-estudos-qualitativos-em-rede-digital/file. Acesso em: 10 dez.2017.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: Ensaios para uma futura filosofia da caixa preta.** São Paulo: Editora Huncitec, 1995

FLUSSER, Vilém**. O mundo codificado: Por uma filosofia do design e da comunicação.** São Paulo: Cosaic Naif, 2007.

FRIEDAMN, Elisabeth Jay. Lesbians in (cyber)space: the politics of the internet in Latin American on and off-line communities. IN: Media Culture Society 29, p. 790-811, 2007.

FRIEDAMN, Elisabeth Jay. The reality of virtual reality: the internet and gender equality advocacy in Latin America. IN: Latin American Politics and Society 47

GARCIA. Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 1998.

GAMBA, Suzana. Feminismo, historia y corrientes**. Mujeres en Red. El periódico feminista**, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HAN, Byung-Chul. La expulsión de lo distinto . Barcelona: Herder Editorial, 2017.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015. Disponível em http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/22900/pdf'. Acesso em: 23 de nov 2017.

HASHTAG transformação: 82 mil tweets sobre o #primeiro assedio. Think Olga, 2015. Disponível em: https://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o primeiroassedio/. Acesso em: 15 de maio 2018.

HITA, Maria Gabriela. **Igualdade, identidade e diferença(s): feminismo na reinvenção dos sujeitos**. IN: Gênero em Matizes. Organizadoras: ALMEIDA, Heloisa Buarque; RAMIREZ, Martha Célia; SOUZA, Érica Renata. Bragança Paulista, Universidade São Francisco, 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Ed. 34, 2015.

JEFFREYS, Sheila. **Unpacking Queer Politics: a lesbian feminist perspective**. Cambridge: Polity Press, 2003.

JESUS, J.; ALVES, H. Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais. **Cronos,** Natal, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010, 2012

KIRKPATRICK, David. **O efeito Facebook: os bastidores de uma empresa que conecta o mundo**. São Paulo: Editora Intrínseca, 2011.

KOYAMA, E. The Transfeminist Manifesto. IN: DICKER, R.; PIEPMEIER, A. (Org.). **Catching a wave: reclaiming feminism for the 21st Century**. Boston: Northeastern University Press, 2001.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUSC, 2012.

LEEDS Revolutionary Feminist Group. Political Lesbianism: The Case Against Heterosexuality. In: **Love Your Enemy? – The Debate Between Heterosexual Feminism and Political Lesbianism.** London: Onlywomen Press, 1981.

LOURO, Guacira Lopes. Epistemologia feminista e teorização social desafios, subversões e alianças. IN: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. (Orgs). **Coletânea gênero plural**. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 11-22

MACHADO, Lia Zanotta. Campo intelectual e feminismo: Alteridade e subjetividade nos estudos de gênero. **Série Antropologia**, nº 170. Departamento de Antropologia da UNB. Brasília, 1990.

MANOVICH, Lev. O Banco de Dados. **Revista Ecopós**, 2015. Disponivel em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4400138/mod_resource/content/0/O%20banco%20de%20dados%20%28Lev%20Manovich%29.pdf,. Acesso em: 3 de agosto de 2018

MARIANO, S. A.. O sujeito do feminismo e o pós estruturalismo. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 13(3), p. 483-505, 2005.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, nº 36: 67-92, jun. 2010. Disponivel em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06.pdf. Acesso em: 18 de fev. 2018.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MBEMBE, Achile. Necropolítica. **Temáticas**, 2011. Disponível em https://laboratoriodesensibilidades.files.wordpress.com/2018/03/necropolicc81tica-achille-m-ensaio.pdf, acessado em 12 de novembro de 2018.

MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MISCOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. Niteroi: **Gênero**, v. 7, n. 2, p. 255-267, 1. sem. 2007

OLIVEIRA, João Manuel et. Al. Feminismos queer: disjunções, articulações e ressignificações**. Ex æquo**, n.º 20, 2009, p. 13-27. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0874-55602009000200003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 2 de out. de 2017.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **As ciladas da diferença**. São Paulo: Ed.34, 1990.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder**. Revista sociologia e política**. Curitiba, v.18, no.36, Jun. 2010. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624/20159. Acesso em 18 de dez 2017

PINTO, Céli Regina **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

PRECIADO, Paul Beatriz**. Texto junkie: Sexo, droga e biopolítica na era farmacopornografia**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PRIMO, Levi. Os afogados e os sobreviventes. São Paulo, Paz e Terra, 2016.

RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. Revista **Verso e Reverso**, XXVIII(68):114-124, maio-agosto 2014. Disponível em: http://www.revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/viewFile/7323/4187. Acesso em 8 de agosto de 2018.

RECUERO, Raquel. Mapeando Redes Sociais na Internet através da Conversação Mediada pelo Computador. In: Tania Maria Hetkowski e Antonio Dias Nascimento. (Org.). **Educação e Contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

RIBEIRO, Djalmila. As diversas ondas do feminismo acadêmico. **Carta Capital**, 2014. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html. Acesso em 7 jan. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é o lugar de fala?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RUBIN, Gayle. **Políticas dos sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SANTOS, Magda Guadalupe. O feminismo e suas ondas. **Revista Cult**, 2017. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/entenda-o-feminismo-e-suas-ondas/ . Acesso em 15 de abril 2018.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feminista**, v. 12, n. 2, jan. 2004. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003. Acesso em 9 de set. 2017.

SCAVONE, Lucila. Ciência e Militância: os Estudos de Gênero no Brasil. Anais da 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2011. Disponivel em: http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/35-encontro-anual-da-anpocs/gt-29/gt15-25/992-ciencia-e-militancia-os-estudos-de-genero-no-brasil/file. Acesso em: 28 de fev. 2018

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. IN: **Gender and the politics of history**. New York: Columbia Univ. Press,1990.

SCHWARTZ, Bari. Hot or Not? Website Briefly Judges Looks. **The Harvard Crimson**, 4 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.thecrimson.com/article/2003/11/4/hot--or-not-website-briefly-judges/ , Acesso em 9 de julho de 2018.

SEGATA, Jean. Dos Cibernautas às Redes. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theopihilos (org). Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura. Brasilia: ABA Publicações, 2016

SHE´S Beautiful When She's Angry. Dirigido por Mary Dore. Estados Unidos: Netflix, 2014 (92min). Disponivel em : https://www.netflix.com/br/title/80023078. Acesso em 18 de fev.2018.

SIMMEL, George. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SINI, Rosali. How 'MeToo' is exposing the scale of sexual abuse. **BBC**, out., 2017. Disponível em https://www.bbc.com/news/blogs-trending-41633857. Acesso em: 16 de jan. 2018.

SKEGGS, Beverley e YUIL, Simon .The methodology of a multi-model project examining how facebook infrastructures social relations. **Information, Communication & Society**, 2016.

SMITH, Zadie. Quero ficar na geração 1.0: O mundo criado por um segundarista de Harvard é menos divertido que a vida real. **Revista Piauí**, Edição 53, 2011.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TEXEIRA, Carlos Alberto. A origem do Facebook. **O Globo**, 2012. Disponível em https://oglobo.globo.com/economia/a-origem-do-facebook-4934191. Acesso em 8 de junho de 2018.

THOMPSON, Denise. **Radical Feminism Today**. Great Britain: SAGE Publications, 2001.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: ___. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZEEVI, Daniel. The Ultimate History of Facebook. **Socialmedia Today**, 25 de fevereiro de 2013. Disponível em https://www.socialmediatoday.com/daniel-zeevi/1251026/ , acessado em 7 de julho de 2018.

ZIZEK, Slavoj. Identidades vazias. **Folha de São Paulo,** 2007 Disponível em : https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0701200715.htm, acessado em 28 de julho de 2018.